



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SHERLON CRISTINA DE BASTIANI

DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO
OESTE DE SANTA CATARINA (1968-2015)

CHAPECÓ, SC

2017

SHERLON CRISTINA DE BASTIANI

**DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO
OESTE DE SANTA CATARINA (1968-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *campus* Chapecó, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Joviles Vítório Trevisol.

CHAPECÓ, SC

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rodovia SC 484, km 02, Fronteira Sul

CEP: 89815-899

Chapecó, SC

Brasil

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

De Bastiani, Sherlon Cristina
Dinâmicas de desenvolvimento da Educação Superior na
Região Oeste de Santa Catarina (1968-2015)/ Sherlon
Cristina De Bastiani. -- 2017.
119 f.:il.

Orientador: Joviles Vitório Trevisol.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em
Educação - PPGE, Chapecó, SC, 2017.

1. Políticas educacionais. 2. Educação Superior. 3.
Expansão. 4. Oeste Catarinense. I. Trevisol, Joviles
Vitório, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SHERLON CRISTINA DE BASTIANI

**DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO
OESTE DE SANTA CATARINA (1968-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da
Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre em Educação, defendido em banca
examinadora em 19 / 10 / 2017.

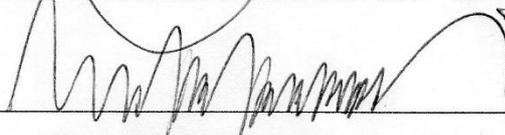
Orientador: Prof. Dr. Joviles Vitório Trevisol

Aprovado em 19 / 10 / 2017.

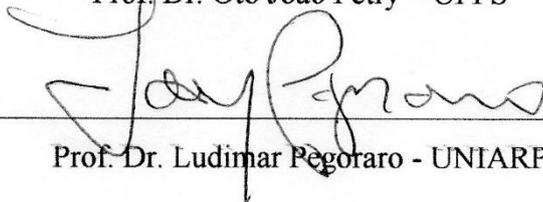
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Joviles Vitório Trevisol – UFFS



Prof. Dr. Oto João Petry – UFFS



Prof. Dr. Ludimar Pegoraro - UNIARP

Chapecó, SC
Outubro de 2017

Dedico este estudo a todos os estudantes e
professores do Oeste Catarinense.

AGRADECIMENTOS

A Deus, puro e simplesmente!

Ao orientador Prof. Dr. Joviles, pela paciência, conversas, “puxões de orelha”, almoços e ensinamentos durante toda a caminhada no Mestrado.

Aos avaliadores, Prof. Dr. Jaime Giolo, pela acolhida, disponibilidade e persistência em me ensinar a lidar com os números; Prof. Dr. Ludimar Pegoraro, pelo chimarrão de grande agrado e por me levar a caminhar pela história das IES do Oeste Catarinense; e, Prof. Dr. Oto Petry, pelas contribuições para a pesquisa ainda em fase de construção e pela felicidade de poder acompanhar a fase final.

À família, por compreender as minhas ausências. À minha mãe, que toda semana antes de eu partir para Chapecó, levantava de madrugada para arrumar um lanche que me entregava junto a sua benção e ficava na porta me olhando sair até me perder de vista.

Ao Jeam, pela fortaleza.

Aos queridos colegas da turma do Mestrado 2015 pelas trocas, apoio e palavras sempre positivas, especialmente a Estela, Ju e Pri, que me acolheram em suas casas com todo carinho.

Aos amigos que tiveram que dividir tempo e espaço.

Aos colegas de trabalho por aguentarem a tensão.

Às instituições que prontamente forneceram dados durante a realização da pesquisa: UFFS, UNOESC, UnC, UNOCHAPECÓ, CELER, UAB Treze Tílias e AMPESC.

Ao INEP, por possibilitar acesso aos dados desta pesquisa.

À Gabi e seus mapas.

À minha madrinha Ivania, que é e sempre será para mim o começo da minha história na educação e minha entusiasta querida.

Viver na fronteira significa ter de inventar tudo, ou quase tudo, incluindo o próprio acto de inventar. Viver na fronteira significa converter o mundo numa questão pessoal, assumir uma espécie de responsabilidade pessoal que cria uma transparência total entre os actos e as suas consequências. Na fronteira, vive-se da sensação de estar a participar na criação de um novo mundo.

(Boaventura de Souza Santos).

RESUMO

A presente dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo compreender as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior na Região Oeste de Santa Catarina. A pesquisa analisa a expansão ocorrida entre 1968 a 2015. A Região Oeste é a maior – do ponto de vista geográfico – dentre as seis mesorregiões de Santa Catarina, compreendendo 118 municípios. O estudo objetiva: i) relacionar as principais políticas (nacionais e estaduais) que incidiram no processo de expansão e interiorização da educação superior brasileira; ii) compreender as dinâmicas (político-econômico-social) presentes no processo de expansão e interiorização da educação superior na Região oeste de Santa Catarina; iii) situar as principais instituições e atores (sociais, educacionais) que exerceram liderança no processo de expansão e interiorização da educação superior na Região oeste de Santa Catarina; iv) sistematizar os principais indicadores da Educação Superior na Região quanto à distribuição e expansão das instituições de nível superior. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa pode ser definida como de natureza descritiva com a utilização de procedimentos e técnicas tanto quantitativas, quanto qualitativas. A pesquisa bibliográfica e documental foi desenvolvida por meio de livros, artigos, teses, dissertações, relatórios, documentos e informações obtidas em sites institucionais. A pesquisa baseou-se, principalmente, na utilização dos dados do INEP, IBGE, Plataforma Sucupira, GeoCapes, na visita aos sítios eletrônicos das instituições de ensino superior e em pedidos de informações via *e-mail*. Grande parte dos dados do INEP foi conseguida por meio dos “tabelões” disponibilizados pelo órgão. O estudo demonstra, entre outras conclusões, que na dinâmica do desenvolvimento do ensino superior, na Região do estudo, mostram-se claramente cinco ciclos. Foi possível identificar os fatores e atores que possibilitaram o surgimento e a expansão do ensino superior na Região, bem como as políticas que incidiram neste processo. Os dados apontam, resumidamente, aumento na diversidade de instituições de ensino superior presentes na Região, aumento na diversidade externa das instituições de ensino superior, expansão do setor privado, expansão da EaD, aumento da presença feminina em cursos de educação superior e, também, que há espaço para crescimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Educação Superior. Expansão. Oeste Catarinense.

ABSTRACT

This master's dissertation presents the results of a research that aimed to understand the dynamics of development of higher education in the western region of Santa Catarina. The research analyzes the expansion occurred from 1968 to 2015. The Western Region is the largest, from the geographical point of view, among the six mesoregions of Santa Catarina, and comprises 118 counties. The study aims to: i) relate the main policies (national and state) that focused on the process of expansion and internalization of Brazilian higher education; ii) understand the dynamics (political-economic-social) present in the process of expansion and internalization of higher education in the western region of Santa Catarina; iii) to locate the main institutions and actors (social, educational) who exercised leadership in the process of expansion and internalization of higher education in the western region of Santa Catarina; iv) systematize the main indicators of Higher Education in the region regarding the distribution and expansion of higher education institutions. From the methodological point of view, the research can be defined as descriptive nature and uses quantitative and qualitative procedures and techniques. A bibliographic and documentary research was developed through books, articles, theses, dissertations, reports, documents and information obtained in institutional websites. A research was based, mainly, on the use of data from INEP, IBGE, Plataforma Sucupira, Plataforma GeoCapes, the visit to the websites of Higher Education Institutions and requests for information by e-mail. Much of the INEP data was obtained through the a big data table available by agency. The study shows, among other conclusions, that in the dynamics of the development of higher education, in the Region of the study, five cycles are clearly shown. It was possible to identify the factors and actors that allowed the emergence and expansion of higher education in the Region, as well as policies that focused on the process. The data show, briefly, an increase in the diversity of higher education institutions in the Region, an increase in the external diversity of higher education institutions, expansion of the private sector, expansion of distance education, an increase female presence in higher education, and also, that there is space for graduate growth.

Keywords: Educational policies. Higher education. Expansion. West of Santa Catarina.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de vagas, matrículas, ingressos e concluintes em cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina (2009-2015)	58
Gráfico 2 – Evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes em cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015).....	74
Gráfico 3 – Distribuição das matrículas na graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015)	75
Gráfico 4 – Número de cursos de Mestrados Acadêmico e Profissional na Região Oeste de Santa Catarina (2002-2016).....	88
Gráfico 5 – Evolução no número de cursos de Mestrado e Doutorado na Região Oeste de Santa Catarina (2002-2017).....	89
Gráfico 6 – Distribuição dos cursos <i>Stricto Sensu</i> na Região Oeste de Santa Catarina, por Grande Área (2016)	90
Gráfico 7 – Evolução do número de matrículas em cursos de Mestrado na Região Oeste de Santa Catarina (2002-2016).....	91
Gráfico 8 – Distribuição das matrículas em cursos de Mestrado, por Grande Área, na Região Oeste de Santa Catarina (2016)	92
Gráfico 9 – Número de matrículas em cursos de Graduação e de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015)	93
Gráfico 10 – Número de titulados em cursos de Graduação e de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015)	94
Gráfico 11: Evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes nos cursos de graduação na Região Oeste(2010-2015).....	98
Gráfico 12: Evolução do número de cursos de Graduação Presencial e a Distância na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015)	101
Gráfico 13: Distribuição das matrículas de graduação na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015).	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fundações educacionais de ensino superior no estado de Santa Catarina (1964-1986)	33
Quadro 2 – Criação das Universidades a partir das Fundações Educacionais no estado de Santa Catarina (1986-2009)	38
Quadro 3 – Criação das Universidades a partir das Fundações Educacionais na Região Oeste de Santa Catarina (1996-2009)	41
Quadro 4 – Criação das IES privadas particulares (2001-2015)	44
Quadro 5 – Instituições e polos de educação a distância no Oeste Catarinense (2015)	47
Quadro 6 – Instituições de educação superior pública com oferta de educação superior na Região Oeste de Santa Catarina	49
Quadro 7 – IES que ofertam cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por município sede e município de oferta (2015)	53
Quadro 8 – Os dez cursos de graduação presencial com maior número de alunos matriculados na Região Oeste de Santa Catarina em 2015 e dados retroativos das matrículas até 2010.....	56
Quadro 9 – IES que ofertam cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina (2015)	68
Quadro 10 – Dez cursos de graduação a distância com maior número de alunos matriculados na Região Oeste de Santa Catarina em 2015 e dados retroativos das matrículas até 2010	72
Quadro 11 – Cursos de Mestrado na Região Oeste de Santa Catarina (2002-2016).....	86
Quadro 12 – Universidades federais criadas entre 2005 e 2013.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do número de cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015)	56
Tabela 2 – Número de matrículas em cursos de Licenciatura na modalidade Presencial, na Região Oeste de Santa Catarina, em 2015.....	57
Tabela 3 – Distribuição das matrículas de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (1995-2015)	59
Tabela 4 – Evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes em cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por sexo (2009-2015).60	
Tabela 5 – Distribuição das matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por etnia (2015).....	65
Tabela 6 – Evolução do número de matrículas em cursos de graduação presencial na Região Oeste, por faixa etária (2010-2015).....	66
Tabela 7 – Distribuição do número de cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015)	71
Tabela 8 – Número de matrículas em cursos de Licenciatura na modalidade EaD, na Região Oeste (2015).....	73
Tabela 9 – Evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes em cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por sexo (2010-2015) 76	
Tabela 10 – Evolução das matrículas em cursos de graduação a distância Região Oeste de Santa Catarina, por procedência do aluno (2015).....	80
Tabela 11 – Evolução do número de matrículas em cursos de graduação a distância, por idade, na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015).....	80
Tabela 12 – Distribuição percentual das matrículas entre as faixas etárias, em cursos de graduação, na Região Oeste de Santa Catarina, no período de 2010 a 2015.....	81
Tabela 13 – Número de cursos de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Santa Catarina, por IES e categoria administrativa (2017)	83
Tabela 14 – Número de titulados em cursos de Mestrado na Região Oeste (2007-2016)	92
Tabela 15: Número de concluintes total em cursos de Licenciatura na modalidade presencial e porcentagem relativa, na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015).	105
Tabela 16 – Evolução no número de matrículas e taxa de crescimento em cursos de graduação presencial – Santa Catarina e Região Oeste (1991-2015)	113

Tabela 17 – Número de matrículas e taxa de crescimento das matrículas em cursos de graduação a distância em Santa Catarina e na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015)	114
Tabela 18 – Primeiro curso de Mestrado criado em Santa Catarina, por município (1969-2016).....	115
Tabela 19 – Primeiro curso de Doutorado criado em Santa Catarina, por município (1969-2016).....	116
Tabela 20 – Distribuição das matrículas em cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por etnia (2009-2015).....	118
Tabela 21 – Distribuição das matrículas em cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por etnia (2010-2015).....	118
Tabela 22 – Evolução das matrículas em cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por procedência do ensino médio do aluno (2010-2015).....	119
Tabela 23 – Evolução das matrículas em cursos de graduação a distância Região Oeste de Santa Catarina, por procedência do aluno (2010-2015)	119

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mesorregião Oeste de Santa Catarina.....	22
Mapa 2 – Mesorregião Oeste de Santa Catarina com indicação das microrregiões.....	23
Mapa 3 – Distribuição geográfica das IES com oferta de cursos de graduação na modalidade presencial, na Região Oeste de Santa Catarina (2015).....	55
Mapa 4 – Distribuição geográfica das IES que ofertam cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina (2015).....	70
Mapa 5 – Distribuição dos programas de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Santa Catarina, por município (2017).....	84
Mapa 6 – Distribuição dos programas de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> na Região Oeste de Santa Catarina, por município (2017)	85

LISTA DE SIGLAS

AMPESC – Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBAS – Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social na Área da Educação
CEE – Conselho Estadual de Educação
CFE – Conselho Federal de Educação
CELER – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas
CEPE – Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais
CF/88 – Constituição Federal de 1988
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CNE – Conselho Nacional de Educação
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FAACH – Faculdade Anglo-Americano de Chapecó
FACC – Faculdade Concórdia
FAEL – Faculdade Educacional da Lapa
FAEM – Faculdade Empresarial de Chapecó
FAI – Faculdade Itapiranga
FAJO – Faculdade de Administração de Joaçaba
FAP – Faculdade Regional de Palmitos
FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
FATTEP – Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia
FDB – Faculdade Dom Bosco
FEARPE – Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe
FEAUC – Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense
FEBAVE – Fundação Educacional Barriga Verde
FEBE – Fundação Educacional de Brusque
FEDAVI – Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí
FEMAI – Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani
FEMARP – Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe
FEMOC – Federação das Instituições do Meio-Oeste Catarinense
FENESC – Fundação Educacional do Extremo Oeste de Santa Catarina
FEPEVI – Fundação de Ensino do Polo Geoeeducacional do Vale do Itajaí
FEPLAC – Fundação Educacional do Planalto Catarinense

FERJ – Fundação Educacional Regional Jaguaruaense
FESC – Fundação do Estado de Santa Catarina
FESSC – Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FSJ – Faculdade HORUS São Miguel
FUCRI – Fundação Educacional de Criciúma
FUMDES – Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
FUNDESTE – Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste
FUNORTE – Fundação Educacional do Norte Catarinense
FUNPLOC – Fundação Educacional do Planalto Norte Catarinense
FUOC – Fundação Universitária do Oeste Catarinense
FURB – Universidade Regional de Blumenau
FURJ – Fundação Joinvillense de Ensino
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
IFC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil
UnC – Universidade do Contestado
UNERJ – Centro Universitário de Jaraguá do Sul
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNIDAVI – Universidade da Região do Alto Vale do Itajaí
UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque
UNINTER – Centro Universitário Internacional
UNIP – Universidade Paulista
UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense
UniSOCIESC – Centro Universitário SOCIESC
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALLI – Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina
UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	CAPÍTULO I – AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA (1968-2015).....	24
2.1	A REGIÃO OESTE	24
2.2	O CONTEXTO DE SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO OESTE	29
2.3	OS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO	36
2.3.1	Criação das Fundações Educacionais	36
2.3.2	Criação das universidades.....	37
2.3.3	Expansão das IES privadas particulares	43
2.3.4	Expansão do ensino superior a distância.....	46
2.3.5	Expansão do Ensino Superior Público.....	48
3	CAPÍTULO II – DINÂMICAS DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO OESTE	52
3.1	O ENSINO DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL.....	52
3.1.1	As instituições de ensino superior.....	52
3.1.2	Cursos e alunos.....	56
3.2	O ENSINO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA	67
3.2.1	As Instituições de Ensino Superior.....	67
3.2.2	Cursos e alunos.....	71
3.3	A PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	81
4	CAPÍTULO III – DINÂMICAS E TENDÊNCIAS DO ENSINO SUPERIOR NO OESTE DE SANTA CATARINA: A GUIA DE CONCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.
	REFERÊNCIAS.....	107
	ANEXOS.....	112
	ANEXO A – Tabela sobre a evolução no número de matrículas e taxa de crescimento em cursos de graduação presencial em Santa Catarina e na Região Oeste (1991-2015).....	113
	ANEXO B – Tabela com número e taxa de crescimento das matrículas em cursos de graduação a distância em Santa Catarina e na Região Oeste de Santa Catarina (1991-2015).....	114

ANEXO C – Tabela com informações sobre o primeiro curso de Mestrado criado em cada município de Santa Catarina.....	115
ANEXO D – Tabela com informações sobre o primeiro curso de Doutorado criado em cada município de Santa Catarina.....	116
ANEXO E – Relação das universidades federais criadas entre 2005 e 2013	117
ANEXO F – Tabelas com a distribuição das matrículas por etnia em cursos de graduação presencial e a distância da Região Oeste.....	118
ANEXO G – Tabelas com a evolução das matrículas por procedência do aluno em cursos de graduação presencial e a distância na Região Oeste.....	119

1 INTRODUÇÃO

[...] escrever é isso aí: iniciar uma conversa com interlocutores invisíveis, imprevisíveis, virtuais apenas, sequer imaginados de carne e ossos, mas sempre ativamente presentes.
(Mario Osório Marques, 1997).

A presente dissertação analisa as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior na Região Oeste de Santa Catarina no período entre 1968 (ano da criação da primeira Fundação Educacional) até 2015. Trata-se, portanto, de um estudo sobre a expansão e a interiorização da educação superior em Santa Catarina. Dado o teor da temática em estudo, esta pesquisa está vinculada à linha de pesquisa de Políticas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

O interesse pela temática deste trabalho se fortaleceu a partir do meu ingresso ao mestrado. O tema se liga diretamente ao meu percurso formativo, pois, como filha de uma família que viveu por muitos anos no meio rural de um pequeno município da Região Oeste de Santa Catarina, enfrentei muitas dificuldades para estudar. Optei pelo tema da interiorização porque as distâncias e as dificuldades financeiras foram – e continuam sendo – grandes empecilhos para milhares de jovens que desejam realizar um curso de ensino superior. As regiões mais distantes das capitais foram, historicamente, negligenciadas pelas políticas de expansão, particularmente da educação superior pública e gratuita.

A elitização e a “litoralização” são aspectos marcantes da educação superior no Brasil. Como características de um sistema altamente elitizado, os primeiros cursos superiores foram criados, inicialmente, nas cidades que concentravam maior poder econômico e político. A expansão, particularmente para as regiões e cidades do interior, é um fenômeno muito recente. O estudo sobre a interiorização reveste-se de particular importância, pois ele permite identificar as enormes desigualdades socioeducacionais e assimetrias entre as regiões. Estudos dessa natureza demonstram que as variáveis “tempo” e “espaço” precisam ser consideradas, pois elas ajudam a perceber como os condicionantes econômicos, políticos, sociais, culturais e geográficos incidem em todo o processo de concepção, formulação e implementação das políticas públicas e no desenvolvimento da educação superior. Estudos com recortes regionais contribuem para revelar as peculiaridades político-econômico-sociais que caracterizam o desenvolvimento local. As políticas educacionais não produziram os mesmos efeitos e desdobramentos ao longo do tempo e em todos os lugares. O primeiro curso superior implantado na Região Oeste de Santa Catarina, a título de ilustração, data de 1971, enquanto

que nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, com a chegada da Família Real, os primeiros cursos (de Medicina) foram criados em 1808.

A problemática central deste estudo é a interiorização, tendo como *locus* de pesquisa uma região específica do estado de Santa Catarina, a Região Oeste. Pretende-se analisar, entre outros aspectos, como as políticas nacionais e estaduais de expansão e interiorização incidiram sobre as dinâmicas regionais. O entendimento de como surge e se expande a educação superior no Brasil ajuda compreender as dinâmicas e assimetrias regionais.

Este estudo visa responder as seguintes questões de pesquisa: i) que políticas foram particularmente importantes para a expansão e interiorização da educação superior?; ii) que dinâmicas estão presentes no processo de desenvolvimento da educação superior na Região oeste de Santa Catarina?; iii) que fatores incidem diretamente no processo de expansão da educação superior na Região em estudo?; iv) que instituições e atores (sociais, educacionais) exerceram liderança no processo de expansão na Região em estudo?

Tendo em vista as questões de pesquisa acima, a dissertação pretende realizar os seguintes objetivos:

- i) Relacionar as principais políticas (nacionais e estaduais) que incidiram no processo de expansão e interiorização da educação superior brasileira;
- ii) Compreender as dinâmicas (político-econômico-social) presentes no processo de expansão e interiorização da educação superior na Região Oeste de Santa Catarina;
- iii) Situar as principais instituições e atores (sociais e educacionais) que exerceram liderança no processo de expansão e interiorização da educação superior na Região Oeste de Santa Catarina;
- iv) Sistematizar os principais indicadores da educação superior na Região quanto à distribuição e expansão das instituições de nível superior.

Do ponto de vista metodológico, o estudo apresenta-se como descritivo, de abordagem quali-quantitativa, e seu caráter procedimental faz uso de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa descritiva, de acordo com Triviños (2013), é uma modalidade de investigação que pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade de forma contextual e dialética. Como destaca Gamboa (2012), a dialética permite conhecer a realidade concreta no seu dinamismo e nas suas inter-relações. A expansão do ensino superior tem relações diretas com os aspectos políticos, econômicos e sociais. O pesquisador, nessa perspectiva, é um ator social. Como enfatiza Demo (2003, p. 14), “[...] o pesquisador é fenômeno político, que, na pesquisa, o traduz sobretudo pelos interesses que mobilizam os confrontos e pelos interesses aos quais serve.”

Os dados quantitativos são compreendidos e analisados a partir de dados e informações provenientes da pesquisa bibliográfica e documental. A análise qualitativa evita, desta maneira, que a investigação seja mera análise de indicadores estatísticos. Como salienta Gamboa (2012, p. 44), “[...] a simples coleta e tratamento de dados não é suficiente, faz-se necessário resgatar a análise qualitativa para que a investigação se realize como tal e não fique reduzida a um exercício de estatística.”

Tendo isso presente, o levantamento e a análise dos dados foram realizados a partir dos seguintes procedimentos de pesquisas:

- a) A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de livros, teses, dissertações, artigos, relatórios e documentos institucionais na busca de informações sobre a história do desenvolvimento da educação superior na Região Oeste Catarinense. Servem como base para este estudo: Gumbowsky (2004), Renk (2006), Pegoraro (2006, 2013), Woloszyn (2008) e Pertille (2008).
- b) A pesquisa documental foi realizada por meio de consulta à base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Plataforma Sucupira, GeoCapes, bem como dos dados e informações disponíveis nos sítios eletrônicos de cada Instituição de Ensino Superior (IES) presente/instalada na Região Oeste de Santa Catarina, consulta à Boletins de Balanços e contatos de *e-mail*¹. Nesta etapa buscou-se dados numéricos sobre a expansão das IES nos quesitos: número de IES, número de unidades/*campis*/polos, e número de cursos, vagas, ingressos, matrículas e concluintes. Destaca-se nesta pesquisa o uso dos “tabelões” do INEP. Foi solicitado ao INEP, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), um conjunto de informações que o órgão disponibilizou em formato de tabelas de Excel, nas quais estavam agregados uma série de dados que facilitou e oportunizou a execução desta pesquisa. Os “tabelões” foram trabalhados por meio de um recurso chamado “tabela dinâmica”, que funciona como um aplicador de filtros e, a partir disso, foi possível organizar e analisar diferentes combinações de dados². A partir da etapa de compilação de dados foi possível fazer a escolha de quais seriam os dados pertinentes à análise do desenvolvimento da educação superior e, então, foram organizados em formato de tabelas, quadros e gráficos. Além dos quesitos mencionados acima, surgiu

¹ Algumas informações foram solicitadas diretamente a algumas instituições no intuito de tirar dúvidas, o que caracteriza pesquisa de campo. Estas informações foram recebidas por *e-mail* e serão devidamente informadas ao leitor no decorrer da apresentação dos dados.

² Cabe ressaltar o papel do professor Jaime Giolo na obtenção destes dados junto ao INEP.

a possibilidade de análise da presença feminina no ensino superior, da distribuição das matrículas por grau acadêmico, faixa etária, etnia, procedência do aluno, distribuição de bolsas e comparativos que delineiam tendências.

O recorte temporal desta pesquisa inicia com a criação da primeira IES na Região Oeste (1968) e se estende aos dias atuais. Como proposto por Gamboa (2012), é preciso considerar “o tempo como processo e não só como um dado, uma data, uma variável ou faceta”.

Por tratar-se de um estudo sobre a interiorização da educação superior em Santa Catarina, optou-se por centrar a análise em uma única Região, o Oeste Catarinense. Conforme detalha o mapa abaixo, o estado está dividido em seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Sul, Vale do Itajaí, Norte, Serra e Oeste, sendo esta a maior região do ponto de vista geográfico, correspondendo a um quarto do território estadual (27.255,5 km²).

Mapa 1 – Mesorregião Oeste de Santa Catarina



Fonte: Sidra/IBGE, 2016³.

A mesorregião Oeste abrange 118 municípios (um terço do total de municípios do estado) e possui uma população estimada em 1.120.712 habitantes (IBGE, 2010⁴). A Região é composta por cinco microrregiões: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel d’Oeste e Xanxerê, conforme indicação no mapa a seguir.

³ Disponível em: <<http://www.estatgeo.ibge.gov.br/mapa/mapa.html?nm8=1&nm3=1&nz=3&uz=42&ni=8&ui=4201>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

⁴ Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=5&i=P>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Mapa 2 – Mesorregião Oeste de Santa Catarina com indicação das microrregiões



Fonte: elaboração da autora (2017), a partir do Google Imagens.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “As origens e o desenvolvimento da educação superior na Região Oeste de Santa Catarina (1968-2015)”, apresenta a Região Oeste e o contexto histórico que a constituiu. Descreve o povoamento e as principais atividades econômicas que se desenvolveram na Região até a implantação dos primeiros cursos de graduação. Neste capítulo são apresentados os principais ciclos que caracterizam a educação superior na Região.

O segundo capítulo, denominado “Dinâmicas da expansão da educação superior no Oeste de Santa Catarina”, apresenta um conjunto de dados sobre as instituições, cursos e estudantes da Região, agrupando-os por: i) Graduação Presencial; ii) Graduação a Distância; iii) Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

No terceiro capítulo, mostram-se, de forma sintética, as principais conclusões desta pesquisa e é oferecido ao leitor as respostas das questões que motivaram esta busca.

CAPITULO I

2 AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA (1968-2015)

Este capítulo está organizado em três partes principais. Num primeiro momento apresentamos, brevemente, o histórico da Região Oeste, espaço desta pesquisa. Em seguida, descrevemos o contexto de surgimento da primeira instituição de ensino superior em 1968.

Na terceira parte deste capítulo apresentamos os ciclos que caracterizam o desenvolvimento do ensino superior na Região Oeste. Os “ciclos” estão associados a fatores de ordem social, econômica e política.

A partir deste capítulo é possível compreender a organização da educação superior na Região Oeste e as similaridades que se produziram a partir dos âmbitos estadual e nacional. Além disso, é possível analisar as políticas que favoreceram o desenvolvimento da educação superior ao longo dos anos.

2.1 A REGIÃO OESTE: CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO

Como já apresentado na introdução desta pesquisa, o estado de Santa Catarina é subdividido em seis mesorregiões e cada uma delas é composta por microrregiões. Assim, a mesorregião Oeste é formada pela união de 118 municípios, e estes integram cinco microrregiões, sendo elas: Chapecó, Concórdia e Xanxerê (no Oeste), Joaçaba (no Meio-Oeste) e São Miguel do Oeste (no Extremo-Oeste).

Trata-se de uma Região cujo processo de ocupação se intensificou a partir do início do século XX. Até o final do século XIX prevaleciam as matas ocupadas por índios e caboclos. A Região era passagem de tropeiros entre o Sudeste e o Sul do País. De acordo com Woloszyn (2008, p. 3): “A área era já habitada por comunidades nativas *Kaingang* e *Xokleng*, por alguns trabalhadores escravizados fugidos do Paraná e do Rio Grande do Sul e por luso-brasileiros que, por diversas razões, aqui haviam se estabelecido.” Pertille (2008, p. 32) registra, também, a presença de povos *Guaranis* e de fazendeiros vindo de São Paulo e Curitiba. A figura do caboclo é bastante presente na história regional, resultante da miscigenação desses grupos (WOLOSZYN, 2008; PERTILLE, 2008).

O Oeste, desde o início de sua povoação, foi palco de disputas. A primeira delas, a disputa entre Portugal e Espanha que marcou a “Guerra Guaranítica” no século XVIII. A

segunda grande disputa se deu no final do século XIX, a Região foi disputada entre Brasil e Argentina, o conflito ficou conhecido como “Questão de Palmas”. A questão das terras foi julgada pelo então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, em 1895, que deu parecer de pertencimento ao Brasil, marcando como fronteira os rios Peperi-Guaçu e seu afluente rio Santo Antônio.

O terceiro grande conflito ficou conhecido como “Guerra do Contestado”. Desde 1853 os estados do Paraná e Santa Catarina disputavam os limites territoriais. Com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, o governo catarinense entrou com pedido junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 1901, reclamando os direitos de posse da área disputada. Em 1904, o STF deu ganho de causa para Santa Catarina, reconhecendo as terras entre os limites Leste, no rio Peperi-Guaçu; Oeste, no rio do Peixe; Norte, no rio Iguaçu e, Sul, no rio Uruguai como terras catarinenses. O governo do Paraná, por sua vez, não reconheceu a decisão, dando continuidade ao processo de ocupação das terras.

A disputa se acirrou a partir do início das obras de construção da estrada de ferro. De acordo com Woloszyn (2008, p. 4):

No início do século XX, um fenômeno de ordem econômico-político-social acarretou profundas mudanças para a Região e, em especial, para a população cabocla. A construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, cujo objetivo inicial era ligar o sul com o sudeste do Brasil, provocou um dos maiores conflitos sociais da história do país.

A construção do trecho catarinense iniciou em 1906, sob responsabilidade do empresário Percival Farquhar. A empresa Brazil Railway Company havia ganhado do governo federal uma faixa de 15 quilômetros de cada margem dos trilhos, obrigando todos os caboclos residentes nessa área a desocuparem o território. Toda a população banida das terras que foram concedidas à empresa estadunidense foi obrigada a viver em redutos e acampamentos, muitos dos quais organizados por lideranças religiosas, entre os quais o monge José Maria. A expulsão dos caboclos contrariava vários direitos de posse desde as sesmarias⁵ e, sobretudo, as concessões decorrentes da Lei de Terras de 1850.⁶

Para trabalhar na construção da estrada de ferro e extração da madeira desta faixa de terra, a Região recebeu cerca de oito mil trabalhadores oriundos de diferentes regiões do País.

⁵ Diz respeito a um lote de terra abandonado que os reis de Portugal cediam aos povoados.

⁶ Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. A lei foi criada para regulamentar a posse de terras em tempos que a população brasileira crescia e se alastrava com rapidez.

Ao término da construção, parte significativa destes trabalhadores desempregados se juntou aos caboclos.

Em 1912, o descontentamento dos caboclos e dos desempregados da empresa assumiu grande proporção. Motivados pelo monge José Maria e por outros líderes messiânicos, os caboclos se lançaram à guerra. Esse cenário, como descreve Woloszyn (2008, p. 5), “[...] levou a eclosão da Guerra do Contestado, que ‘incendiou’ a Região de 1912 a 1916, dizimando em torno de vinte mil caboclos”. O conflito findou com o acordo conhecido como “Questão do Contestado”, assinado pelos governadores de Paraná, Affonso Alves de Camargo, e de Santa Catarina, Felipe Schmidt, mediado pelo presidente Wenceslau Braz, em 1916. Mediante o acordo, as terras contestadas ficaram para o estado de Santa Catarina.

Como forma de proteger este território e favorecer a ocupação, em 1917 o governo catarinense criou, por meio da Lei n. 1.147, de 25 de agosto de 1917, os municípios de Xapecó (Chapecó), Cruzeiro (Joaçaba), Mafra e Porto União (PERTILLE, 2008). Além disso, o governo catarinense entregou as terras às companhias colonizadoras para que fossem loteadas e vendidas. O propósito do governo, conforme descreve Woloszyn (2008, p. 5), era atrair para a Região descendentes de europeus. As companhias colonizadoras deviam:

[...] promover migração dirigida a grupos específicos: o colono-camponês de origem europeia – alemão, italiano, polonês, etc. –, com destaque para as comunidades estabelecidas no Rio Grande do Sul. Lá, já haviam demonstrado serem trabalhadores ordeiros capazes de explorar a terra numa ótica mercantil (WOLOSZYN, 2008, p. 5).

Antes da chegada das companhias colonizadoras a Região era ocupada, exclusivamente, por indígenas e caboclos. A relação entre esses dois grupos nunca foi harmônica, mas a convivência era possível muito em virtude do fato de que os dois grupos mantinham uma relação de subsistência com a terra e os recursos naturais. A partir de 1920 se intensifica o fluxo migratório para a Região. A chegada dos descendentes europeus introduz aspectos novos, que desorganizam as formas de viver até então praticadas. Tanto o índio quanto o caboclo passam a ser expulsos e perseguidos (RENK, 2006). O colonizador tinha obsessão por acúmulo de bens, enquanto o caboclo preferia criar gado solto, domar cavalos, ter roça pequena. Como eram costumeiramente nômades, não tinham grandes casas. Essas diferenças culturais desdobraram-se em conflitos de valores entre os dois grupos étnicos e, com o passar dos anos, os migrantes se tornaram possuidores das terras, ficando o caboclo empobrecido de capital e tornando-se peão dos migrantes.

A venda dos lotes de terras na Região se estendeu até 1960, por conta das locadoras como a Brazil Development & Colonization, Cia. Sul Brasil, Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda., Empresa Colonizadora Chapecó-Pepery Ltda., Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda., Sociedade Wolksverein, Barth-Benetti e Cia, Pinho e Terras Ltda., Emp. Col. Luce, Rosa & Cia Ltda. (PERTILLE, 2008).

A primeira atividade econômica na Região Oeste surgiu no século XIX por meio da passagem dos tropeiros. Pertille (2008, p. 34) afirma que a partir de 1845 tropeiros iniciam suas passagens pela Região. Estes comercializavam mulas, extraíam e vendiam erva-mate e outras matérias-primas que tinham como destino o estado de São Paulo. A passagem dos tropeiros criou muitos postos de parada para descanso e abastecimento e, com isso, originaram-se várias vilas, como foi o caso de Chapecó.

No século XX, a madeira foi a primeira fonte de renda dos “novos colonos”⁷ e os caboclos utilizados como força de trabalho.

Tratar de colonização geralmente implica evidenciar uma relação de dependência entre grupos. Paralelo ao avanço do colonizador para determinada Região, o colonizado é, na maioria das vezes, espoliado e gradativamente tem sua autonomia fragilizada. Assim, na relação entre os diferentes grupos envolvidos num processo de colonização, facilmente se percebe a divisão entre ‘uns’ e ‘outros’, estigmatizados ou idealizados (RADIN, 2015, p. 147).

Os migrantes trouxeram sua cultura. Edificaram igrejas e escolas. Quanto à escola, “[...] a construção da escola ficava em plano inferior. São inúmeros os relatos que apontam estratégias adotadas pelos pais, que mandavam os filhos para a escola em dias alternados, para melhor aproveitar essa ‘mão-de-obra’, sobretudo na lavoura” (WOLOSZYN, 2008, p. 8).

O cultivo e a extração de erva-mate foram atividades marcantes na Região, conforme registrada na Bandeira de Konder,⁸ em 1929. A extração da erva foi responsável direta pela estruturação de cidades como Ponte Serrada, Vargeão, Jaborá e Catanduvas. A grande quantidade de madeira de lei, especialmente a araucária, atraiu centenas de serrarias, instaladas em vários locais.

⁷ Termo utilizado pela professora historiadora Noeli Woloszyn da Universidade do Contestado para designar a leva de migrantes sul-rio-grandenses que se instalaram no Oeste Catarinense logo ao término da guerra do Contestado.

⁸ A Bandeira de Konder refere-se a um fato histórico em que o governador do estado, Adolfo Konder, junto de uma comitiva, atravessaram o estado de Santa Catarina de ponta a ponta e fizeram registros do que observaram. Referência completa: CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina – documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.

De acordo com Pertille (2008, p. 83-84), os emigrantes gaúchos já comercializavam o excedente de sua produção agropecuária e procuraram fazer o mesmo em Santa Catarina, vendendo seus excedentes nos núcleos urbanos mais próximos. A partir de 1940 emerge na Região Oeste a indústria e comércio de alimentos, muito favorecido pela estrada de ferro que facilitava o transporte e o comércio com o Rio Grande do Sul e com São Paulo e a abertura de diversos postos de venda e troca ao longo da ferrovia. Nesta época era comum a criação de porcos para a produção de banha, que tinha como mercado o estado de São Paulo.

Na década de 1940 surgem os primeiros frigoríficos. Em 1940, a família Brandalise adquiriu um frigorífico no distrito de Videira, que se tornou mais tarde a empresa Perdigão S.A. Comércio e Indústria. Em 1942, no distrito de Herval D'Oeste implanta-se o Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli. Em 1944, funda-se a Sadia em Concórdia, por meio da expansão da atividade do comerciante Atílio Fontana. Em 1952, foi criada a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC) e, em 1956, a Indústria e Comércio Marafon Ltda., ambas em Chapecó (PERTILLE, 2008). Estes frigoríficos passam a produzir, em larga escala, banha, linguiça e carne processada.

Nas décadas de 1940 e 1950, em função da criação de suínos, cresceu a produção de milho e destacou-se, à época, também, a produção de feijão. Economicamente, destacavam-se as cidades de Caçador, Chapecó, Concórdia e Cruzeiro com atividades de beneficiamento de matérias-primas, uso e venda de ferramentas e máquinas agrícolas, comércio de maquinários, presença de automóveis, caminhões e pequenas indústrias agrícolas. As melhorias nas estradas feitas nestas décadas permitiram a introdução do caminhão como meio de transporte das mercadorias e, na década de 1960, diminui a atividade da ferrovia. Segundo Pertille (2008, p. 115), nesta década a população da Região era de 280.289 habitantes.

Nos anos 1960 começa a surgir a moderna avicultura, desenvolvida em regime de integração (produtor-empresa). As empresas passam a fornecer as matrizes, a ração e a assistência técnica, enquanto o produtor rural oferece seu espaço para criação de aves e sua mão de obra. Nesta década, ocorre significativo crescimento econômico na Região. As atividades agrícolas dão origem ao sistema cooperativista.⁹ Na Região foram criadas, em 1967, a Copervil (Videira), Alfa (Chapecó), e a Copérdia (Concórdia), em 1968, a CoperAuriVerde (Cunha Porã) e, em 1969, a CooperItaipu (Pinhalzinho) e a Aurora (Chapecó).

⁹ O sistema cooperativista inicia no estado de Santa Catarina no ano de 1964. Disponível em: <<http://www.ocesc.org.br/secao/institucional>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

O número de municípios também cresceu significativamente. Em 1950 existiam na Região apenas dez municípios. Entre 1950 e 1970 foram criados 56 novos municípios, dentre eles: Herval D'Oeste, Seara, Xanxerê, Xaxim, São Miguel do Oeste, São Carlos, Palmitos, Itapiranga, Abelardo Luz, Maravilha, Ponte Serrada, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, Saudades, Pinhalzinho, Palma Sola, Fraiburgo, Catanduvas e Treze Tílias. Entre os anos 1970 até 2000 outros 53 novos municípios são criados, entre os quais: Iporã do Oeste e Luzerna.

2.2 O CONTEXTO DE SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO OESTE

O crescimento econômico da Região, alavancado pela nascente indústria da produção e processamento de carnes, e o processo de criação de novos municípios foram os dois fatores que mais contribuíram para o surgimento dos primeiros cursos superiores na Região. A expansão da agroindústria e o crescimento da estrutura pública geraram uma demanda direta por profissionais de ensino superior, especialmente nas áreas de Educação, Administração, Contabilidade e Direito.

O surgimento dos primeiros cursos superiores na Região, no entanto, não pode ser associado exclusivamente a fatores regionais. Um conjunto importante de outras dinâmicas em âmbito estadual teve papel importante, cabendo destaque para a criação, em 1960, da primeira universidade pública federal no estado, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse fato reveste-se de particular importância na medida em que rompe com uma tradição de faculdades isoladas, iniciada no início do século XX. Até 1960 o estado vinha organizando seus cursos superiores em torno de faculdades, a exemplo do que foi iniciado em 1917, com a criação da primeira IES em Santa Catarina, o Instituto Politécnico. Sediado em Florianópolis, o Instituto surgiu da iniciativa de alguns profissionais que moravam na capital catarinense, como cirurgiões-dentistas, farmacêuticos, médicos, engenheiros, bacharéis em direito, um oficial da marinha e um guarda-livros. Nele funcionavam os cursos de Odontologia, Farmácia, Engenharia e Comércio. Anos mais tarde, professores do próprio Instituto deram início à criação da Faculdade de Direito, que funcionou por meio de doações até 1934 (PEGORARO, 2006). No ano seguinte, em 1935, a Constituição Estadual estabeleceu que o governo do estado devia assumir a responsabilidade com essa instituição. E, em seu artigo Art. 129, determinou que competia ao “Estado custear o ensino normal e manter ou subvencionar o ginasial, o

superior e o profissional de artes e ofícios”.¹⁰ No mesmo ano, por meio da Lei n. 19, de 20 de novembro de 1935, a Faculdade de Direito foi estatizada. Três anos após, o Decreto-Lei n. 120, de 9 de junho de 1938, tornou o instituto “livre e particular”. Somente em 1956 a faculdade foi federalizada, ano em que o estado volta a contar com ensino superior público.

Em 1960, por meio da Lei n. 3.849/60, de 18 de dezembro de 1960, a UFSC é criada como IES pública e gratuita no estado, aglutinando em torno de si as diferentes faculdades e cursos existentes em Florianópolis. As faculdades isoladas dão origem a um modelo novo, a universidade, que integra o ensino, a pesquisa e a extensão.

Poucos anos após a criação da UFSC o governo estadual criou, por meio do Decreto n. 2.802, de 20 de maio de 1965, a segunda universidade no território catarinense. A Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) surgiu da aglutinação da Faculdade de Educação (FAED), do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE), da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC) e da Faculdade de Engenharia de Joinville, esta sediada em Joinville.

A criação da UDESC, conforme destaca Mathias (2015, s/p), constava no Plano de Metas – PLAMEG - (1961-1965) do então governador Celso Ramos. Segundo o autor, “[...] na época, identificou-se a falta de mão de obra qualificada. Até então, o ensino superior tinha menos de 1.000 vagas”. Nesse período estava em curso o processo de reorganização da Secretaria da Educação e Cultura e a implantação do recém-criado Conselho Estadual de Educação (CEE) e do Fundo Estadual de Educação (Lei estadual n. 2.772, de 21 de julho de 1961).

A criação da UFSC e da UDESC repercutiu de forma direta em todas as regiões do Estado, mais do que isso, o CEE foi marcante para a ampliação da educação superior em Santa Catarina. A implantação dos primeiros cursos superiores passou a ser uma bandeira das administrações públicas municipais e das principais lideranças empresariais e comunitárias das diferentes regiões. A inexistência das condições políticas e orçamentárias para a expansão das IES públicas (federais e estaduais) pelo interior do Estado contou decisivamente para o surgimento das iniciativas que resultaram na criação de diversas fundações educacionais, sediadas nas cidades com maior concentração populacional, liderança política e peso econômico. O envolvimento da comunidade, especialmente das lideranças políticas, empresariais, religiosas, sociais e educacionais, foi decisivo na produção do convencimento

¹⁰ Santa Catarina. *Constituição do estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1935. Citado por Gumbowsky (2016, [s.p.], grifo nosso).

público sobre a necessidade de criar as primeiras faculdades nas cidades do interior e para a aprovação das fundações no âmbito dos poderes públicos municipais.

A década de 1960 marca o início do processo de interiorização da educação superior em Santa Catarina. O CEE/SC (criado em 1961)¹¹ passa a autorizar os primeiros cursos no interior do estado, sediados em municípios de médio e pequeno porte (AGUIAR, 2012; GUMBOWSKY, 2004). As iniciativas catarinenses refletiam também o que vinha ocorrendo em âmbito nacional. A expansão da educação superior por meio do sistema fundacional estava previsto e assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (Lei n. 4.024/61) e na Reforma Universitária de 1968 (Lei n. 5.540/68).

O Art. 107 da LDB de 1961 assim se refere:

Art. 107. O poder público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas, e facultará aos contribuintes do imposto de renda a redução dos auxílios ou doações comprovadamente feitos a tais entidades.

A Reforma Universitária de 1968 também contempla o sistema fundacional. Em seu Art. 2º estabelece que: “O ensino superior indissociável da pesquisa será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.”

Conforme estudos de Pegoraro (2006), na década de 1960 começa a surgir no estado catarinense significativo número de instituições isoladas. Estas instituições se configuram como Fundações Educacionais criadas pelo poder público municipal, porém de direito privado. Definem-se como IES filantrópicas e sem fins lucrativos (FRANTZ, 2004; PEGORARO, 2006; TREVISOL, 2015). As fundações criadas no período seguiram o disposto pelo Inciso IV, do Art. 5º, do Decreto-Lei n. 200, de 1967:

IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes. (Incluído pela Lei n. 7.596, de 1987).

Conforme detalha o quadro abaixo, entre 1964 e 1986 foram criadas em Santa Catarina, além das duas universidades acima referidas, vinte fundações educacionais.

¹¹ Criado pela Lei n. 2.975, de 18/12/1961 e organizado pela Lei n. 3.030, de 15/05/1962.

Quadro 1 – Fundações educacionais de ensino superior no estado de Santa Catarina (1964-1986)

Instituição	Sigla	Ano de criação	Cidade	Região
Fundação Educacional da Região de Blumenau	FURB	1964	Blumenau	Vale
Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina	FESSC	1964	Tubarão	Sul
Fundação Joinvillense de Ensino	FURJ	1965	Joinville	Norte
Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense	UNIPLAC	1965	Lages	Serrana
Fundação do Estado de Santa Catarina	FESC	1965	Florianópolis	Grande Florianópolis
Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí	FEDAVI	1966	Rio do Sul	Vale
Fundação Educacional de Criciúma	FUCRI	1968	Criciúma	Sul
Fundação Universitária do Oeste Catarinense	FUOC	1968	Joaçaba	Oeste
Fundação Educacional do Planalto Norte Catarinense	FUNPLOC	1970	Canoinhas	Planalto Norte
Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí	FEPEVI	1970	Itajaí	Vale
Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste	FUNDESTE	1971	Chapecó	Oeste
Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe	FEMARP	1971	Videira	Oeste
Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe	FEARPE	1971	Caçador	Oeste
Fundação Educacional do Norte Catarinense	FUNORTE	1971	Mafra	Planalto Norte
Fundação Educacional de Brusque	FEBE	1973	Brusque	Vale
Fundação Educacional Barriga Verde	FEBAVE	1974	Orleans	Sul
Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense	FEAUC	1976	Concórdia	Oeste
Fundação Educacional do Planalto Catarinense	FEPLAC	1976	Curitibanos	Serrana
Fundação Educacional Regional Jaguaruense	FERJ	1976	Jaraguá do Sul	Norte
Fundação Educacional do Extremo Oeste de Santa Catarina	FENESC	1978	São Miguel do Oeste	Oeste
Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani	FEMAI	1986	Xanxerê	Oeste

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de Pegoraro (2006, p. 207-208) e Trevisol (2015, p. 515).

O Oeste de Santa Catarina, assim como as demais regiões do Estado, engajou-se no movimento de criação da primeira Fundação Educacional. Vale lembrar que em 1968 a educação superior foi pauta central do governo militar Costa e Silva. Nesse ano é promulgada a Reforma Universitária, inserindo mudanças profundas no sistema universitário brasileiro. No plano estadual, o governo de Ivo Silveira movia-se para implementar o seu Plano de Metas (1966-1970) e o Plano Estadual de Educação (PEE 1969-1980). A interiorização, como se pode observar abaixo, integrava o Plano Estadual de Educação do período. Um dos itens propunha o:

Entrosamento entre a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, UDESC, e a Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, para que estas, através da formação de grupo interuniversitário, liderem o desenvolvimento do ensino superior no Estado, vinculem ou assistam as diversas unidades isoladas do interior e fixem, através de plano específico a ser coordenado com o Conselho Estadual de Educação, a política de expansão desse ramo de ensino (UDESC, 1969, p. I. 14).

A UDESC foi designada como a instituição responsável pelo desenvolvimento de um estudo sobre a viabilidade técnica e financeira para a instalação dos primeiros cursos de nível superior no Oeste Catarinense. O estudo desenvolvido apontou que a Região, “[...] de acordo com as estimativas do IBGE para o ano de 1968, conta o Vale do Rio do Peixe, presentemente, com 285.961 habitantes, correspondentes a 10,6% da população estadual” (UDESC, 1969, p. III. 3). O estudo indicou ainda a existência de 12.076 alunos matriculados no 1º Ciclo dos diversos cursos de ensino médio e 2.143 no 2º Ciclo. Enfatizou que a Região não possuía cursos técnicos e, além dos estabelecimentos de ensino comercial, existia apenas um Ginásio Agrícola no município de Concórdia. Apontou também deficiências no transporte, comunicações, produção e distribuição de energia elétrica, além de observar que os municípios da Região tinham ligações econômicas, culturais e sociais muito estreitas com o Rio Grande do Sul e o Paraná.

Após analisar as diferentes cidades da Região, o estudo concluiu que a cidade de Joaçaba apresentava as melhores condições para a implantação dos primeiros cursos, dado o fato de:

Possuir posição geográfica, encruzilhada de vias de transporte, situação industrial e agrícola esplendida, o comércio mais ativo e dinâmico da Região, serviços bancários e de infraestrutura razoáveis, atividades culturais e de ensino e serviços hospitalares a altura, demografia representativa, finanças públicas razoáveis, a cidade assume feição e conteúdo de cidade regional (UDESC, 1969, p. IV. 15).

Enquanto polo da “Zona Fisiológica do Vale do Rio do Peixe possuía, em 1968, 29 municípios e a Zona Oeste, 34 municípios [...]. Dos aspectos abordados neste título, resta a certeza de ser Joaçaba – Herval D’Oeste, sem dúvida alguma cidade-polo do Rio do Peixe e quiçá do Oeste” (UDESC, 1969, p. IV. 15). O estudo sugeriu a implantação do curso de Administração, pois “[...] o estabelecimento em Joaçaba de uma Faculdade de Administração é a melhor recomendação para a Região, conforme as conclusões que se pode tirar das características da Região e do município” (UDESC, 1969, p. V. 3).

O ambiente político favorável levou a Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba a propor a criação de uma fundação pública municipal de direito privado, denominada FUOC, cuja aprovação final se deu por meio da Lei Ordinária 545, publicada em 22 de novembro de 1968. A FUOC, como descreve o estudo de viabilidade desenvolvido pela UDESC em 1969, “[...] nasceu sob a pressão da vontade da população de toda a Zona Fisiológica do Vale do Rio do Peixe, e da responsabilidade da Prefeitura Municipal e das classes produtoras de Joaçaba [...]” (UDESC, 1969, p. I. 2). No mesmo ano de criação, representantes da recém-criada FUOC participaram do 1º Colóquio sobre Regionalização do Ensino Superior, realizado pela UDESC em Florianópolis, com o propósito de tratar da implantação do primeiro curso de graduação. Como descrevem os dirigentes da UDESC no excerto abaixo, o assunto revestia-se de enorme importância:

Para que se possa avaliar a necessidade de implantar-se cursos superiores no Vale do Rio do Peixe que, além de irem atender, simplesmente, as inquestionáveis necessidades da Região, atenderão ainda toda a Região do Extremo-Oeste Catarinense, bastaria lembrar que, somadas as populações daquelas duas regiões, existem ali mais de 600.000 catarinenses que não dispõem sequer de um curso superior. Some-se a este fato as distâncias que separam aquelas regiões dos centros onde as oportunidades de ensino superior existem, seja em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul ou no Paraná, e mais grave e profundo se apresentará o problema (UDESC, 1969, p. I. 45).

Instituída a FUOC, o passo seguinte foi buscar a aprovação do projeto do primeiro curso a ser implantado junto ao CEE. A autorização para funcionamento do curso de Administração, vinculado à Faculdade de Administração de Joaçaba (FAJO), se deu em dezembro de 1971 e as aulas foram iniciadas no ano seguinte.¹²

O êxito de Joaçaba repercutiu de forma imediata. A partir de 1971 diversos municípios da Região Oeste criaram, via leis municipais, as suas fundações educacionais.

¹² Informações disponíveis em: <<http://www.unoesc.edu.br/unoesc/historico>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

2.3 OS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO

A extensa pesquisa realizada sobre o desenvolvimento da educação superior no Oeste Catarinense revelou uma série de fatos e aspectos comuns, ocorridos quase de forma simultânea, em diferentes cidades da Região no mesmo período de tempo. Com o propósito de produzir uma síntese das principais similaridades ao longo do período em estudo (1968-2015), faremos uso do conceito de “ciclo”. Por meio dele pretendemos demonstrar que a expansão havida na Região ocorreu em fases, com algumas características bastante homogêneas. Os ciclos, neste caso, indicam tendências e dinâmicas comuns que se reforçam e se transformam ao longo do tempo.

A expansão da educação superior na Região pode ser sintetizada e compreendida a partir de cinco principais ciclos.

2.3.1 Criação das Fundações Educacionais

Na Região Oeste de Santa Catarina encontramos o que podemos chamar de *ciclo de criação das Fundações Educacionais*, que teve início em 1968 e se estendeu até 1986. A inexistência das condições políticas e orçamentárias para a expansão das IES públicas (federais e estaduais) pelo interior do Estado contou decisivamente para o surgimento das iniciativas que resultaram na criação de diversas fundações educacionais, sediadas nas cidades com maior concentração populacional, liderança política e peso econômico. O envolvimento da comunidade, especialmente das lideranças políticas, empresariais, religiosas, sociais e educacionais foi decisivo na produção do convencimento público sobre a necessidade de criar as primeiras faculdades nas cidades do interior e para a aprovação das fundações no âmbito dos poderes públicos municipais.

O primeiro município a empreender esforços nessa direção foi Joaçaba, aprovando, em 1968, a criação da FUOC. O modelo fundacional passou a ser a principal alternativa para a interiorização do ensino superior em Santa Catarina. Poucos anos após a criação da FUOC em Joaçaba, vários municípios da Região decidem criar as suas próprias fundações educacionais. Apenas no ano de 1971 surgem a FEARPE em Caçador, a FUNDESTE em Chapecó e a FEMARP em Videira. Em 1976, Concórdia cria a FEAUC, em seguida, São Miguel do Oeste cria a FENESC, em 1978, e Xanxerê cria a FEMAI, em 1986.

Servindo-se da legislação nacional em vigor, especialmente o previsto pela Lei n. 4.024/61 (LDB de 1961) e pela Lei n. 5.540/68 (Reforma Universitária), os municípios passaram a criar as chamadas fundações públicas de direito privado. Inserem-se no arco das entidades do “terceiro setor” na medida em que são públicas não estatais, cuja finalidade principal é promover atividades sem fins lucrativas, de interesse público. Conforme destaca Pegoraro (2006, p. 195), “[...] o Terceiro Setor é composto de organizações privadas sem fins lucrativos, que atuam nas lacunas deixadas pelos setores públicos e privados, mas são atividades de interesse público, buscam o bem-estar social [...]”.

As fundações municipais passaram a ser o ente jurídico por meio do qual se tornava possível solicitar ao CEE a autorização dos primeiros cursos de graduação, cuja implantação se deu em estruturas alugadas e com limitadas condições de infraestrutura de pessoal, bibliotecas e laboratórios. Por serem entidades públicas de direito privado, - e mesmo as de direito público como a UDESC e a FURB, de início - a cobrança de mensalidades tornou-se possível, constituindo-se, ao longo do tempo, como a principal fonte de financiamento das IES. De forma lenta e progressiva, o CEE passou a autorizar os primeiros cursos, voltados, na sua grande maioria, para o atendimento das necessidades do campo educacional e da administração pública e de empresas. Priorizou-se, na fase inicial, a implantação dos cursos de Administração, Contabilidade, Pedagogia, Estudos Sociais e Direito.

2.3.2 Criação das universidades a partir das Fundações Educacionais

O primeiro ciclo correspondeu a aproximadamente vinte anos. Nesse período, entre o início dos anos 1970 e a primeira metade dos anos 1990, as fundações buscaram consolidar os cursos e construir a infraestrutura física básica para o desenvolvimento das atividades. Funcionaram como pequenas IES isoladas, de abrangência microrregional, ofertando alguns poucos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu*.

Na segunda metade dos anos 1980 inicia em Santa Catarina um amplo movimento – aqui designado como de segundo ciclo – que visava criar universidades. Este movimento se deu no sentido de instituir universidade a partir das Fundações. Em alguns casos, foi necessário aglutinar mais de uma Fundação para criar universidade. As primeiras iniciativas nessa direção, como se pode observar abaixo, foram dadas pela FURB (Blumenau), seguida pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), em Itajaí, e pela UNISUL, em Tubarão.

Quadro 2 – Criação das Universidades a partir das Fundações Educacionais no estado de Santa Catarina* (1986-2009)

Fundação	Instituição	Ano de reconhecimento	Cidade
FURB	Universidade Regional de Blumenau – FURB	1986	Blumenau
FEPEVI	Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALLI	1989	Itajaí
FESSC	Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	1989	Tubarão
FUOC, FEMARP, FUNDESTE, FENESC, FEMAI	Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC	1995	Joaçaba
FURJ	Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE	1996	Joinville
FEARPE, FUNPLOC, FUNORTE, FEAUC, FEPLACI	Universidade do Contestado – UnC	1997	Caçador
FUCRI	Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC	1997	Criciúma
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC	1999	Lages
FERJ	Centro Universitário de Jaraguá do Sul – UNERJ	2000	Jaraguá do Sul
FEDAVI	Universidade da Região do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI	2001	Rio do Sul
FUNDESTE	Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ	2002	Chapecó
FEBE	Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE	2003	Brusque
FEARPE	Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP	2009	Caçador

* A UDESC também é registrada como Fundação Educacional (Fundação Educacional do Estado de Santa Catarina – FESC), criada em 1964, por lei estadual, no entanto esta Fundação foi transformada em Universidade ainda em 1965 e tornada pública estadual.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de Pegoraro (2013, p. 120 e 123) e Trevisol (2015, p. 515).

Inúmeros fatores estão na origem desse movimento, cabendo destaque para o fato de que as fundações haviam crescido significativamente, tanto do ponto de vista acadêmico (número de cursos, professores e funcionários), quanto de infraestrutura. Além disso, começava a se fazer presente um forte apelo da comunidade regional por mais oportunidades de formação aos jovens, principalmente os oriundos das famílias que não possuíam condições de manter seus filhos estudando em centros urbanos. A questão de organizar uma IES no modelo de universidade conferiria mais autonomia ao ente, como na criação de novos cursos.

A criação da primeira universidade na Região Oeste de Santa Catarina estava na pauta desde a década de 1970. Houve, em 1974, um movimento iniciado pelo bispo diocesano de Caçador, D. Orlando Dotti, que era também idealizador e diretor da FEARPE, de criar uma federação das fundações educacionais do meio oeste, Caçador, Videira e Joaçaba. A ideia, no entanto, não vingou, pois os dirigentes das três fundações almejavam o controle da federação.

Mais tarde, cabe mencionar, a propósito, a realização de um seminário na cidade de Chapecó em 1980, promovido pela UFSC e pelo Ministério da Educação (MEC). Havia-se a pretensão de que se fosse criada uma universidade federal que envolvesse as instituições do Vale do Rio do Peixe e a FUNDESTE de Chapecó, que seria a sede. Este movimento também não vigorou, pois os dirigentes das instituições do Vale do Rio do Peixe não queriam que as fundações deixassem de existir. Contudo, outros encaminhamentos nasceram após este seminário. Conforme descreve Pegoraro (2013, p. 138-139):

[...] a intenção do encontro era, a partir da fundação de Chapecó, criar mais uma universidade federal em Santa Catarina. Chapecó absorveria as demais fundações do Meio-Oeste e do Oeste do Estado. As lideranças do Meio-Oeste presentes, preocupadas com o desaparecimento de suas instituições de origem, lideradas pelo prof. Francisco Ansilheiro, da FUOC de Joaçaba, reuniram-se e fizeram uma contraproposta de criação de universidade federal no Meio-Oeste, a partir da federalização das fundações aí existentes.

Esta ideia da instalação de universidade federal no meio oeste não vigorou, contudo, manteve-se vivo o desejo de criação de uma universidade na região. O resultado foi a criação da Federação das Instituições do Meio-Oeste Catarinense (FEMOC).¹³. Após o referido seminário realizado em Chapecó, os dirigentes das instituições do Vale do Rio do Peixe passaram a ter maior contato e com vontade de que as Fundações sobrevivessem organizaram-se em uma Federação. Era uma instituição mantenedora de quatro fundações (FEARPE, FEMARP, FUOC e FEAUC). Firmada a federação, passou-se à elaboração do projeto de universidade. Na época dirigiam estas instituições os senhores Darci Fuga, Nilson Thomé, Darci Ribeiro e Hermógenes Balena, mas quem elaborava os projetos eram os professores nomeados pela mantenedora e oriundos das prefeituras ou de representantes da comunidade. Foram atores na elaboração deste projeto o professor Aristides Cimadon (FUOC) e Antonio Elisio Paseto (FEARPE).

¹³ Uma Federação de Fundações Educacionais era, até então, um modelo inédito no Brasil e, a mesma foi registrada como ente jurídico em 1982 (PEGORARO, 2013, p. 141).

Entre 1987 a 1990 firmou-se o projeto UNIMOC (Universidade Regional do Meio Oeste Catarinense), que não seria mais federal, mas sim regional e organizada sob ente jurídico tal qual o das Fundações. O último aspecto a ser definido foi o local da sede. Foi justamente este aspecto a razão pela qual o projeto UNIMOC foi deixado de lado. Os dirigentes das quatro instituições estavam desejosos por abrigar a sede da universidade.

Houve conflitos entre os dirigentes das instituições envolvidas, motivados por interesses econômicos e *status*, ao término decidiu-se não submeter um único projeto ao CFE e ao MEC. Com a desistência do projeto original a FEARPE e a FUOC moveram-se no sentido de elaborar projetos independentes de criação de universidade. Nesse sentido houve aliança entre Joaçaba, Videira e Chapecó, dando origem ao projeto Universidade do Oeste de Santa Catarina e, entre Caçador, Concórdia, Curitibanos, Mafra e Canoinhas, dando origem ao projeto Universidade do Contestado.

Os projetos foram elaborados na primeira metade dos anos 1990,¹⁴ e protocolados no CFE¹⁵ no mesmo ano pela via da autorização, que se concretizou 1991. Depois, em 1992, o processo de acompanhamento das universidades passa para o CEE/SC.¹⁶ Depois, reconhecidas e credenciadas em 1996 e 1997, respectivamente. Mais tarde a FENESC e a FEMAI viriam a integrar a UNOESC.

A UNOESC e a UnC foram criadas no formato *multicampi*. O modelo foi adotado com o propósito de integrar os municípios da Região. O Projeto de Universidade da UNOESC preocupava-se com a integração dos então 64 municípios que formavam o grande-oeste, em 1991.

¹⁴ Os dois projetos foram protocolados no Conselho Federal de Educação em 30 de março de 1990, com o pedido de autorização. O Ministro da Educação, na época, o senhor Carlos Alberto Gomes Chiarelli havia proibido a autorização ou a criação de universidades. Juntamente com os projetos da UNOESC e da UnC haviam outros 58 processos de universidades. Contudo, Chiarelli deu voto favorável à criação das duas universidades catarinenses por causa da força política local presente no congresso: 3 senadores, 16 deputados federais, prefeitos da região, lideranças regionais como Plínio De Nes, fundador da Chapecó Alimentos (hoje Aurora), representantes da Sadia de Concórdia e Chapecó e Saul Brandalise, presidente da Perdigão. O ministro Chiarelli tinha ligação com Saul, era Conselheiro Administrativo da Perdigão, por isso não foi contra Saul (PEGORARO, 2013).

¹⁵ Em 1994 o Conselho Federal de Educação foi extinto e, em seu lugar, em 1995, pela Lei nº 9.131, o Conselho Nacional de Educação.

¹⁶ O Parecer do CFE nº 270, de 05/05/92 permite ao CEE/SC a extensão prerrogativa, mencionada no artigo 9º, § 2º e, do artigo 15, da Lei nº 4.024/61, que diz respeito ao processo de acompanhamento, avaliação, credenciamento e reconhecimento das universidades no estado (GUMBOWSKY; SALOMON, 2014). Por isso, o acompanhamento da UNOESC e da UnC passam para o CEE/SC.

[...] o modelo multicampi constitui-se numa forma imprescindível para a Região por atender às exigências de integração e de cooperação com os setores produtivos e demais instâncias comunitárias, aliando-se ao seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural, além de favorecer as seguintes vantagens:

- a) agir como fator de mudança e transformação, considerando o modo de complementar das economias existentes na Região;
- b) atender de maneira mais barata e eficiente aos objetivos da educação;
- c) possibilitar a racionalização do processo técnico-administrativo;
- d) facilitar a relação entre o meio-urbano e o rural. (UNOESC, 1991, p. 21).

Nos anos 2000 surgem duas novas universidades na Região, oriundas de processos de separação/emancipação. A primeira delas, a UNOCHAPECÓ, criada em 2002, nasceu a partir da FUNDESTE, que inicialmente integrava a UNOESC. A segunda, a UNIARP, credenciada em 2009, surgiu da a partir da FEARPE, que integrava anteriormente a UnC.

O quadro abaixo explicita o processo de criação das universidades no Oeste Catarinense, indicando quais Fundações deram origem a cada uma das universidades na Região.

Quadro 3 – Criação das Universidades a partir das Fundações Educacionais na Região Oeste de Santa Catarina (1996-2009)

Fundações proponentes	Instituição	Sigla	Ano de credenciamento
FUOC, FEMARP, FUNDESTE	Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	1996
FEARPE, FUNPLOC, FUNORTE, FEAUC, FEPLAC	Universidade do Contestado	UnC	1997
FUNDESTE	Universidade Regional Comunitária de Chapecó	UNOCHAPECÓ	2002
FEARPE	Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe	UNIARP	2009

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de Pegoraro (2006) e em *sites* institucionais da UnC, UNOCHAPECÓ e UNIARP.

As universidades criadas na Região Oeste têm sua gênese nas Fundações Educacionais que a constituem e desde o princípio, quando nasceram como Fundações Públicas de Direito Privado, já tinham o propósito da coletividade, o seu patrimônio declarado público e sem fins lucrativos. A Lei n. 9.790/1999, em seu Art. 1º, qualifica as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos¹⁷, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

¹⁷ Definição para instituições sem fins lucrativos na Lei n. 9.790/1999, Art. 1º, parágrafo 1º: “Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social”.

A forma como as Universidades criadas a partir das Fundações se constituíram tem suas peculiaridades, por exemplo, a UDESC nasceu como Fundação Pública, de Direito Público, mas praticou cobrança de mensalidades até 1988, quando após a promulgação da Constituição Federal (CF/88) ficou desautorizada desta cobrança e assumiu-se como IES, além de Pública, gratuita. A FURB é uma Fundação Pública, de Direito Público, que cobra mensalidades e ao mesmo tempo recebe uma parcela de participação financeira do município de Blumenau, o que não ocorre com outras Universidades da mesma gênese (fundacional), mas que também não descaracteriza o modelo.

Desta forma, as IES Privadas e sem fins lucrativos (*non for profit*)¹⁸ podem receber certificados de “comunitária”, “filantrópica” e/ou “confessional”. Estes certificados são validados de tempos em tempos pelo CNAS e previstos no Art. 20 da LDB/96:

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

[...]

II – comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III – confessionais, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – filantrópicas, na forma da Lei.

A denominação IES Comunitária está definida na Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013. Esta lei as define como organizações da sociedade civil com características como: i) constituídas sob forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, mesmo que constituídas pelo poder público; ii) seu patrimônio pertence a entidades da sociedade civil ou do poder público; iii) são sem fins lucrativos. Estas instituições devem manter-se com recursos próprios (cobrança de mensalidades), e podem receber recursos públicos e privados e efetivar parcerias com ambos os setores, também, devem manter atividades de pesquisa, extensão e prestação de serviços à comunidade.

O certificado de IES Confessional refere-se à vinculação da instituição com igrejas ou confissões religiosas e procura ter embasamento filosófico-teórico.

O certificado de filantropia é validado pela Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social na Área da Educação (CEBAS) e regido pela Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009. Entre os quesitos, a IES deve: i) comprovar que é pessoa jurídica de direito

¹⁸ Termo utilizado por Helena Sampaio (2014), *for profit* é um termo da língua inglesa e relaciona-se à instituição “com fins lucrativos”, bem como o seu contrário *non for profit* quer dizer “sem fins lucrativos”.

privado, sem fins lucrativas e que presta serviços na área da educação; ii) obedecer ao princípio da universalidade no atendimento estendendo serviços à comunidade; iii) oferecer um percentual mínimo de gratuidade e bolsas de acordo com o perfil socioeconômico dos alunos (regido pela mesma lei); iv) seu patrimônio ter destinação pública. Esta ação atende ao Art. 20 da LDB/96.

2.3.3 Expansão das IES privadas particulares

Assim como vinha ocorrendo em esfera nacional e estadual, a partir de 2001 começa a surgir na Região um modelo novo de IES, os chamados institutos privados com fins lucrativos.

A LDB/96 reitera os ordenamentos da CF/88 acerca da coexistência da oferta de ensino superior em instituições públicas ou privadas (Art. 45), regulariza a existência do ensino superior privado (Art. 19 e 20) e, então, admite-se o privado com ou sem fins lucrativos. Com a estruturação das IES sem fins lucrativos, as universidades da Região, na década de 1990, também ganha força o movimento de criação das IES com fins lucrativos. De acordo com Gumbowsky (2004, p. 6):

Outro fato que se observa no cenário educacional catarinense, na década de 1990, é a proliferação de entidades estritamente privadas de ensino superior. Durante décadas Santa Catarina possuía apenas uma entidade considerada privada. Tratava-se da Associação Catarinense de Ensino – ACE, fundada em 1973 na cidade de Joinville [...].

A primeira década dos anos 2000 é claramente caracterizada pela expansão das IES privadas particulares. As IES com fins lucrativos (*for profit*) ou, como consta da legislação, particulares em sentido estrito, de acordo com inciso I, Art. 20 da LDB/96, são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características de filantropia. As primeiras IES privadas particulares implantadas na Região datam de 2001, a Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas (CELER), na cidade de Xaxim e, a Faculdade Itapiranga (FAI), no município de Itapiranga. Estas instituições tratam-se, nos termos estabelecidos pelo Art. 12 do Decreto n. 5.773/2006, de uma “faculdade”, uma modalidade de IES que recebe credenciamento do MEC. Às faculdades não é requisitada a oferta de cursos em diversas áreas de conhecimento, assim como não é exigida a pesquisa e a existência de programas de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Conforme se pode observar no quadro a seguir, nos anos seguintes são criadas várias IES em diferentes cidades da Região, oriundas da iniciativa de lideranças ligadas aos setores educacionais e empresariais.

Quadro 4 – Criação das IES privadas particulares (2001-2015)

Instituição Mantenedora	Instituição Mantida	Sigla	Cidade	Ano de Fundação
CELER Faculdades Ltda.	Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas – FACISA	CELER	Xaxim	2001
Sociedade Educacional de Itapiranga Ltda. – SEI	Faculdades de Itapiranga	FAI	Itapiranga	2001
Sociedade Educacional Concórdia Ltda. – SEC	Faculdade Concórdia	FACC	Concórdia	2003
Unidade Central de Educação FAEM Faculdade Ltda. – UCEFF	Faculdade Empresarial de Chapecó – FAEM	UCEFF Faculdades	Chapecó	2003
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Faculdade de Tecnologia Senac Chapecó	SENAC	Chapecó	2004
Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte	Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia	FATTEP	Concórdia	2005
Sociedade Educacional Pinhalzinho – ME	Faculdade Pinhalzinho	HORUS Faculdades	Pinhalzinho	2005
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Faculdade de Tecnologia Senac São Miguel do Oeste	SENAC	São Miguel do Oeste	2008
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Faculdade de Tecnologia Senac Caçador	SENAC	Caçador	2009
Sociedade Educacional Palmitos Ltda. – SEPAL	Faculdade Regional de Palmitos – FAP	Santa Rita	Palmitos	2009
Centro de Ensino Superior Santa Rita Ltda. – ME	Faculdade Anglo-Americano de Chapecó – FAACH	FAACH – Faculdades Santa Rita	Chapecó	2010
Sociedade Educacional Pinhalzinho – ME	Faculdade HORUS São Miguel – FSJ	HORUS Faculdades	São Miguel do Oeste	2015

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de AMPESC (2015) e consulta aos sites das IES.

As IES com fins lucrativos de Santa Catarina formam a Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (AMPESC), criada em 2000. O segmento das IES particulares cresceu de forma expressiva a partir da primeira década do século XX na Região e em todo o estado de Santa Catarina. De acordo com dados disponíveis no *site*¹⁹ da AMPESC, a associação representa, atualmente, 89% das IES particulares do estado e o segmento oferece mais de 670 cursos de educação superior.

As IES Privadas com ou sem fins lucrativos financiam suas atividades por meio da cobrança de mensalidades. As IES Privadas foram a regra na Região Oeste até o início dos anos

¹⁹ Disponível em: <<http://www.ampesc.org.br/conteudo.php?codi=HIST>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

2000 e tornaram-se além de alternativa, também opção para o estudante local, seja pela proximidade, seja pela qualidade, seja pelo preço, especialmente quando se pode contar com financiamentos ou bolsas.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), instituído por meio da Medida Provisória n. 1.827, de 27 de maio de 1999 e, posteriormente, convertida na Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, possibilitou o ingresso e a permanência de milhares de estudantes no ensino superior. Este programa de financiamento é voltado ao nível de graduação para estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos. De acordo com o MEC/CNE/CES (2013, p. 24), 598,3 mil contratos foram firmados entre 2010 e 2012. Em 2012, os cursos que tiveram maior número de contratos aprovados foram: Direito (41%), Administração (22%), Enfermagem (21%) e Engenharia Civil (16%).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído inicialmente pela Medida Provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004, e, no ano seguinte, pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que devidamente legitima o programa, também regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Este programa é destinado à concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (50%) para estudantes matriculados em cursos de graduação e sequenciais em IES Privadas.

No âmbito estadual, dois ordenamentos políticos contribuíram para a expansão das matrículas nas IES Privadas no sentido do oferecimento de bolsas. Trata-se da alteração dos Art. 170 e 171 da Constituição Estadual de 1989.

A Lei Complementar n. 281/2005 regulamenta o Art. 170, sobre a prestação de assistência financeira, ou seja, concessão de bolsas. A partir desta Lei, os alunos da graduação em IES Privada poderão receber bolsas de 50% e 100%. O Art. 1º determina obrigação do estado com a prestação de assistência financeira, colocando: 90% dos recursos às Fundações Educacionais²⁰ de Ensino Superior e 10% dos recursos financeiros para as demais IES legalmente habilitadas para funcionar no estado, que não possuam financiamento público (9%

²⁰ O inciso I, do Art. 1º, desta lei está regulamentados pelas seguintes alíneas:

- a) sessenta por cento destinados à concessão de bolsas de estudo para alunos economicamente carentes;
- b) dez para a concessão de bolsas de pesquisa; e
- c) vinte por cento destinados à concessão de bolsas de estudos para alunos matriculados em Cursos de Graduação e Licenciatura em áreas estratégicas definidas pelas Instituições de Ensino Superior em conjunto com as entidades estudantis organizadas, representadas pelos acadêmicos dessas Instituições de Ensino Superior, com os Conselhos de Desenvolvimento Regional, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação e Inovação, aplicando, em todo Estado, cinquenta por cento desta verba proporcional ao critério Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - regional e o restante ao número de alunos nos campi dos projetos financiados; [...].

é para a concessão de bolsas de estudo e 1% para bolsa de pesquisa na forma de pagamento de mensalidade aos alunos).

A Lei Complementar n. 407/2008 regulamenta o Art. 171 e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)²¹. No Art. 6º está definido que os recursos do FUMDES devem ser distribuídos: i) 20% para bolsa de pesquisa e extensão; ii) 20% para bolsas de estudo a alunos matriculados em cursos de pós-graduação presencial (*Lato e Stricto Sensu*); iii) para bolsas de estudo a alunos matriculados em cursos presenciais de licenciatura; iv) 30% para bolsas de estudo a alunos carentes; v) 10% para a UDESC, destinado à implantação ou ampliação de *campi* no interior do estado.

2.3.4 Expansão do ensino superior a distância

A partir de 2002 a oferta de educação superior, na Região, passa a se dar também pela modalidade a distância. De acordo com os dados do INEP, em 2002, a UFSC ofereceu em Itapiranga o curso de Ciências Magister. Depois, em 2005, a UnC ofereceu na modalidade a distância, em Concórdia, o curso de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia. A partir de 2006, cresce a oferta de cursos EaD por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e a partir de 2009 por meio das IES Privadas sem fins lucrativos. Trata-se *ciclo de expansão da Educação a Distância*.

A educação a distância tem forte presença na Região Oeste, totalizando 58 polos de oferta em 2015. O Centro Universitário Internacional (UNINTER) é a IES com maior número de polos na Região, seguida da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e da UAB. Reúnem os maiores números de matrículas na Região Oeste, respectivamente, a UNOPAR com 9.223 matrículas, a UNINTER com 3.533 matrículas, e a UNIASSELVI com 2.896 matrículas (INEP, 2015). No quadro abaixo relacionamos as IES que mantinham oferta de Educação a Distância em 2015.

²¹ O Art. 2º rege que as empresas privadas beneficiárias de incentivos financeiros ou fiscais concedidos no âmbito dos programas estaduais deverão recolher valores ao FUMDES de acordo com o Art. 5º. No Art. 5º diz-se que os recursos arrecadados pelo Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior serão destinados ao pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para alunos que cursaram todo o Ensino Médio em Unidade Escolar da Rede Pública ou em Instituição Privada com bolsa integral e que residam há dois anos no Estado de Santa Catarina.

Quadro 5 – Instituições e polos de educação a distância no Oeste Catarinense (2015)

Natureza	IES	Polos	Total
Setor público	Universidade Aberta do Brasil – UAB	Caçador, Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Palmitos, Ponte Serrada, São Miguel do Oeste, Treze Tílias e Videira	9 polos
Setor Privado com Fins Lucrativos	Centro Universitário Internacional – UNINTER	Abelardo Luz, Caçador, Catanduvas, Chapecó, Concórdia, Herval D’Oeste, Irani, Palma Sola, Palmitos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Saudades, Videira e Xanxerê	15 polos
	Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Caçador, Chapecó, Concórdia, Fraiburgo, Maravilha, Pinhalzinho, Quilombo, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Xaxim	9 polos
	Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Herval D’Oeste, Itapiranga e Xaxim	3 polos
	Universidade Estácio de Sá – Estácio de Sá	Abelardo Luz	1 polo
	Centro Universitário UniSEB	Xanxerê	1 polo
	Faculdade Dom Bosco – FDB	Pinhalzinho	1 polo
	Faculdade Educacional da Lapa – FAEL	Chapecó e Iporã do Oeste	2 polos
Setor Privado sem Fins Lucrativos	Faculdade Cenecista de Osório	Concórdia	1 polo
	Universidade Paulista – UNIP	Caçador, Chapecó e São Miguel do Oeste	3 polos
	Centro Universitário SOCIESC – UniSOCIESC	Chapecó e Joaçaba	2 polos
	Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC	Joaçaba, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê	4 polos
	Universidade do Contestado – UnC	Iporã do Oeste, Chapecó, Concórdia e Caçador	4 polos
	Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul	Chapecó e São Miguel do Oeste	2 polos
	Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Chapecó	1 polo

* As IES listadas neste quadro são as que tinham oferta de cursos de ensino superior na Região Oeste de Santa Catarina, no ano de 2015.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados dos *sites* das IES (2017).

A existência da modalidade de cursos de ensino superior a distância está amparado na legislação nacional, especialmente na LDB/96. A diversificação da oferta de ensino superior

foi, como podemos ver no recorte da pesquisa, investida fortemente pelas IES privadas que viram na modalidade uma maneira de expandir suas matrículas e baratear seus custos.

O setor público se apropria desta modalidade a partir de 2006, por meio da UAB. A UAB foi instituída pelo Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. Conforme Art. 1º, o Sistema UAB está “[...] voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”.

Várias destas instituições compõem grandes grupos de investimento. A UniSEB, por exemplo, está associada ao grupo Estácio e a Uniasselvi está associada ao grupo Kroton Educacional. De acordo com Sampaio (2014), em 2013 houve fusão da Kroton com a Anhanguera Educacional, dando origem ao maior grupo de ensino do mundo. De acordo com o autor, as IES Privadas *for profit* que formam grupos educacionais têm características em comum como crescimento rápido, padronização pedagógica e sistema de apostilamento, modelo de governança com gestão estratégica centralizada e redução de custos que possibilita a diminuição das mensalidades.

Outras IES atuam em diferentes municípios, com a mesma mantenedora, mas com nomes fantasias diferenciados. De acordo com consulta feita ao e-MEC em junho de 2017²², a mantenedora Sociedade Educacional de Santa Catarina mantém: o Centro Universitário SOCIESC, em Joinville, credenciado no MEC em 1999; a Faculdade SOCIESC, no município de Florianópolis, credenciada em 1998; a Faculdade SOCIESC de Curitiba – SOCIESC, no município de Curitiba, credenciada em 2004; e a Faculdade SOCIESC de Balneário Camboriú, no município de Balneário Camboriú, credenciada em 2005.

2.3.5 Expansão do Ensino Superior Público

A partir de 2004 observamos na Região Oeste um quinto ciclo de expansão caracterizado pela expansão das IES Públicas. Esta dinâmica está relacionada ao que ocorre no restante do país, é um processo recente e estritamente relacionado às políticas públicas de expansão implementadas a partir de 2003.

Uma ação governamental representada pelo Decreto de 20 de outubro de 2003 é bastante significativa para o início de uma série de melhoramentos na educação superior. O referido decreto instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial que tinha o objetivo de analisar a atual situação e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e

²² Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Após esse passo, outras políticas contribuíram com a criação de novas universidades federais na tentativa de modificar a realidade brasileira de uma maioria de instituições privadas²³.

Outras políticas contribuem para a expansão ocorrida nas décadas de 2000 e 2010, podemos citar o Programa UAB, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

O quadro abaixo indica quais são as IES que oferecem cursos de educação superior público na Região Oeste de Santa Catarina a partir de 2004.

Quadro 6 – Instituições de educação superior pública com oferta de educação superior na Região Oeste de Santa Catarina

IES	Campus	Ano
UDESC	Centro de Educação Superior do Oeste (CEO) Chapecó	2004*
	Polo UAB Chapecó	2015*****
	Polo UAB Palmitos	2015*****
	Polo UAB Ponte Serrada	2015*****
	Polo UAB Concórdia	2015*****
	Polo UAB Caçador	2015*****
	Polo UAB Joaçaba	2015*****
IFSC	Chapecó	2006**
	Caçador	2009**
	São Carlos	2011**
	Campus Avançado São Lourenço do Oeste	2014***
	São Miguel do Oeste	2009**
	Xanxerê	2010****
	Polo UAB Palmitos	2015*****
IFC	Campus Avançado Abelardo Luz	2014***
	Concórdia	2005*
	Fraiburgo	2012**
	Luzerna	2011*
	Videira	2011*
UFFS	Chapecó	2010*
UFSC	Polo UAB Chapecó	2015*****
	Polo UAB Concórdia	2015*****
	Polo UAB São Miguel do Oeste	2015*****
	Polo UAB Treze Tílias	2015*****
	Polo UAB Videira	2015*****

* Ano de instalação do primeiro curso superior; ** Ano de criação/implantação do *campus*; *** Ano da autorização do *campus*; **** Ano da federalização do *campus*; ***** Ano base para verificação de oferta de curso.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados INEP (2015) e em informações nos *sites* das IES (2017).

²³ Um levantamento feito por Lima (2008) demonstra a quantidade superior de IES Privadas existentes no Brasil em comparativo com as públicas. De acordo com o autor, “[...] até 2006 do total de 2.398 IES, 2.141 são IES privadas e 257 são IES públicas, ou seja, 89,28% são instituições privadas e 10,72% são instituições públicas.” (LIMA, 2008, p. 67).

O ensino superior pago foi a regra na Região Oeste até o início da década de 2000. Em 2003, a UDESC implanta um *campus* em Chapecó, o Centro de Educação Superior do Oeste (CEO)²⁴. A partir de 2004, passa a oferecer cursos superiores gratuitos, inicialmente o curso de Zootecnia em Chapecó, Enfermagem em Palmitos e Engenharia de Alimentos em Pinhalzinho.

Em 2007, o governo federal lança o REUNI, por meio do Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. De acordo com Lima (2008, p. 68), o REUNI tem como objetivos:

[...] aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de aluno por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre instituições de ensino.

Entre 2003 e 2014 foram criadas 18 novas universidades públicas federais no país. Uma delas foi a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede na cidade de Chapecó. Criada em 2009 (Lei n. 12.029/09), a UFFS implantou os seus primeiros cursos de graduação em março de 2010, tendo hoje, no *campus* de Chapecó, 13 cursos de graduação, quatro mestrados e um doutorado na modalidade DINTER, além de outros cursos de especialização já concluídos e, alguns, em funcionamento.

A Lei Federal n. 11.892/2008 criou no país a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica. No âmbito do plano de expansão dos Institutos Federais, o estado de Santa Catarina foi contemplado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), com sede em Florianópolis, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), com sede em Blumenau. Os institutos resultaram da união de Escolas Agrotécnicas ou CEFETs, portanto, já existiam como autarquias federais, mas não como instituições de ensino superior, ainda, novos *campi* foram criados.

O IFC possui 15 *campi* em Santa Catarina, cinco deles localizados no Oeste: Abelardo Luz, Concórdia, Fraiburgo, Luzerna e Videira. O IFC foi criado pela Lei Federal n. 11.892/2008, com a integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à UFSC. Na Região Oeste,

²⁴ A criação do *campus* da UDESC na Região Oeste encontra-se no Diário Oficial do Estado, n. 17.086, de 31 de janeiro de 2003.

em 2006 e 2007, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (hoje IFC) ofereceu curso superior em Tecnologia de Alimentos.

O IFSC possui 22 *campi* em Santa Catarina, seis deles estão na Região Oeste, nas cidades de São Miguel do Oeste, São Carlos, Chapecó, Xanxerê, Caçador e São Lourenço do Oeste.

A UAB, de acordo com a Capes²⁵ (2016, [s.p.]), tem o intuito de interiorizar o ensino superior público:

Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Desse modo, funciona com um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior no Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

Assim, a UAB insere-se em cidades de pequeno e médio porte no país. Na Região Oeste foram instalados nove polos, conforme apresentado no quadro anterior.

Na Região Oeste, cursos superiores passaram a ser oferecidos em polos da UAB, a partir de 2006, como se tem notícia da oferta do curso de Letras Português pela UFSC no Polo UAB de Treze Tílias (DANIELLE, 2016). Os cursos são oferecidos na modalidade a distância, por instituições de ensino superior públicas, em polos de Apoio Presencial onde existe um tutor. É por meio de editais que as IES se inscrevem para oferecer cursos em determinado polo.

²⁵ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=7836>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

CAPÍTULO II

3 DINÂMICAS DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO OESTE

O presente capítulo apresenta um amplo conjunto de indicadores sobre o desenvolvimento da educação superior na Região nos últimos anos. Tendo o INEP e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como fontes principais, os dados serão apresentados em forma de gráficos, tabelas e quadros. Por meio deles pretende-se analisar o perfil das instituições que atuam na Região, assim como as principais dinâmicas que caracterizam a expansão dos cursos de graduação (presencial e a distância) e de pós-graduação *Stricto Sensu*.

3.1 O ENSINO DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL

Como observado em outros momentos deste trabalho, o primeiro curso de graduação implantado na Região Oeste de Santa Catarina foi o de Administração, na cidade de Joaçaba, com início das aulas em 1972. A partir do início dos anos 1970, a expansão dos cursos foi impulsionada pela criação de novas fundações educacionais em várias cidades da Região. O crescimento mais efetivo, no entanto, ocorreu a partir da segunda metade dos anos 1990, com a criação das duas primeiras universidades, a UNOESC e a UnC.

3.1.1 As instituições de ensino superior

Na Região Oeste encontramos, em 2015, 21 IES com oferta de cursos de graduação presencial. Dezesete delas possuem sede na Região.

Quadro 7 – IES que ofertam cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por município sede e município de oferta (2015)

IES mantida	Sede	Local de oferta
Faculdade Anglo-Americano de Chapecó – FAACH	Chapecó	Chapecó
Faculdade Concórdia – FACC	Concórdia	Concórdia
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA/CELER	Xaxim	Xaxim
Faculdade de Itapiranga – SEI/FAI	Itapiranga	Itapiranga
Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia – FATTEP	Concórdia	Concórdia
Faculdade de Tecnologia Senac Caçador – SENAC	Caçador	Caçador
Faculdade de Tecnologia Senac Chapecó – SENAC	Chapecó	Chapecó
Faculdade de Tecnologia Senac São Miguel do Oeste – SENAC	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
Faculdade de Tecnologia Senai Chapecó – SENAI	Chapecó	Chapecó
Faculdade Empresarial de Chapecó – FAEM*	Chapecó	Chapecó
Faculdade Pinhalzinho – HORUS	Pinhalzinho	Pinhalzinho
Faculdade HORUS São Miguel – FSJ	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
Faculdade Regional Palmitos – FAP	Palmitos	Palmitos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC	Florianópolis	Chapecó São Miguel do Oeste
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC	Blumenau	Concórdia Luzerna Videira
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP	Caçador	Caçador Fraiburgo
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ	Chapecó	Chapecó São Lourenço do Oeste Xaxim
Universidade do Contestado – UnC	Mafra	Concórdia
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	Florianópolis	Chapecó Pinhalzinho
Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC	Joaçaba	Capinzal Chapecó Fraiburgo Maravilha Joaçaba Pinhalzinho São José do Cedro São Miguel do Oeste Videira Xanxerê
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS	Chapecó	Chapecó

* A FAEM pode também ser referenciada com o nome UCEFF Faculdades.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2015) e consulta aos *sites* das IES (2017).

Ao analisar as características das IES que ofertam cursos de graduação na Região, alguns aspectos chamam a atenção.

O primeiro deles diz respeito ao Perfil Administrativo (natureza administrativa) das IES. Dentre as categorias administrativas das IES da Região Oeste, com oferta de educação presencial, destaca-se a presença das instituições Privadas. As IES Privadas correspondem a 80,9% do total de instituições que ofertam cursos de graduação presencial. Do montante das

IES Privadas, a maioria, 47,6%, define-se como “sem fins lucrativos” (FAACH, FATTEP, SENAC Caçador, Chapecó e São Miguel do Oeste, SENAI Chapecó, UNOESC, UNC, UNOCHAPECÓ e UNIARP). As demais, 33,3%, são instituições “com fins lucrativos” (FACC, FAP, FAEM, CELER, FAI, HORUS e FSJ). A presença de IES públicas é tímida, representa 19,1% das IES. Desse percentual, 14,3% são Federais (UFFS, IFSC e IFC) e 4,8% são Estaduais (UDESC).

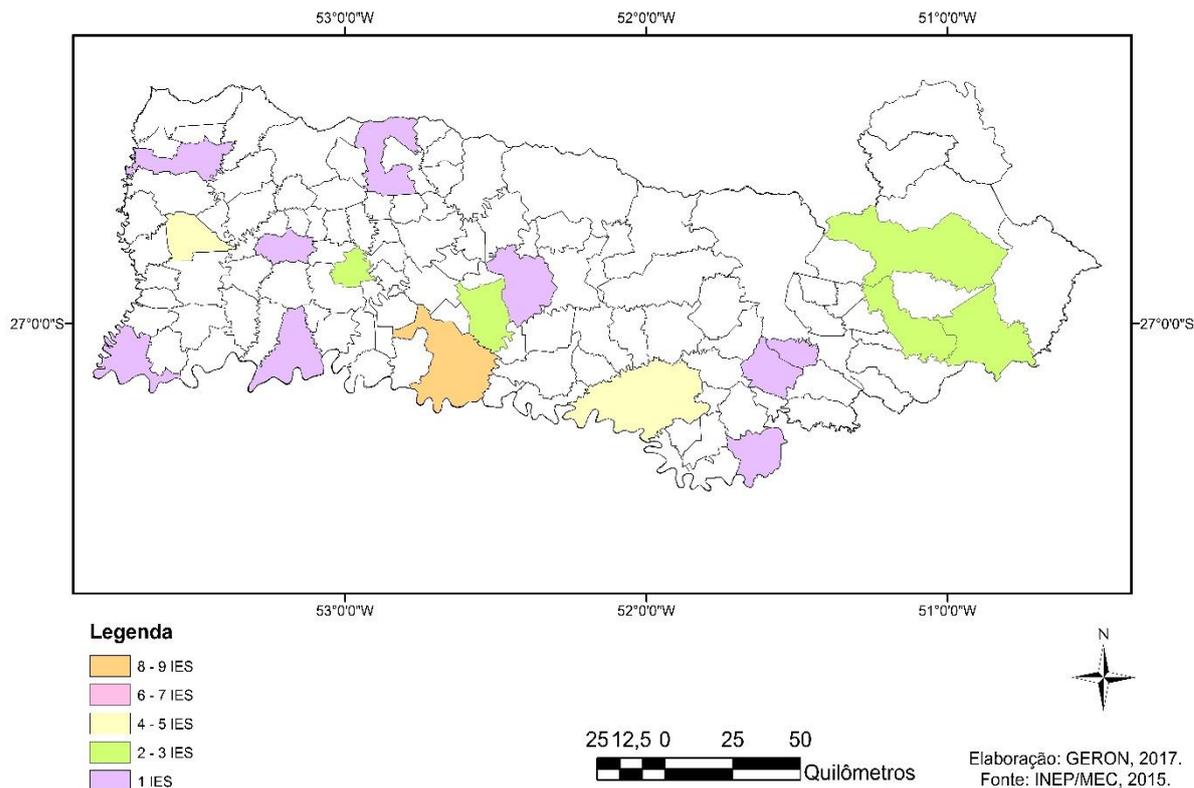
O segundo aspecto é o Perfil da Natureza Jurídica. A natureza jurídica das IES presentes na Região é variada. As IES públicas definem-se como *autarquias federais* (UFFS, IFSC e IFC) e *Fundação Pública Estadual* (UDESC). As IES privadas sem fins lucrativos são *Fundações Públicas Municipais de Direito Privado* (UNOESC, UNC, UNIARP e UNOCHAPECÓ), *Serviços Sociais Autônomos* (SENAC - Caçador, Chapecó e São Miguel do Oeste e SENAI - Chapecó) e *Fundação Privada*, de direito privado (FATTEP). As IES com fins lucrativos definem-se como *Sociedade Empresarial Ltda.* (FAACH, FACC, CELER, FAI, FAEM e FAP) e *Sociedade Simples Ltda.* (HORUS e FSJ).

Dentre as IES Privadas com fins lucrativos encontramos 28,6% das IES constituídas a partir de *Sociedade Empresarial Ltda.* (FAACH, FACC, CELER, FAI, FAEM e FAP) e 9,5% constituídas a partir de *Sociedade Simples Ltda.* (HORUS e FSJ). As IES Públicas são constituídas em 14,3% de *Autarquias Federais* (IFSC, IFC e UFFS) e 4,8% de *Fundação Pública Estadual* (UDESC).

O terceiro aspecto é o Perfil da Organização Acadêmica. O modelo que prevalece na Região é a Faculdade para 61,9% do total de instituições (FAACH, FACC, CELER, FAI, FATTEP, FAP, FSJ, HORUS, FAEM, SENAI Chapecó e SENAC Caçador, Chapecó e São Miguel do Oeste). As Universidades somam 28,6% das instituições (UNIARP, UNOCHAPECÓ, UNC, UNOESC, UDESC e UFFS) e os Institutos Federais são 9,5% das instituições (IFSC e IFC).

Conforme se pode observar a seguir, as IES existentes estão presentes nas principais cidades da Região.

Mapa 3 – Distribuição geográfica das IES com oferta de cursos de graduação na modalidade presencial, na Região Oeste de Santa Catarina (2015)



Fonte: elaboração de Geron (2017), a partir de dados organizados pela autora com base no INEP/MEC (2015).

Conforme é possível observar, 17 cidades (dentre as 118 que compõem a Região) possuem IES com oferta de cursos de graduação na modalidade presencial. Chapecó é a cidade que concentra o maior número de IES com oferta de cursos de graduação presencial, ao todo são nove IES (FAACH, SENAC, SENAI, FAEM, IFSC, UNOCHAPECÓ, UNOESC, UDESC, UFFS). Em seguida, nos municípios de Concórdia e São Miguel do Oeste há a presença de quatro IES (em Concórdia a FACC, a FATTEP, a UNC e o IFC, e em São Miguel do Oeste o SENAC, a FSJ, a UNOESC e o IFSC). Em Pinhalzinho estão instaladas três IES (HORUS Faculdades, UNOESC e UDESC). Encontramos duas IES nos municípios de Caçador (UNIARP e SENAC), Fraiburgo (UNIARP e UNOESC), Videira (UNOESC e IFC) e Xaxim (CELER e UNOCHAPECÓ). O restante dos municípios possui a presença de uma única IES, isso ocorre em Itapiranga (FAI), Luzerna (IFC), Palmitos (FAP), São Lourenço do Oeste (UNOCHAPECÓ), Capinzal, Joaçaba, Maravilha, São José do Cedro e Xanxerê (UNOESC).

3.1.2 Cursos e alunos

A tabela a seguir apresenta o número de cursos de graduação presencial na Região Oeste entre os anos de 2010 a 2015, classificando-os segundo a nomenclatura oficial do MEC: Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico.

Tabela 1 – Distribuição do número de cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015)

Ano	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
2010	180	80	45
2011	190	81	41
2012	203	90	43
2013	208	88	39
2014	207	82	38
2015	212	73	34

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2010-2015).

Como pode ser observado na tabela acima, os cursos com maior número de oferta na Região Oeste são os Bacharelados, que representavam, em 2010, 59% do total de oferta e chegam a 66,5% em 2015. Os cursos de Licenciatura representavam 26,2% em 2010 e chegam a 22,9% em 2015. Os cursos Tecnológicos representavam 14,8% em 2010 e passam a representar 10,7% em 2015. Os dados demonstram também: i) um progressivo crescimento (17,8% no período) no número absoluto dos cursos de Bacharelado (de 180 em 2010, para 212 em 2015); ii) diminuição (-8,8% no período) do número de cursos de licenciaturas no período (de oitenta cursos em 2010, para 73 em 2015); iii) redução (-24,4% no período) do número de cursos superiores de Tecnologia (de 45 cursos em 2010, para 34 cursos em 2015). No que diz respeito às preferências pelos cursos de graduação presencial ocupam as primeiras dez posições os destacados no quadro a seguir.

Quadro 8 – Os dez cursos de graduação presencial com maior número de alunos matriculados na Região Oeste de Santa Catarina em 2015 e dados retroativos das matrículas até 2010

Curso	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Direito	5.363	5.684	5.677	6.196	6.314	6.496
Administração	4.734	4.543	4.387	4.431	3.965	3.891
Engenharia Civil	786	1.018	1.407	1.979	2.353	2.798
Ciências Contábeis	2.699	2.663	2.859	2.964	2.677	2.697
Educação Física*	1.680	1.694	1.692	1.793	1.761	1.972
Agronomia	1.097	1.328	1.389	1.538	1.629	1.820
Arquitetura e Urbanismo	708	855	1.053	1.324	1.525	1.704
Pedagogia	1.493	1.426	1.531	1.666	1.550	1.618
Psicologia	1.088	1.153	1.224	1.382	1.450	1.492
Medicina Veterinária	708	791	903	979	1.068	1.221

* Considera-se aqui o número de matrículas para licenciatura e bacharelado.

Fonte: e elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2010-2015).

Como pode ser observado, o curso de Direito ocupa, com larga vantagem, o primeiro lugar em termos de alunos matriculados em todos os anos da nossa amostragem. Em 2010 tinha 5.363 alunos e, em 2015, passa a ter 6.496 alunos, demarcando crescimento de 21,1%. Considerando o total de matrículas na Região Oeste em 2010 (34.075), o curso de Direito representa 15,7% do total. Considerando as matrículas totais da Região Oeste em 2015 (40.522), o curso de Direito representa 16%. O curso de Administração ocupa o segundo lugar no *ranking*, com 4.734 matrículas em 2010, o que significa 13,9% do total de matrículas, demonstrando uma queda progressiva chegando em 2015 com 3.891 matrículas, o que representa 9,6% do total das matrículas presenciais da Região.

Seguindo tendência contrária ao curso de Administração, o curso de Engenharia Civil teve um extraordinário aumento de matrículas, passando de 786, em 2010, para 2.798, em 2015, o que representa um crescimento percentual de 256%. Na mesma lógica, mas com crescimento menor, está o curso de Arquitetura e Urbanismo, que vai de 708 matrículas, em 2010, para 1.704, em 2015, demonstrando crescimento de 140,7%.

Neste *ranking* de cursos com maior demanda aparecem apenas dois cursos de Licenciatura: Educação Física e Pedagogia, com a ressalva de que a motivação para o acesso ao curso de Educação Física talvez não seja o desejo às atividades ligadas à docência, e sim a atividades ligadas a academias de ginásticas que vicejam em todos os centros. O curso de Educação Física apresenta crescimento percentual de 17,8% no período, enquanto Pedagogia presencial cresce 8,4%. Os cursos de Licenciatura revelam, no geral, e excetuando-se Pedagogia e Educação Física, tratados acima, que se trata de um universo depressivo em termos de oferta e demanda. A tabela a seguir indica o número de matrículas em cursos de Licenciatura na Região.

Tabela 2 – Número de matrículas em cursos de Licenciatura na modalidade Presencial, na Região Oeste de Santa Catarina, em 2015

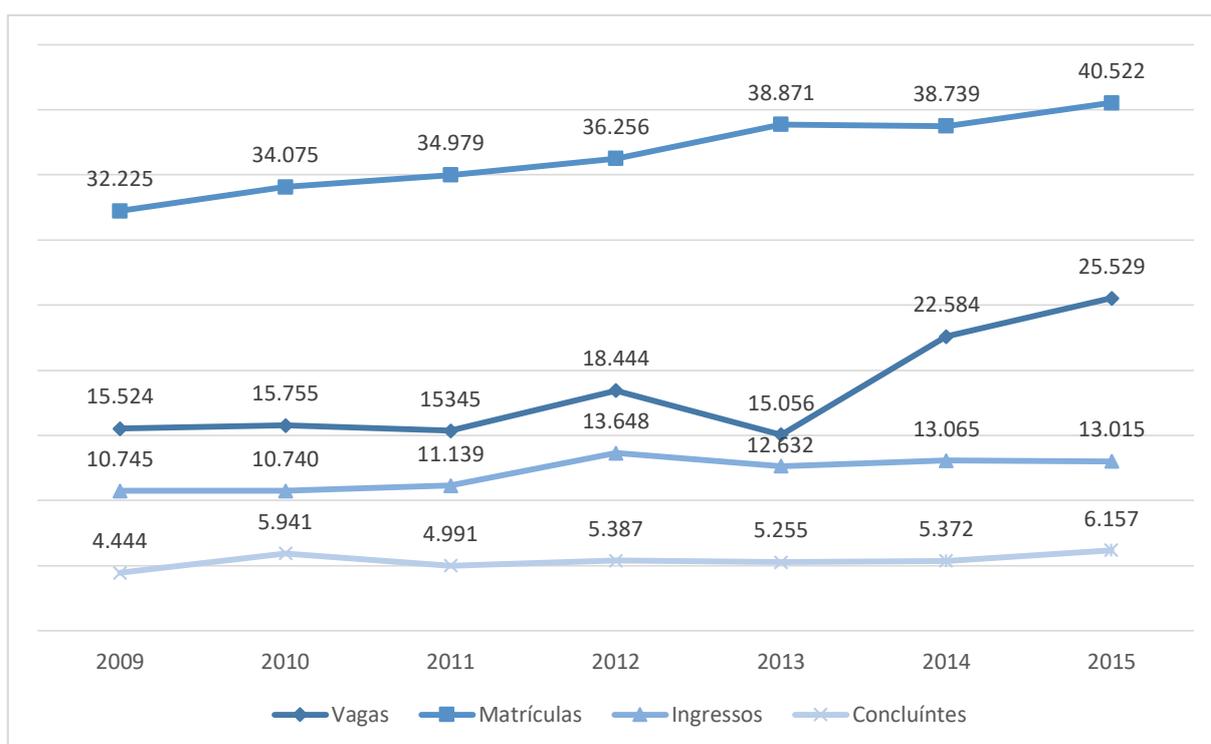
Curso	Matrículas
Pedagogia	1.618
Educação Física	1.351
Letras (Português, Inglês, Espanhol)	379
História	278
Matemática	269
Sociologia/Ciências Sociais	194
Geografia	174
Filosofia	139
Artes	117
Ciências Biológicas	112
Física	100
Química	42

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2015).

Somadas as matrículas dos cursos apresentados na tabela anterior, temos 4.773 matrículas, em 2015, o que representa apenas 11,7% em relação ao total de matrículas na Região Oeste no mesmo ano.

O gráfico a seguir apresenta algumas variáveis sobre a educação superior no Oeste de Santa Catarina no período de 2009 a 2015, mostrando a evolução das vagas oferecidas, dos alunos ingressantes, das matrículas e dos concluintes.

Gráfico 1 – Evolução do número de vagas, matrículas, ingressos e concluintes em cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina (2009-2015)



Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2009-2015).

As matrículas em cursos de graduação presencial mostram-se crescentes, passando de 32.225, em 2009, para 40.522, em 2015, com crescimento de 25,7% no período de 2009 a 2015.

Pode-se observar um movimento mais ou menos estável na oferta das vagas de 2009 a 2013, saindo de 15.524, em 2009, para 15.056, em 2013. Experimentando, contudo, um crescimento expressivo a partir daí, chegando em 25.529 vagas oferecidas em 2015, o que significa um crescimento de 64,4% no período. Este crescimento das vagas não obteve, entretanto, a correspondência em termos de ingressantes, que no período variou de 10.745 para 13.015, uma variação de apenas 21,1%. No período de maior expansão das vagas (2013-2015), essas cresceram em 69,7%, enquanto que os ingressantes cresceram 3%. Em 2015, para uma

oferta de 25.529 vagas tivemos um ingresso de 13.015 alunos, restando 12.514 vagas ociosas, que nos dá o percentual de 49%.

No que se refere aos concluintes, a evolução no período também foi modesta passando de 4.444 em 2009, para 6.157, em 2015, indicando um percentual de crescimento 38,5%. Para termos um percentual aproximado da evasão/retenção dos alunos durante a realização de seus cursos, consideramos a média de duração de cursos de quatro anos e por isso relacionamos os concluintes de 2015 com os ingressantes de 2011. Desta forma, obtemos os seguintes valores absolutos: 11.139 ingressos, em 2011, 6.157 concluintes em 2015, índice de evasão/retenção de 44,7%.

Cabe observar, ainda, que a taxa de crescimento das matrículas, no período de 1992 a 2015, na Região, foi superior à taxa observada no âmbito estadual. Na Região Oeste, o crescimento foi de 397%, enquanto que o índice estadual foi de 356%. A listagem completa da evolução das matrículas encontra-se no Anexo A.

A Tabela seguinte mostra a distribuição das matrículas de graduação presencial, por grau acadêmico, entre os anos de 1995 e 2015.

Tabela 3 – Distribuição das matrículas de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (1995-2015)

Ano	Bacharelado	Bacharelado e Licenciatura	Licenciatura	Tecnólogo
1995	6.091	255	2.682	364
2000	12.436	853	8.921	1.063
2005	26.666	2.004	6.718	2.803
2010	27.063	-	5.015	1.997
2015	34.119	-	5.045	1.358

- A categoria “Bacharelado e Licenciatura” não existe nos dados a partir de 2010.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (1995-2015).

A partir da tabela anterior, observa-se, em primeiro lugar, o predomínio avantajado das matrículas em cursos de Bacharelado sobre os demais graus acadêmicos. Note-se que, em 1995, tínhamos 6.091 matrículas em Bacharelado e 3.301 nas demais tipologias, que representa a razão de 1,8 matrículas em Bacharelado para cada matrícula nos demais cursos. Fazendo a análise de 2005, tínhamos 26.666 matrículas em cursos de Bacharelado e 11.525 nos demais cursos, que representa 2,3 matrículas do Bacharelado para cada matrícula nos demais cursos. Em 2015, para cada 5,3 matrículas em cursos de Bacharelados temos uma matrícula em Licenciatura ou Tecnológico.

Há um salto no número das matrículas entre 1995 até 2000 em todos os tipos de curso. O crescimento foi de 104,2% nos cursos de Bacharelado, 232,8 nos cursos de Licenciatura e

192% nos cursos Tecnólogos. De 2000 a 2005, os Bacharelados cresceram ainda mais: 114,4%, já as Licenciaturas apresentaram uma involução (-10,8%). Os cursos Tecnológicos continuaram crescendo, mas em um percentual menor que o do período anterior (163,7%), e é o último período em que os cursos Tecnológicos apresentam índices positivos de crescimento, porque a partir daqui as matrículas registradas regredem período a período: entre 2005 a 2010 a queda foi de -28,7%, e de 2010 a 2015 a queda foi ainda maior (-32%). As Licenciaturas têm comportamento semelhante ao dos cursos Tecnológicos: de 2005 a 2010 a queda das matrículas foi de -25,3% e, de 2010 a 2015, a alteração inexpressiva (0,6%). Os Bacharelados, por sua vez, mantiveram sempre índices positivos, embora de 2005 a 2010 tenham crescido apenas 1,5%. No período seguinte (2010-2015), entretanto, os Bacharelados retomaram crescimento expressivo: 26,1%.

Na tabela seguinte apresentamos a evolução do número das matrículas, dos ingressantes e dos concluintes entre 2009 a 2015, separando-as por sexo.

Tabela 4 – Evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes em cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por sexo (2009-2015)

Ano	Matrículas		Ingressos		Concluintes	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2009	18.802	13.423	6.120	4.625	2.754	1.690
2010	20.004	14.071	6.263	4.477	3.677	2.264
2011	20.318	14.661	6.250	4.889	3.027	1.964
2012	21.118	15.138	7.843	5.805	3.284	2.103
2013	22.383	16.488	7.016	5.616	3.326	1.929
2014	22.038	16.701	7.130	5.935	3.386	1.986
2015	22.618	17.904	6.963	6.052	3.826	2.331

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2009-2015).

No período analisado, as **matrículas** do sexo feminino representam 57,6%. No geral, o número de matrículas do sexo feminino são superiores em todos os anos verificados e se mantém em contínuo crescimento, passando de 18.802 em 2009, para 22.618 em 2015, sendo a taxa de crescimento 20,3%. Destaca-se que, entre os anos de 2009 até 2015, houve 5.558 matrículas do sexo feminino a mais que as do sexo masculino.

A parcela de **ingressantes** do sexo feminino é superior aos ingressantes do sexo masculino em todos os anos verificados. Contudo, o crescimento percentual dos ingressantes é superior para o sexo masculino, 30,9%, vai de 4.625 ingressantes em 2009 para 6.052 ingressantes em 2015. A parcela de ingressantes do sexo feminino cresceu apenas em 13,8%, eram 6.120 em 2009 e chega a 6.963 em 2015.

No que diz respeito aos **concluintes**, o sexo feminino conclui em proporção superior à masculina, para cada 1,6 concluinte do sexo feminino entre os anos 2009 a 2015, houve um concluinte do sexo masculino, ainda, no período há 1.288 concluintes do sexo feminino a mais do que os concluintes do sexo masculino. As mulheres registram número de concluintes superior aos homens, a taxa de crescimento dos concluintes do sexo feminino é de 38,9% e do sexo masculino é 37,9%.

Analisando a presença feminina nos cursos que compõem o *ranking* dos dez cursos com maior número de matrícula, podemos observar que em seis deles a presença feminina, no montante de matrículas, é superior à masculina. Isso ocorre nos cursos de Pedagogia (96,9%), Psicologia (87,6%), Arquitetura e Urbanismo (71,3%), Ciências Contábeis (65,1%), Direito (57,8%), Administração (54,8%). Os cursos com predominância masculina são Agronomia (79,5%), Engenharia Civil (66,7%), Medicina Veterinária (52,3%) e Educação Física (50,8%). No que se refere ao número de estudantes concluintes, sete dos cursos apresentam maior número percentual de concluintes do sexo feminino, isso ocorre em: Pedagogia (97,7%), Psicologia (85,8%), Arquitetura e Urbanismo (69,3%), Ciências Contábeis (63,1%), Direito (58,2%), Administração (57,7%) e Medicina Veterinária (56,7%). Os cursos com maior número de concluintes do sexo masculino são, então, Agronomia (82,9%), Engenharia Civil (62,5%) e Educação Física (53%).

No curso de Direito, no período de 2010 a 2015, houve taxa de crescimento das matrículas do sexo feminino em 29%, enquanto que a taxa de crescimento das matrículas para o sexo masculino foi 11,3%. O sexo feminino compõe 57,8% das matrículas. Considerando que a duração de um curso de Direito seja cinco anos e considerando o número de ingressantes em 2011 (1.615 estudantes), apenas 56,1% dos estudantes concluíram seus estudos em 2015. No período de 2010 a 2015, o número de concluintes do sexo feminino sobrepõe-se ao número masculino, a cada 1,4 concluinte do sexo feminino, há um concluinte do sexo masculino. No período, o sexo feminino representa 58,2% dos concluintes.

No curso de Administração, a presença feminina também é preponderante. Ela compõe 54,8% das matrículas, 53,7% dos ingressos e 57,7% dos concluintes. No geral, as matrículas no curso apresentam taxa de crescimento de 21,1%, no período.

O curso de Engenharia Civil apresenta altas taxas de crescimento no que diz respeito a matrículas, ingressos e concluintes. Neste curso a presença do sexo masculino é preponderante em todos os anos entre 2010 e 2015. No período, os homens representam 66,7% das matrículas, 65,6% dos ingressantes e 62,5% dos concluintes. De outro lado, é possível verificar que a taxa de crescimento das matrículas e ingressos do sexo feminino mostra-se superior à taxa do sexo

masculino indicando uma tendência de crescimento da participação feminina neste curso. A taxa crescimento das matrículas do sexo feminino no período foi de 296,4%, passando de 247 matrículas em 2010 para 979 em 2015. No mesmo período, a taxa de crescimento masculina é de 237,5%, vai de 539 matrículas em 2010, para 1.819 matrículas em 2015. No que diz respeito aos concluintes, a taxa de crescimento dos concluintes do sexo feminino é de 221,7%, passando de 23 em 2010 para 74 em 2015. No mesmo período, a taxa de crescimento dos concluintes do sexo masculino é muito superior à taxa feminina, 296,8%, vai de 31 em 2010 para 123 em 2015. Entre 2010 a 2015, dos 629 estudantes titulados, 393 eram homens, sendo a diferença de 157 titulados homens a mais do que mulheres. Neste curso, há uma proporção de 55,3% de alunos que concluem o curso dentro da média de cinco anos de duração, considerando os 356 alunos ingressantes em 2011 e os 197 concluintes em 2015.

No curso de Agronomia a presença masculina é extraordinariamente superior à feminina. Para cada matrícula do sexo feminino há 3,9 do sexo masculino, para cada ingresso do sexo feminino há três do sexo masculino e, quando se trata dos alunos concluintes, para cada aluno concluinte do sexo feminino há 4,8 concluintes do sexo masculino. Há um crescimento relativamente significativo na procura das mulheres por este curso quando analisamos as taxas de crescimento das matrículas e dos ingressos. No período de 2010 a 2015, a taxa de crescimento das matrículas do sexo feminino é de 112,6%, vai de 195 matrículas em 2010 para 415 matrículas em 2015. Enquanto que a taxa de crescimento das matrículas do sexo masculino cresceu 55,8%, vai de 902 matrículas em 2010 para 1.405 em 2015. Ao se tratar dos alunos concluintes no curso de Agronomia, a taxa de crescimento do número concluintes do sexo masculino é superior aos concluintes do sexo feminino, no período, a taxa de crescimento masculina é de 94,3%, enquanto que a feminina é 75%. Ainda, neste curso, há uma tendência de que os homens continuem sendo a maioria do mercado de trabalho, já que concluem o curso em maior proporção do que as mulheres. Considerando a média de cinco anos para a conclusão deste curso, dos 455 alunos do sexo masculino que ingressaram em 2011, 248 concluíram em 2015, o que significa que houve 54,5% de conclusão. Para o sexo feminino, a porcentagem de alunos que conclui não chega à metade, das noventa estudantes ingressantes em 2011, apenas 42 concluíram em 2015, ou seja, 46,6%.

No curso de Pedagogia, a presença feminina é exorbitantemente maior à masculina. No período de 2010 a 2015 as mulheres representam 96,9% das matrículas, o que quer dizer que para cada 31,3 matrículas do sexo feminino há uma matrícula do sexo masculino. No mesmo período, as mulheres representam 95,6 dos estudantes ingressantes neste curso, o que significa que para cada 21,6 estudante ingressante do sexo feminino há um ingressante do sexo

masculino. Ainda, no que diz respeito aos concluintes, as mulheres representam 97,7%, significa dizer que para cada 42,2 mulheres há um homem que conclui o curso de Pedagogia.

Analisando as médias de crescimento da procura pelo curso de Pedagogia, há um aumento na taxa de crescimento das matrículas e ingressos do sexo masculino, mas os números são irrisórios e não afetam a tendência de que as mulheres continuem sendo maioria nesta profissão. No período de 2010 a 2015, a taxa das matrículas do sexo masculino cresceu em 17%, só que a diferença no número de estudantes é muito pequena, eram 47 matrículas em 2010 e aumenta em oito o número de matriculados em 2015, enquanto que as matrículas do sexo feminino eram de 1.446 e aumenta em 117 o número de matriculadas em 2015. Outro fato observado no comportamento do curso de Pedagogia, na modalidade presencial, é que o curso apresenta baixo percentual de conclusão. Considerando a média de quatro anos de duração do curso, verificou-se que apenas 47,8% dos 593 ingressantes de 2010 concluíram o curso em 2013; dos 503 ingressantes de 2011, apenas 40% concluiu em 2014; e, dos 630 ingressantes de 2012, 52% concluiu em 2015.

Nos cursos de Licenciatura, há predominância da presença feminina sobre a masculina. Embora seja possível observar que as taxas de crescimento das matrículas e ingressantes do sexo masculino sejam maiores que as taxas do sexo feminino, ainda não são suficientes para que haja uma inversão na presença dos sexos em cursos de Licenciatura. Sobre as matrículas, as mulheres representam 73,1% do total de matrículas no período, para cada uma das matrículas do sexo masculino há 2,7 matrículas do sexo feminino. De outro lado a taxa de crescimento das matrículas do sexo masculino cresceu 14,6%, vai de 1.283 matrículas em 2010 para 1.470 em 2015, pelo contrário, a taxa feminina decresceu em 4,2%, vai de 3.732 matrículas em 2010 e chega a 3.475 matrículas em 2015. Dentre os estudantes ingressantes as mulheres são 69,9%. Com relação aos alunos concluintes, a incidência feminina é ainda mais preponderante. Dos 4.964 estudantes que concluíram cursos de Licenciatura, entre 2010 a 2015, 78,2% eram mulheres. Isso significa que para cada concluinte do sexo masculino houve 3,6 concluinte do sexo feminino. Os números mostram que a predominância feminina com diploma de Licenciatura inclina-se para continuidade, ainda mais que a taxa de concluintes do sexo masculino tem diminuído ao longo do período em 22% e, pelo contrário, a taxa de crescimento dos concluintes do sexo feminino cresceu em 10,4%. No período, 2.802 mulheres adquiriram diploma em cursos de Licenciatura a mais do que homens.

Nos cursos de Bacharelado as mulheres representam 55,4% das matrículas. Apesar de o número de estudantes do sexo feminino ser maior, em todos os anos verificados (2010-2015), a taxa de crescimento das matrículas, ingressos e concluintes do sexo masculino mostra-se

superior à feminina. No período, a taxa de crescimento das matrículas do sexo masculino é de 33,4%, vai de 11.780 matrículas em 2010 para 15.713 matrículas em 2015. Com relação ao sexo feminino, a taxa de crescimento no período é de 20,4%, as matrículas de 2010 eram 15.283 e chegam a 18.406 em 2015. A parcela feminina das matrículas em cursos de Bacharelado corresponde a 55,3% do total de 182.701 matrículas no período de 2010 a 2015. O número de ingressantes do sexo feminino em cursos de Bacharelado ao longo do período de estudo corresponde a 53,6% do total de 58.591 alunos ingressantes entre 2010 a 2015. Com relação aos concluintes a participação feminina é ainda maior, as mulheres representam 60,1% dos 25.084 alunos concluintes no período de 2010 a 2015. A cada um concluinte de cursos de Bacharelado, 1,5 são mulheres. De todo modo, a taxa de crescimento do número de concluintes do sexo masculino supera em 5,1 pontos percentuais a taxa feminina. Desta forma, a taxa de crescimento do número de concluintes do sexo masculino, no período, é 13%, vai de 1.725 em 2010 para 1.949 em 2015. O crescimento do número de concluintes do sexo feminino é 7,9%, vai de 2.726 em 2010 para 2.941 em 2015. No período, 5.082 mulheres concluíram cursos de Bacharelado a mais do que homens.

Nos cursos Tecnólogos a diferença percentual entre a presença dos sexos masculino e feminino é muito próxima. Há maior número de matrículas do sexo masculino, representando 50,6% das 10.052 matrículas contabilizadas no período de 2010-2015. Já com relação aos alunos ingressantes e concluintes, o percentual feminino é maior, dos 4.421 alunos que ingressaram em cursos Tecnólogos, 50,1% eram mulheres e, dos 3.055 alunos que concluíram, 51,1% eram mulheres. O que se pode observar entre os cursos superiores de Tecnologia, na modalidade presencial, é que as taxas de crescimento das matrículas, alunos ingressantes e concluintes, para ambos os sexos, tem sido negativas no período. As matrículas femininas caíram em 35,6% (de 989 em 2010, para 637 em 2015), no sexo masculino a queda foi de 28,5% (de 1.008 em 2010, para 721 em 2015). Com relação aos ingressantes, o número cai 14,3% para o sexo feminino (de 442 em 2010, para 380 em 2015), enquanto que, para o sexo masculino, a queda foi de 11,3% (de 390 em 2010, para 346 em 2015). Por último, o número de concluintes do sexo feminino cai em 44,8% (de 299 em 2010, para 165 em 2015), para o sexo masculino o número de concluintes cai em 33,8% (de 325 em 2010, para 215 em 2015). A diferença entre os sexos no mercado é pequena, no período de 2010 a 2015, 65 mulheres a mais do que homens adquiriram diploma.

Ao tratar-se da composição étnica dos estudantes do ensino superior da Região Oeste nossa análise dará apenas indicativos baseados na porcentagem de matrículas declaradas. As

tabelas completas com os dados das matrículas por etnia e por modalidade encontram-se no Anexo F.

Na educação presencial, 72,2% (29.255) das matrículas declaradas são de estudantes brancos; 7,1% (2.889) são de pardos; 1,3% (529) são de pretos; 0,8% (311) são de amarelos; 0,3% (123) são de indígenas. Cabe observar, no entanto, que esses dados precisam ser relativizados, pois apenas 81,7% das 40.522 matrículas em cursos de graduação presencial no ano de 2015 declararam etnia.

Quando se trata das matrículas da graduação a distância, a análise fica dificultosa, visto que apenas 40,2% das 18.358 matrículas tiveram a etnia declarada. Levando em conta este percentual declarado, 35,7% é composto por Brancos, 3,7% de Pardos, 0,5% de Amarelos e 0,2% de Indígenas.

A tabela a seguir indica a distribuição das matrículas em cursos de Graduação nas modalidades presencial e EaD, na Região Oeste de Santa Catarina, por etnia.

Tabela 5 – Distribuição das matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por etnia (2015)

Ano	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Não dispõe de informação	Não declarada	Total
2015	35.692	3.561	658	408	161	2.329	16.071	58.880

* Não estão inclusas as matrículas dos menores de 18 anos da graduação a distância.

Fonte: MEC/INEP (2015).

No geral, o IBGE (2010) indica que a população do Oeste era composta por 78,1% de Brancos, de acordo com os dados das matrículas da Região Oeste, de 2015, 60,6% das matrículas declaradas eram de Brancos. Ainda, o IBGE (2010) indica que havia 17,6% de Pardos, 3,1% de Pretos, 0,5% de Amarelos, 0,5% de Indígenas na população do Oeste e apenas 0,2% não declarados. Com relação às matrículas em cursos de graduação presencial e a distância, em 2015, 6% dos estudantes se declararam como Pardos, 1,1% Pretos, 0,7% Amarelos e 0,3% Indígenas. Hipoteticamente, poderíamos dizer que a educação superior não estaria sendo inclusiva com o percentual de Pretos e Indígenas, mas por conta de não termos 31,2% das matrículas declaradas, nos impede de fazer uma análise mais detalhada destes

números. Fato é a predominância da etnia Branca nos cursos de graduação e também na composição populacional da Região Oeste.²⁶

Os alunos que cursam graduação presencial contam com mais bolsas do que os alunos da educação a distância. No período de 2010 a 2015, os alunos de cursos de graduação presencial receberam, em média por ano, 450,6 bolsas de Pesquisa, 228,1 bolsas de Extensão, 104,8 bolsas de Monitoria e 2.748,6 bolsas de Estágio.

Na educação a distância, a distribuição de bolsas é bem menor, ainda mais que, nesta modalidade, pouco se desenvolve atividades de Pesquisa e Extensão. Desta forma, no período de 2010 a 2015, contabilizamos a distribuição de seis bolsas de Pesquisa, 12 bolsas para Monitoria e nenhuma bolsa para Extensão. As atividades de Estágio que ocorrem na educação a distância tiveram uma média anual de 304,6 bolsas distribuídas entre 2010 a 2015.

A tabela a seguir indica a evolução do número de matrículas em cursos de graduação presencial, por faixa etária, na Região Oeste de Santa Catarina entre os anos de 2010 a 2015.

Tabela 6 – Evolução do número de matrículas em cursos de graduação presencial na Região Oeste, por faixa etária (2010-2015)

Ano	Menor 18	18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 anos ou mais
2009	296	2.752	19.504	5.143	2.151	1.144	674	333	120	74	20	14
2010	419	2.787	20.591	5.531	2.295	1.182	681	362	126	71	19	11
2011	509	3.130	20.951	5.642	2.451	1.150	603	348	117	56	16	6
2012	495	3.187	21.872	5.812	2.556	1.209	585	325	116	67	25	7
2013	519	3.472	23.359	6.210	2.801	1.273	647	346	141	70	23	10
2014	432	3.438	23.665	6.144	2.711	1.236	591	303	144	43	25	7
2015	440	3.596	24.651	6.500	2.830	1.307	659	319	136	56	20	8

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir dos dados do INEP/MEC (2009-2015).

Podemos observar que a maior parte dos estudantes que frequenta cursos de graduação presencial, na Região Oeste, está na faixa etária entre 19 a 24 anos. Somando-se as matrículas do período, estes alunos compõem 60,5% dos estudantes matriculados. Em seguida, os estudantes na faixa etária de 25 a 29 anos representam, em média, 16% das matrículas. Ainda, os estudantes na faixa etária de 18 anos representam 8,8% das matrículas; os estudantes na faixa etária de 30 a 34 anos representam 7%; na faixa etária de 35 a 39 anos representam 3,3%; de

²⁶ Não foi possível comparar os dados do IBGE de 2010 com os dados das matrículas por etnia de 2010, pois a porcentagem declarada é de apenas 13% das matrículas na graduação presencial, e 7,3% das matrículas na graduação a distância.

40 a 44 anos representam 1,7%; menores de 18 anos representam 1,3%; entre 45 a 49 anos representam 0,9%; entre 50 a 54 anos representam 0,3%; entre 60 a 64 anos representam 0,1% e, de 65 anos ou mais representam 0%. Os estudantes idosos, a partir de 60 anos, somam, no período, 177 alunos.

3.2 O ENSINO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

A modalidade de ensino a distância na Região Oeste inicia a partir de 2002, com cursos isolados e ofertados esporadicamente, como descrito no capítulo anterior.

A partir de 2006, com a implantação dos Polos da UAB, instituições públicas como a UFSC, UDESC e IFSC passaram a oferecer cursos EaD em municípios da Região. As universidades locais, como a UnC, a UNOESC e a UNOCHAPECÓ, passam a oferecer cursos na modalidade a distância mais tarde, em 2004, 2009 e 2015 respectivamente²⁷. Em um curto intervalo de tempo as IES com oferta de ensino a distância se expandem pela Região e aumentam as possibilidades da população em obter formação de nível superior.

3.2.1 As Instituições de Ensino Superior

Na Região Oeste 16 instituições ofereciam de cursos de graduação a distância, em 2015, sendo que apenas uma delas possui sede na Região, a UNOESC que passou a oferecer cursos a distância a partir de 2009. O quadro abaixo apresenta as IES e os municípios com oferta de cursos na modalidade EaD na Região.

²⁷ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

Quadro 9 – IES que ofertam cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina (2015)

Nome IES	Sede	Tipo polo*	Local de oferta
Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Indaial/SC	Polo de Apoio Presencial	Herval D'Oeste
			Itapiranga
			Xaxim
Centro Universitário Internacional – UNINTER	Curitiba/PR	Polo Apoio Presencial e EaD	Abelardo Luz
			Caçador
			Catanduvas
			Chapecó
			Herval D'Oeste
			Irani
			Palma Sola
			Palmitos
			São Miguel do Oeste
			Concórdia
			São José do Cedro
			Saudades
			Videira
			São Lourenço do Oeste
Centro Universitário SOCIESC – UNISOCIESC	Joinville/SC	Polo	Chapecó
			Joaçaba
Centro Universitário UNISEB – UNISEB**	Ribeirão Preto/SP	Polo	Xanxerê
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC	Florianópolis/SC	Polo	Palmitos
Faculdade Cenecista Osório – FACOS***	Osório/RS	Polo	Concórdia
Faculdade Educacional da Lapa – FAEL	Lapa/PR	Polo	Chapecó
			Iporã do Oeste
Faculdade Dom Bosco – FDB	Curitiba/PR	Polo	Pinhalzinho
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Florianópolis/SC	UAB	Chapecó
			Concórdia
			São Miguel do Oeste
			Treze Tílias
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	Florianópolis/SC	UAB	Videira
			Chapecó
			Palmitos
		Polo de Apoio Presencial	Ponte Serrada
			Concórdia
			Caçador
Universidade do Contestado – UNC	Mafra/SC	Campus e Polo de Apoio Presencial	Joaçaba
			Concórdia
		Polo de Apoio Presencial	Iporã do Oeste
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Canoas/RS	Polo	Chapecó
			Caçador
Universidade Paulista – UNIP	Jaguare/SP	Polo	Chapecó
			São Miguel do Oeste
			Chapecó
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Tubarão/SC	Polo de Apoio Presencial	São Miguel do Oeste
			Joaçaba
Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC	Joaçaba/SC	Campus	São Miguel do Oeste
			Videira
			Xanxerê
			Caçador
Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR	Londrina/PR	Polo de Apoio Presencial	Chapecó
			Concórdia
			Fraiburgo
			Maravilha
			Quilombo
			São Carlos
			São Lourenço do Oeste
			Xaxim

* A coluna “tipo de polo” foi preenchida por meio de consulta aos endereços eletrônicos de cada IES. ** Cadastrado no e-Mec como “Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (Estácio Ribeirão PRE)”. *** Cadastrado no e-Mec como “Centro Universitário Cenecista de Osório”.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir dos dados do INEP/MEC (2015).

Dentre a análise das IES que ofertam cursos de graduação a distância na Região, destacam-se alguns aspectos.

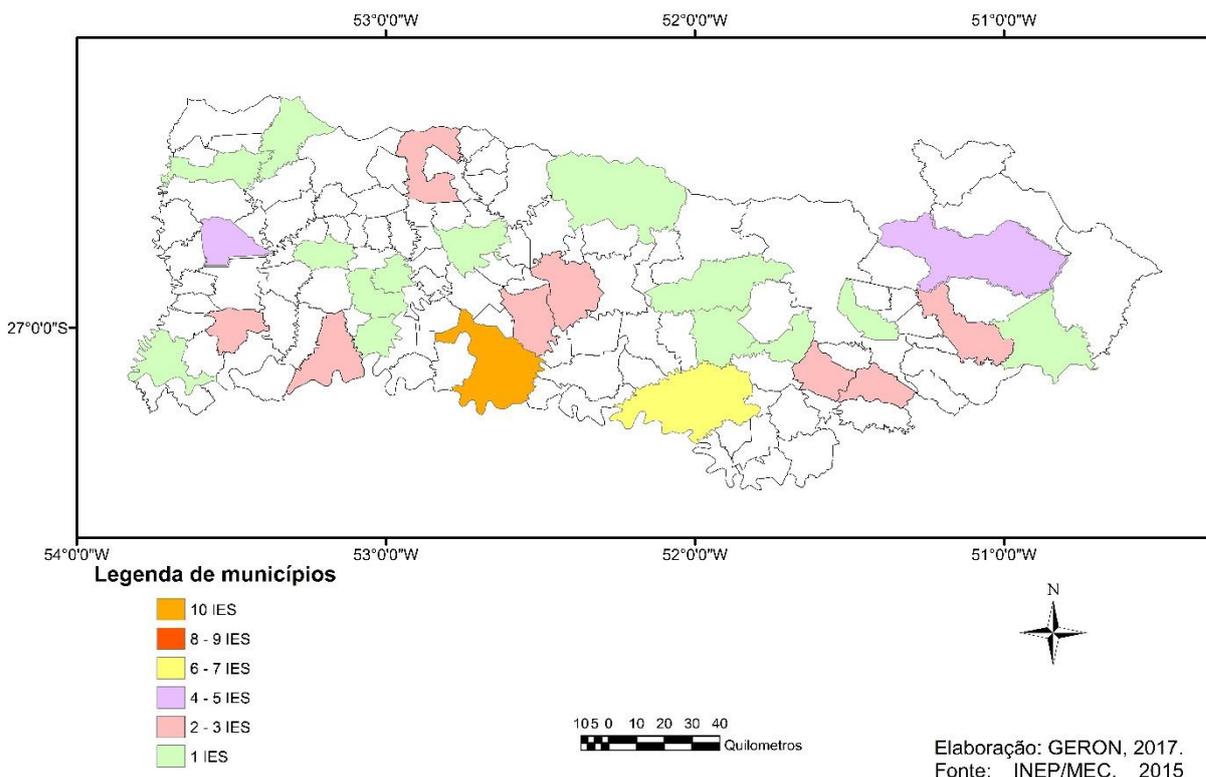
O primeiro aspecto está relacionado ao **Perfil Administrativo** (natureza administrativa) das IES. Dentre as categorias administrativas das IES da Região Oeste, com oferta de graduação a distância, destaca-se a presença das instituições Privadas representando o total de 81,3% do total de instituições. Do montante das IES Privadas, a maioria, 43,8%, define-se como “sem fins lucrativos” (UNISOCIESC, FACOS, UNIP, ULBRA, UNISUL, UNOESC e UnC). As demais, 37,5%, possuem fins lucrativos (UNIASSELVI, UNINTER, UNISEB, FAEL, FDB e UNOPAR). A presença de IES do setor público na oferta de cursos de graduação presencial é modesto, representando apenas 18,7% das IES distribuídas em 12,5% de Públicas Federais (UFSC e IFSC); e 6,2% de Pública Estadual (UDESC).

O terceiro aspecto é o **Perfil das Naturezas Jurídicas** das IES. As IES Públicas definem-se como *Autarquias Federais* (UFSC e IFSC) e *Fundação Pública Estadual* (UDESC). As IES Privadas sem fins lucrativos são *Associação Privada* (SOCIESC, FACOS, UNIP e ULBRA) e *Fundações Públicas de Direito Privado* (UNOESC, UNC e UNISUL). As Privadas com fins lucrativos são *Sociedade Anônima Fechada* (UNINTER, FAEL e UNOPAR), *Sociedade Empresária Ltda.* (UNISEB e FDB), *Sociedade Simples Ltda.* (UNIASSELVI).

O último aspecto diz respeito ao **Perfil da Organização Acadêmica**, sendo que o modelo que prevalece na Região é a Universidade, 50% do total de instituições (ULBRA, UNIP, UNISUL, UNOPAR, UDESC, UNOESC, UNC e UFSC). Outros 31,3% das instituições são Centros Universitários (UNIASSELVI, UNINTER, UNISOCIESC, UNISEB e FACOS). As Faculdades são 12,5% (FAEL e FDB) e os Institutos Federais são 6,3% (IFSC).

O mapa a seguir indica os municípios onde estão localizadas as IES com oferta de educação a distância.

Mapa 4 – Distribuição geográfica das IES que ofertam cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina (2015)



Fonte: elaboração de Geron (2017) com dados organizados pela autora com base em INEP/MEC (2015).

Dentre os 118 municípios da Região Oeste, em 26 deles há a presença IES oferecendo cursos de educação a distância. Em Chapecó existe a maior concentração de IES com oferta de graduação a distância, ao todo são dez IES (UNINTER, UNISOCIESC, FAEL, UFSC, UDESC, UNC, ULBRA, UNIP, UNISUL e UNOPAR). Em seguida, no município de Concórdia há seis IES (UNINTER, FACOS, UFSC, UDESC, UNC e UNOPAR). Nos municípios de Caçador e São Miguel do Oeste é possível encontrar cinco IES em cada um deles (em Caçador a UNINTER, a UNIP, a UNOPAR, a UNC e a UDESC, e em São Miguel do Oeste a UNINTER, a UNIP, a UNISUL, a UNOESC e a UFSC). Há três IES em Palmitos (UNINTER, UNOESC e IFSC), Videira (UNINTER, UFSC e UNOESC), Xanxerê (UNINTER, UNISEB e UNOESC) e Joaçaba (UNISOCIESC, UDESC e UNOESC). Os municípios que possuem duas IES são Herval D'Oeste (UNIASSELVI e UNINTER), Iporã do Oeste (FAEL e UNC), São Lourenço do Oeste (UNINTER e UNOPAR) e Xaxim (UNIASSELVI e UNOPAR). Há a presença de uma IES em Abelardo Luz, Catanduvas, Irani, Palma Sola, Saudades e São José do Cedro (UNINTER), em Fraiburgo, Maravilha, Quilombo e São Carlos (UNOPAR), em Pinhalzinho (FDB), em Itapiranga (UNIASSELVI). E em Treze Tílias (UFSC) e em Ponte Serrada (UDESC) que oferecem cursos por meio da UAB.

3.2.2 Cursos e alunos

Na tabela a seguir apresentamos o número de cursos de graduação presencial na Região Oeste entre os anos de 2010 a 2015, classificando-os segundo a nomenclatura oficial do MEC: Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico.

Tabela 7 – Distribuição do número de cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015)

Ano	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
2010	71	90	226
2011	70	102	263
2012	100	122	316
2013	111	148	363
2014	133	231	418
2015	161	271	419

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2010-2015).

Como pode ser observado na tabela acima, os cursos com maior número de oferta na Região Oeste são os Tecnólogos, que representavam, em 2015, 49,2% do total de oferta, contudo, estes cursos já foram mais representativos, em 2010, eram 58,4% do total de oferta. Por sua vez, os cursos de Licenciatura que representavam, em 2010, 23,3% do total de cursos ofertados aumenta sua representatividade, sendo 31,8% do total de oferta em 2015. Os cursos de Bacharelado, na modalidade EaD tem mantido certa estabilidade, representavam, em 2010, 18,3% do total de oferta e chegam a 18,9%, em 2015. Houve no período de 2010 a 2015 um crescimento no número absoluto de todos os cursos da modalidade EaD. Os cursos de Licenciatura destacam-se com crescimento de 201,1%, passando de noventa cursos, em 2010, para 271 cursos, em 2015. Em seguida, os cursos de Bacharelado cresceram sua oferta em 126,8%, passando de 71 cursos oferecidos em 2010, para 161, em 2015. No que se refere aos cursos Tecnológicos, estes aumentam sua oferta em 85,4%, passando de 226 cursos, em 2010, para 419, em 2015. Desta forma, assume destacar a significativa expansão da modalidade ocorrida no período de cinco anos observados, em suma, a modalidade aumenta sua oferta em 45,5%.

O quadro a seguir apresenta os dez cursos de graduação com maior número de matrículas no ano de 2015 e demonstra como o número de matrículas se comportou nos anos anteriores.

Quadro 10 – Dez cursos de graduação a distância com maior número de alunos matriculados na Região Oeste de Santa Catarina em 2015 e dados retroativos das matrículas até 2010

Curso	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pedagogia	2.794	2.981	3.127	3.569	4.398	5.002
Administração	1.343	1.400	1.684	1.891	2.186	2.341
Processos Gerenciais	1.478	1.383	1.725	1.961	2.001	1.744
Ciências Contábeis	649	787	987	1.129	1.398	1.464
Educação Física	-	-	-	-	466	831
Gestão de Recursos Humanos	466	561	638	724	825	781
Gestão Ambiental	1.097	701	587	608	689	648
História	206	296	315	379	460	456
Matemática	215	151	156	222	329	390
Artes Visuais	320	78	139	132	291	375

- Não dispõe de dados de matrículas para o curso de Educação Física, na Região Oeste, nos anos mencionados.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2013-2015).

O quadro foi organizado a partir da classificação de 2015 e, então, observado como os cursos se comportaram em anos anteriores. Como pode ser observado, o curso de Pedagogia ocupa, com larga vantagem, o primeiro lugar em termos de alunos matriculados em todos os anos da nossa amostragem. Em 2010 tinha 2.794 alunos e passa a ter 5.002 alunos em 2015, demarcando crescimento de 79% do número de alunos matriculados. Considerando o total de matrículas para a Região Oeste em 2010, que foi de 11.327, o curso de Pedagogia representa 24,7% deste total. Considerando as matrículas totais da Região em 2015, que foi 18.358, o curso de Pedagogia representa 27,2%.

O curso de Administração ocupa o segundo lugar no *ranking*, com 1.343 matrículas em 2010, o que significa 11,9% do total de matrículas da Região e apresenta um pequeno crescimento, chegando a 2.341 matrículas em 2015, o que representa 12,8% do total de matrículas a distância da Região.

O curso de Ciências Contábeis, que ocupa a 4ª posição no *ranking*, apresentou um expressivo crescimento no número de matrículas, passando de 649 em 2010, para 1.464, em 2015, o que representa um crescimento percentual de 125,6%. Este curso representa 8% do total das matrículas da Região. Na mesma lógica, o curso de História, que ocupa a 7ª posição no *ranking*, apresentou crescimento de 121,4% no período, vai de 206 matrículas em 2010, para 456, em 2015. Destaca-se em crescimento do número de matrículas o curso de Educação Física que de 2014 para 2015 aumenta em 67,6%, passando de 466, para 831 matrículas.

Seguindo a tendência contrária aos cursos acima citados, o curso de Gestão Ambiental experimenta declínio de suas matrículas, indo de 1.097 em 2010 para apenas 648 em 2015, o que significa queda de 40,9% das matrículas no período.

Neste *ranking* de cursos com maior demanda aparecem cinco cursos de Licenciatura: Pedagogia, Educação Física, História, Matemática e Artes Visuais. Na modalidade EaD, na Região Oeste, o curso de Educação Física apenas é oferecido no grau de Licenciatura. O curso de Pedagogia apresenta crescimento percentual de 79% no período, Educação Física 78,3%, sendo deste o crescimento medido entre 2014 e 2015. O curso de História teve crescimento de 121,4%, Matemática 81,4% e Artes Visuais 17,2%.

Os cursos de Licenciatura, na modalidade EaD, revelam-se melhor equiparados no quesito matrículas com relação a outros graus acadêmicos.

Tabela 8 – Número de matrículas em cursos de Licenciatura na modalidade EaD, na Região Oeste (2015)

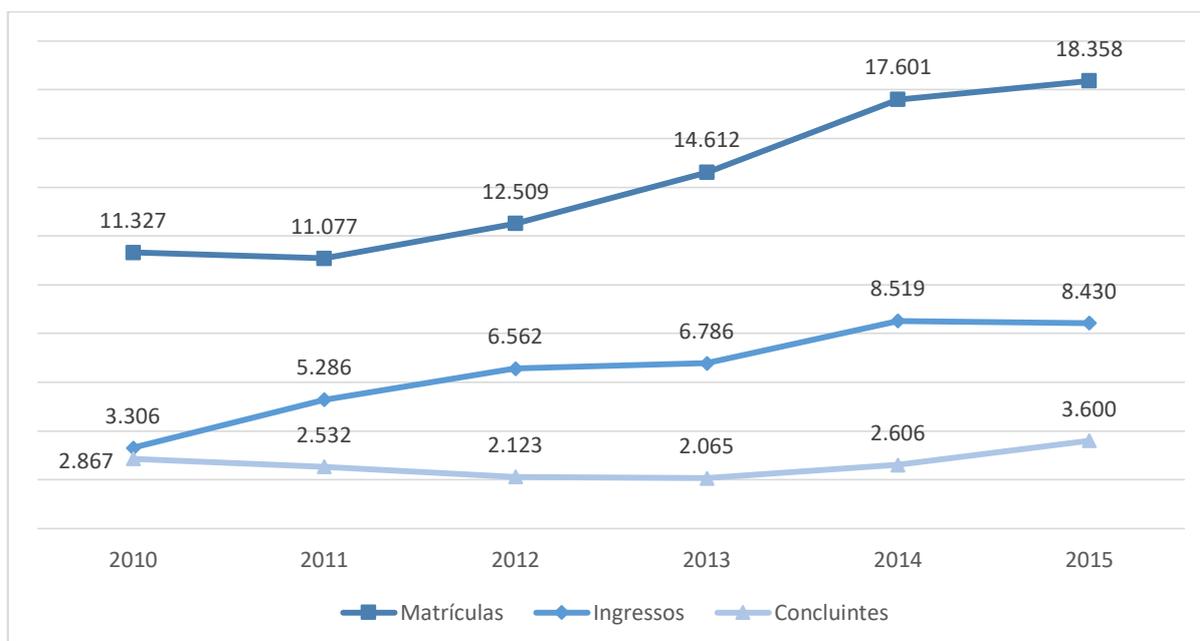
Curso	Matrículas
Pedagogia	5.002
Educação Física	831
Letras (Português, Inglês e Espanhol)	504
História	456
Matemática	389
Artes Visuais	375
Geografia	290
Ciências Biológicas	219
Sociologia	77
Filosofia	59

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2015).

Somadas as matrículas de todos estes cursos temos 8.202, em 2015, o que representa 44,7% em relação ao total de matrículas na Região Oeste no mesmo ano. Há uma tendência de expansão nestes números, visto que, em 2010, o conjunto destas Licenciaturas representavam 4.075 (36%), de 11.327 matrículas. Os cursos de Licenciatura EaD apresentam quase o dobro das matrículas na modalidade presencial, que foi, em 2015, 4.773.

No gráfico a seguir, apresentaremos evolução do número de alunos ingressantes, das matrículas e dos concluintes da EaD.

Gráfico 2 – Evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes em cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015)



* O campo vagas é nulo na educação a distância, pois não há limite de vagas para as turmas.

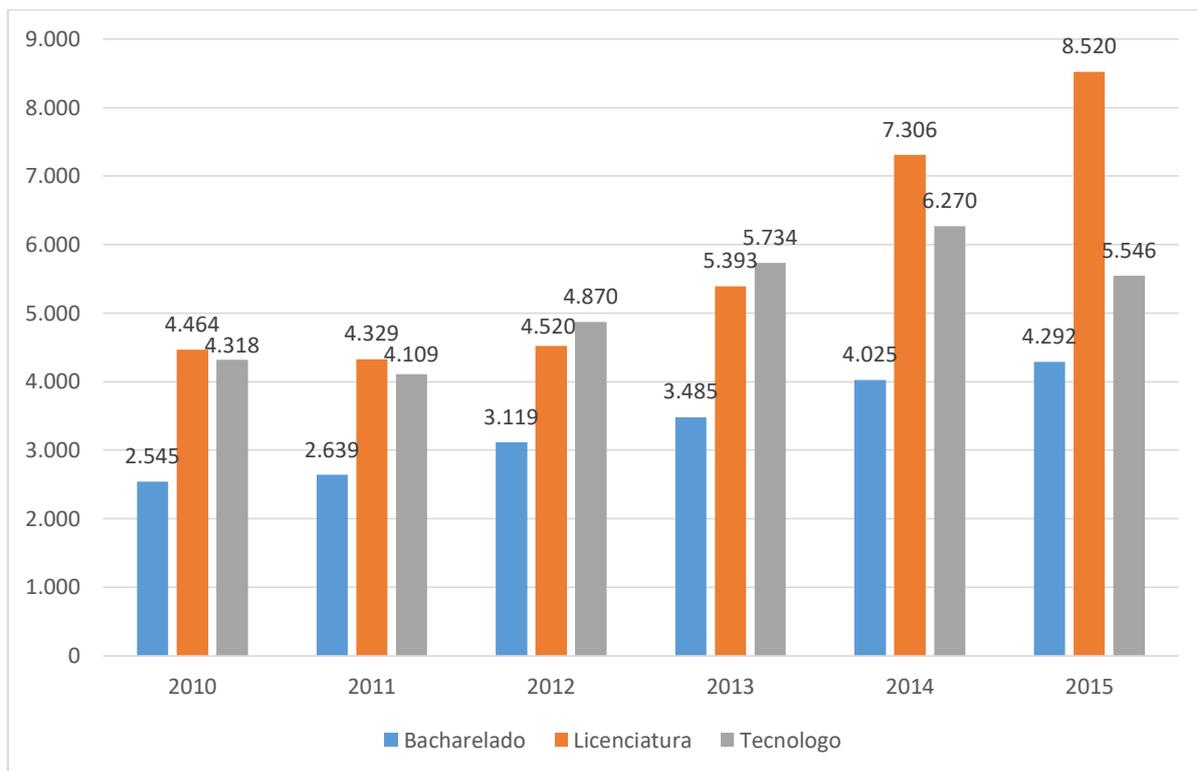
Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2010-2015).

É notório o crescimento da EaD. Entre 2010 a 2015 as **matrículas** cresceram 62,1%. No que se refere aos estudantes **ingressantes**, o gráfico indica que o número tem sido crescente, tendo um decréscimo mínimo (-1%) entre 2014 e 2015. O número de ingressantes vai de 3.306, em 2010, para 8.430, em 2015, o que significa crescimento de 155%.

No que se refere aos **concluintes**, a evolução no período é bem inferior comparada ao crescimento do número de estudantes que estão matriculados e que ingressam no período, sendo crescimento de apenas 25,6% (de 2.867 em 2010, para 3.600 em 2015). Para termos um percentual aproximado da evasão dos alunos durante a realização de seus cursos, consideramos a média de duração de cursos de quatro anos e, por isso, relacionamos os concluintes de 2015 com os ingressantes de 2011. Desta forma, obtemos os seguintes valores absolutos: 5.286 ingressos, em 2011, e 3.600 concluintes em 2015, o índice de evasão ou de retenção é, portanto, de 31,9%.

O gráfico seguinte mostra a distribuição das matrículas de graduação a distância, por grau acadêmico, entre os anos de 2010 a 2015.

Gráfico 3 – Distribuição das matrículas na graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015)



* Não estão incluídas as matrículas dos menores de 18 anos.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2010-2015).

O gráfico anterior demonstra, em primeiro lugar, a concentração de matrículas em cursos de Licenciatura e Tecnológicos com relação aos Bacharelados. Em segundo lugar, a expressiva expansão da Licenciatura a partir de 2014, superando em larga escala sua representatividade dentre os demais graus acadêmicos.

As matrículas em cursos de **Licenciatura** cresceram em 90,9% no período de 2010 a 2015. Entre 2013 a 2015 se verifica o período de maior expansão, somente neste período as matrículas crescem 58%. Em 2010 as matrículas neste grau acadêmico representavam 39,9% do total de 11.327, em 2015 as matrículas passaram a representar 46,5% do total de 18.358.

Os cursos **Tecnólogos**, que, em 2010, representavam 38,1% do total das matrículas, enfrenta acentuado decréscimo de matrículas. Em 2015, as matrículas nestes cursos representam 30,2%, tendo queda de 7,9% de suas matrículas. Quanto a taxa de crescimento das matrículas, esta foi de 28,4%, mas ainda muito aquém ao crescimento das matrículas nas Licenciaturas e Bacharelados. Percebe-se, assim, uma tendência à menor procura pelos cursos Tecnológicos, visto que, na modalidade presencial, as matrículas nestes cursos também tiveram uma involução (de 2005 a 2010: -51,5%).

Enquanto diminuiu a procura pelos cursos Tecnológicos, cresceu a procura pelos cursos de Licenciatura e Bacharelado. Os **Bacharelados** têm menor representatividade dentre os graus acadêmicos na modalidade EaD, em 2010 representava 22,5% do total e, em 2015, passou a representar 23,4%. De outro modo, apresenta significativa taxa de crescimento de 68,6%. É possível inferir duas tendências para os cursos de Bacharelado na modalidade a distância, uma delas é a tendência em se aproximar mais do número de matrículas dos cursos Tecnológicos e outra é de que permaneçam com menor representatividade com relação às Licenciaturas.

Na tabela seguinte apresentamos a evolução do número de matrículas, de ingressantes e de concluintes entre 2010 a 2015, separando-os por sexo.

Tabela 9 – Evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes em cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por sexo (2010-2015)

Ano	Matrículas		Ingressos		Concluintes	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2010	7.444	3.883	1.999	1.307	1.877	990
2011	7.278	3.799	3.386	1.900	1.717	815
2012	8.050	4.459	3.982	2.580	1.390	733
2013	9.345	5.267	4.295	2.491	1.211	854
2014	11.403	6.198	5.400	3.119	1.443	1.163
2015	12.194	6.164	5.241	3.189	2.426	1.174

* Não estão inclusas as matrículas dos menores de 18 anos.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2010-2015).

No período analisado a parcela de **matrículas** correspondentes ao sexo feminino na Região Oeste é de 65,7%. No geral, o número de matrículas do sexo feminino é superior em todos os anos de nossa amostragem e se mantém em contínuo crescimento, vai de 7.444 matrículas em 2010, para 12.194 em 2015, sendo a taxa de crescimento 63,8%. Com relação às matrículas do sexo masculino houve crescimento de 58,7%, vai de 3.883 matrículas em 2010 e chega a 6.164 em 2015, ainda assim, inferior ao crescimento das matrículas do sexo feminino. Destaca-se que, no período, houve 25.944 matrículas do sexo feminino a mais do que as matrículas do sexo masculino. Significa dizer que para cada 1,9 matrícula do sexo feminino houve uma matrícula do sexo masculino.

A parcela de **ingressantes** do sexo feminino é superior ao número de ingressantes do sexo masculino em todos os anos verificados, em 2015, as mulheres representavam 62,2% do total de 8.430 estudantes ingressantes. A taxa de crescimento dos ingressantes aumentou significativamente para ambos os sexos, para o sexo feminino foi de 162,2% (de 1.999 em 2010, para 5.241 em 2015) e para o sexo masculino o crescimento foi de 144% (de 1.307 em 2010, para 3.189 em 2015).

No que diz respeito aos **concluintes**, o sexo feminino conclui em proporção superior à masculina, para cada 1,8 concluinte do sexo feminino entre os anos 2010 a 2015 houve um concluinte do sexo masculino, ainda, no período mencionado, houve 4.335 concluintes do sexo feminino a mais do que os concluintes do sexo masculino. A taxa de crescimento do número de concluintes é bem inferior quando comparada ao crescimento das matrículas e dos ingressantes.

Analisando a presença feminina nos cursos que compõe o *ranking* dos dez cursos com maior número de matrícula podemos observar que em sete deles a presença feminina, no montante, é superior à masculina. O percentual de matrículas do sexo feminino é superior nos cursos de Pedagogia (96,6%), Artes Visuais (87,4%), Gestão de Recursos Humanos (79,5%), Ciências Contábeis (66,7%), História (61,7%), Matemática (59,5%) e Administração (55%). Os cursos com predominância da presença masculina são: Gestão Ambiental (66,4%), Educação Física (55,3%) e Processos Gerenciais (52,4%). Ao tratarmos do percentual de concluintes e excluindo-se o curso de Educação Física que, por ter tido início em 2014, não teve nenhum concluinte em 2015, dos outros nove cursos, sete deles tem maioria de concluintes do sexo feminino, isso ocorre com Pedagogia (97,1%), Artes Visuais (89,4%), Gestão de Recursos Humanos (81,1%), História (66,8%), Ciências Contábeis (66,8%), Matemática (61,7%) e Administração (54,6%). Os cursos com maior número de concluintes do sexo masculino são: Gestão Ambiental (64,5%) e Processos Gerenciais (50,3%).

No curso de Pedagogia, a presença feminina é extraordinariamente maior à masculina. No período de 2010 a 2015 as mulheres representaram 96,6% das matrículas, o que quer dizer que, para cada 28,1 matrículas do sexo feminino, houve uma matrícula do sexo masculino. No mesmo período, as mulheres representam 95,9% dos estudantes ingressantes neste curso, o que significa dizer que, para cada 23,5 alunos ingressantes do sexo feminino, houve um ingressante do sexo masculino. Ainda, no que diz respeito aos concluintes, as mulheres representam 97,1%, significa dizer que para cada 33 mulheres que concluem este curso há um homem. Somando-se o número de estudantes concluintes do curso de Pedagogia entre os anos de 2010 a 2015 conclui-se que se formaram neste curso 3.323 mulheres a mais do que homens. Considerando a média de quatro anos de duração do curso, verificou-se que 57,5% dos 1.568 ingressantes de 2012 concluíram em 2015, demarcando que 42,5% dos estudantes matriculados se evadiram ou protelaram sua formação.

O curso de Artes Visuais destaca-se por apresentar maioria feminina. As mulheres compõem 87,4% das matrículas, 84,1% dos alunos ingressantes e 89,4% dos alunos concluintes no período de 2010 a 2015. No período de 2010 a 2015 formaram-se 97 mulheres a mais do que homens.

No curso de Administração, a presença feminina também é maioria, embora não tão representativa como ocorre no curso de Pedagogia e Artes Visuais. As mulheres compõem, no período verificado, em média 55% das matrículas, 55,6% dos ingressantes e 54,6% dos concluintes. Observa-se que, no período de 2010 a 2015, para cada 1,2 concluinte do sexo feminino, há um concluinte do sexo masculino. No geral, as taxas de matrícula, ingressantes e concluintes vêm crescendo em valores significativos, o que demonstra aumento da procura pelo curso na modalidade a distância. Enquanto isso, a taxa de crescimento das matrículas na modalidade presencial foi de 21,1%, na EaD as matrículas cresceram 74,3%.

No curso de Educação Física oferecido na modalidade EaD a participação masculina tem sido maioria. O curso que passou a ser oferecido na Região a partir de 2014 registrou, em 2014 e 2015, 1.249 alunos ingressantes e, destes, 57,7% composto por homens.

Nos cursos de Licenciatura, há predominância da presença feminina sobre a masculina. No período, para cada uma matrícula do sexo masculino houve 5,8 matrículas do sexo feminino. Das 34.532 matrículas feitas no período, 85,2% dos alunos eram do sexo feminino. De outro lado, a taxa de crescimento das matrículas do sexo masculino cresceu 140,7% (de 615 em 2010, para 1.480 em 2015). Em menor proporção, as matrículas do sexo feminino obtiveram crescimento de 82,9% (de 3.849 em 2010, para 7.040 em 2015). Dos 15.447 alunos ingressantes, entre 2010 a 2015, 80,7% eram mulheres. Com relação aos alunos concluintes, a participação feminina é ainda maior. Dos 5.139 estudantes concluintes de cursos de Licenciatura, entre 2010 a 2015, 88,6% eram mulheres. Isso significa que, para cada concluinte do sexo masculino, houve 7,8 concluintes do sexo feminino. Apesar de a taxa de crescimento da participação masculino ter crescido em proporções superiores à feminina, considerando a distância numérica entre os sexos, ainda não é suficiente para que ocorra uma inversão da participação dos sexos, as mulheres tendem a ser maioria entre as Licenciaturas. No período, 3.967 mulheres adquiriram diploma em cursos de Licenciatura a mais do que homens.

Nos cursos de Bacharelado a presença feminina também é maioria. Das 20.105 matrículas contabilizadas no período, 59,4% são do sexo feminino. As taxas de crescimento das matrículas de ambos dos sexos estão próximas, a taxa feminina cresceu 69,7% e a masculina 67,1%. Com relação aos alunos ingressantes, as mulheres representam 57,9% dos 8.687 alunos que ingressaram em cursos de Bacharelado entre 2010 e 2015. A taxa de crescimento do número de concluintes homens é significativamente maior que a das mulheres. No período, a taxa masculina foi de 131,4% (de 102 em 2010, para 236 em 2015), enquanto que a taxa feminina foi de 55% (de 278 em 2010, para 431 em 2015). As taxas de crescimento da participação masculina ainda não indicam inversão na participação dos sexos no curso, visto que, no período,

a cada concluinte do sexo masculino houve 1,6 concluinte do sexo feminino, deste modo, formaram-se em cursos de Bacharelado 677 mulheres a mais do que homens.

Nos cursos Tecnólogos oferecidos na modalidade EaD encontramos maioria na presença do sexo masculino, ainda que não muito distante do número de mulheres. Acerca das matrículas, os homens representam 53,6% do total de 30.847 matrículas (2010-2015). Ainda, a taxa de crescimento do número de matrículas do sexo masculino é superior à feminina, sendo de 32,2% a taxa masculina (de 2.230 em 2010, para 2.949 em 2015) e de 24,4% a feminina (de 2.088 em 2010 para 2.597 em 2015). No que diz respeito aos alunos ingressantes, os homens representam 53,9% dos 14.755 alunos que ingressaram no período. Com relação aos alunos concluintes, os homens representam 52% do total de 7.805 alunos que concluíram cursos Tecnológicos entre 2010 a 2015. E aqui temos uma taxa de crescimento muito pequena para o sexo feminino, 2,2% (de 738 em 2010 para 754 em 2015) e uma queda no crescimento do número de concluintes do sexo masculino de -1,6% (de 771 em 2010 para 759 em 2015). No período, houve 309 homens a mais com diploma em cursos Tecnólogos do que mulheres.

Ao tratar-se da procedência do ensino médio dos alunos que ingressaram em cursos de ensino superior na Região Oeste, tomaremos por base 2015, por ser o ano da amostragem que apresenta o menor índice de informação não declarada. As tabelas completas com a evolução das matrículas, por procedência do aluno, nas modalidades presencial e EaD encontram-se no Anexo G.

Com relação aos cursos presenciais, a grande maioria dos estudantes matriculados no ensino superior declarou terem cursado ensino médio em escolas públicas. Do total de 40.522 estudantes em 2015, 81,8% são oriundos da rede pública e 16,3% da rede privada (1,9% sem informação). Nos cursos a distância, os estudantes provenientes de escolas públicas são 93,5%, enquanto que 3,4% são provenientes de escolas da rede privada (3,1% de procedência não declarada). A tabela a seguir apresenta a junção dos dados das matrículas por procedência do aluno na Região.

Tabela 10 – Evolução das matrículas em cursos de graduação a distância Região Oeste de Santa Catarina, por procedência do aluno (2015)

Ano/Procedência	Pública	Privada	Não Informada
2015	50.296	7.229	1.355

* Não estão inclusas as matrículas dos menores de 18 anos para os dados da EaD.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2015).

No geral, quanto à procedência do aluno que cursa graduação na Região Oeste, 85,4% dos 58.880 alunos matriculados em 2015 eram alunos procedentes de ensino médio da rede pública. Neste ano tivemos 2,4% das matrículas sem informação de procedência.

A tabela a seguir demonstra a evolução das matrículas em cursos de graduação a distância, apresentando os dados por faixa etária no contexto da Região Oeste, entre os anos de 2010 a 2015.

Tabela 11 – Evolução do número de matrículas em cursos de graduação a distância, por idade, na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015)

Ano/ Faixa etária	Menor 18	18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 ou mais anos
2010	27	240	3.160	2.533	1.970	1.460	1.054	572	232	78	22	6
2011	52	334	3.165	2.538	2.024	1.389	842	509	193	61	16	6
2012	42	352	3.588	2.927	2.342	1.555	899	547	206	70	17	6
2013	54	431	4.355	3.433	2.663	1.771	1.023	592	232	89	16	7
2014	56	569	5.310	4.103	3.234	2.104	1.245	626	285	96	18	11
2015	53	620	5.812	4.191	3.343	2.210	1.187	593	296	76	19	11

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2010-2015).

Podemos observar que a maior parte dos estudantes que frequenta cursos de graduação a distância, na Região Oeste de Santa Catarina, encontra-se na faixa etária de 19 a 24 anos. Somando-se as matrículas do período, estes alunos compõem 29,6%. Observamos, também, uma participação próxima entre as idades. Os estudantes na faixa etária dos 25 aos 29 anos representam 23% do total das matrículas do período; entre 35 a 39 anos representam 18,2%; entre 40 a 44 anos representam 7,3%; estudantes de 18 anos representam 4%; entre 45 a 49 anos representam 1,7%; entre 55 a 59 anos representam 0,5%; estudantes menores de 18 anos representam 0,3%; de 60 a 64 anos representam 0,1%. Os estudantes idosos, a partir de 60 anos, somam no período 155 alunos.

A tabela a seguir exemplifica a distribuição dos estudantes por faixa etária na graduação presencial e na graduação a distância. Apresenta o número médio de alunos matriculados em

cada ano entre 2010 a 2015 e indica a distribuição percentual das matrículas entre as faixas etárias, em cursos de graduação (presencial e a distância), na Região Oeste de Santa Catarina.

Tabela 12 – Distribuição percentual das matrículas entre as faixas etárias, em cursos de graduação, na Região Oeste de Santa Catarina, no período de 2010 a 2015

Modalidade	Média de matrículas anual (2010 – 2015)	Menor 18	18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 ou mais anos
Presencial	37.240,3	1,3%	8,8%	60,5%	16%	7,0%	3,3%	1,7%	0,9%	0,3%	0,2%	0,1%	0%
EaD	14.294,7	0,3%	3%	29,6%	23%	18,2%	12,2%	7,3%	4%	1,7%	0,5%	0,1%	0,1%

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do INEP/MEC (2010-2015).

Observamos, na graduação a distância, uma distribuição mais “igualitária” da participação das diferentes faixas etárias. Enquanto que, na graduação presencial, a distância entre a faixa etária dos 19 a 24 anos que representam 60,5% para a faixa etária dos 25 a 29 anos que representam 16% do total das matrículas é de 44,5 pontos percentuais. Na graduação a distância essa distância é amena, a faixa etária dos 19 aos 24 anos representa 29,6%, em seguida, a faixa etária dos 25 aos 29 anos representa 23%, diferença de apenas 6,6 pontos percentuais. Na graduação presencial, a diferença entre o percentual dos alunos na faixa etária dos 25 aos 19 anos (16%) para os estudantes de 18 anos (8,8%) é de 7,2 pontos percentuais, enquanto que, na graduação a distância, a diferença dos estudantes de 25 a 29 anos (23%) para os estudantes de 30 a 34 anos (18,2%) é de apenas 4,8 pontos percentuais. Outro fato que pode ser observado é que a maioria dos estudantes que se matriculam em cursos de educação presencial estão entre a faixa dos 19 até os 34 anos, enquanto que, na graduação a distância, estão entre 19 e 44 anos.

3.3 A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

A expansão da pós-graduação *Stricto Sensu* em Santa Catarina, similar ao que foi observado nos demais cursos de ensino superior, se deu no sentido litoral → interior. De acordo com as informações disponíveis na Plataforma Sucupira, o primeiro programa de pós-graduação *Stricto Sensu* criado em Santa Catarina foi o Mestrado em Engenharia Mecânica, em 1969, na UFSC, em Florianópolis. Os cursos *Stricto Sensu* estiveram concentrados em Florianópolis até 1995, quando em Itajaí inicia-se o curso de Ciência Jurídica, na UNIVALLI. A interiorização da Pós-Graduação *Stricto Sensu* é, portanto, recente. Em 1997 é criado o primeiro curso *Stricto Sensu* na Região Serrana, em 1999 na Região Norte, em 2001 na Região Sul e em 2002 na Região Oeste.

Até 2016 existiam cursos de Mestrado em 16 cidades de Santa Catarina: Florianópolis, Itajaí, Lages, Blumenau, Joinville, Criciúma, Joaçaba, Tubarão, Chapecó, Canoinhas, Videira, Araranguá, Caçador, Araquari, Curitibanos e Pinhalzinho. O quadro completo com a indicação do primeiro curso de Mestrado criado em cada município encontra-se no Anexo C.

Os cursos de Doutorado começaram a ser criados em Santa Catarina a partir de 1981, o primeiro curso criado foi Engenharia Mecânica, na UFSC, em Florianópolis. Os cursos de Doutorado se interiorizaram a partir de 2007, quando foram criados no Vale do Itajaí o curso de Administração e na Região Sul o curso de Ciências da Saúde. No ano seguinte, foi criado o primeiro Doutorado na Região Serrana (Ciência do Solo), em 2014 na Região Norte (Saúde de Meio Ambiente) e, em 2017, na Região Oeste (Ciências da Saúde). Até 2017 existiam cursos de Doutorado em oito cidades do estado: Florianópolis, Itajaí, Criciúma, Lages, Blumenau, Tubarão, Joinville e Chapecó. O quadro com a indicação do ano em que foi criado o primeiro curso em cada uma destas cidades encontra-se no Anexo D.

A tabela a seguir apresenta quais e quantas são as IES de Santa Catarina que ofertam cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*. As linhas destacadas por cor indicam as IES que ofertam programas *Stricto Sensu* na Região Oeste.

Tabela 13 – Número de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em Santa Catarina, por IES e categoria administrativa (2017)

Categoria Administrativa	Nome IES	Sigla	N. cursos Mestrado Acadêmico	N. cursos Mestrado Profissional	N. cursos Doutorado
Pública Federal	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	64	22	55
	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	3	1	0
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	IFC	0	1	0
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	0	4	0
Pública Estadual	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	24	9	13
Privada sem fins lucrativos	Universidade Regional de Blumenau	FURB	9	2	3
	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	UNIARP	1	1	0
	Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECÓ	5	2	1
	Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	4	1	1
	Universidade do Contestado	UNC	1	0	0
	Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	6	1	2
	Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	4	1	1
	Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	2	0	0
	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	4	0	0
	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALLI	7	3	6
	Centro Universitário FACVEST	FACVEST	0	1	0
	Centro Universitário SOCIESC	UNISOCIESC	0	2	0
	Faculdade SATC	FASATC	0	1	0

* As categorias aqui apresentadas seguem o que é considerado pela LDB. No e-Mec, a FURB e a UNIARP encontram-se categorizadas como IES Públicas Municipais.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados disponíveis na Plataforma Sucupira (set. 2017).

Com relação às IES, em Santa Catarina 18 instituições possuem programas *Stricto Sensu*. Destas IES, cinco são Públicas (UFSC, UFFS, IFC, IFSC e UDESC) e as demais, 13, são Privadas, sendo a maioria sem fins lucrativos, e apenas uma com fins lucrativos (FACVEST). O modelo que prevalece entre as IES com oferta de cursos *Stricto Sensu* é a Universidade, 72,2% do total de IES. No que diz respeito aos Doutorados, apenas oito IES os possuem. Desta forma, 25% são instituições Públicas (UFSC e UDESC) e as demais privadas

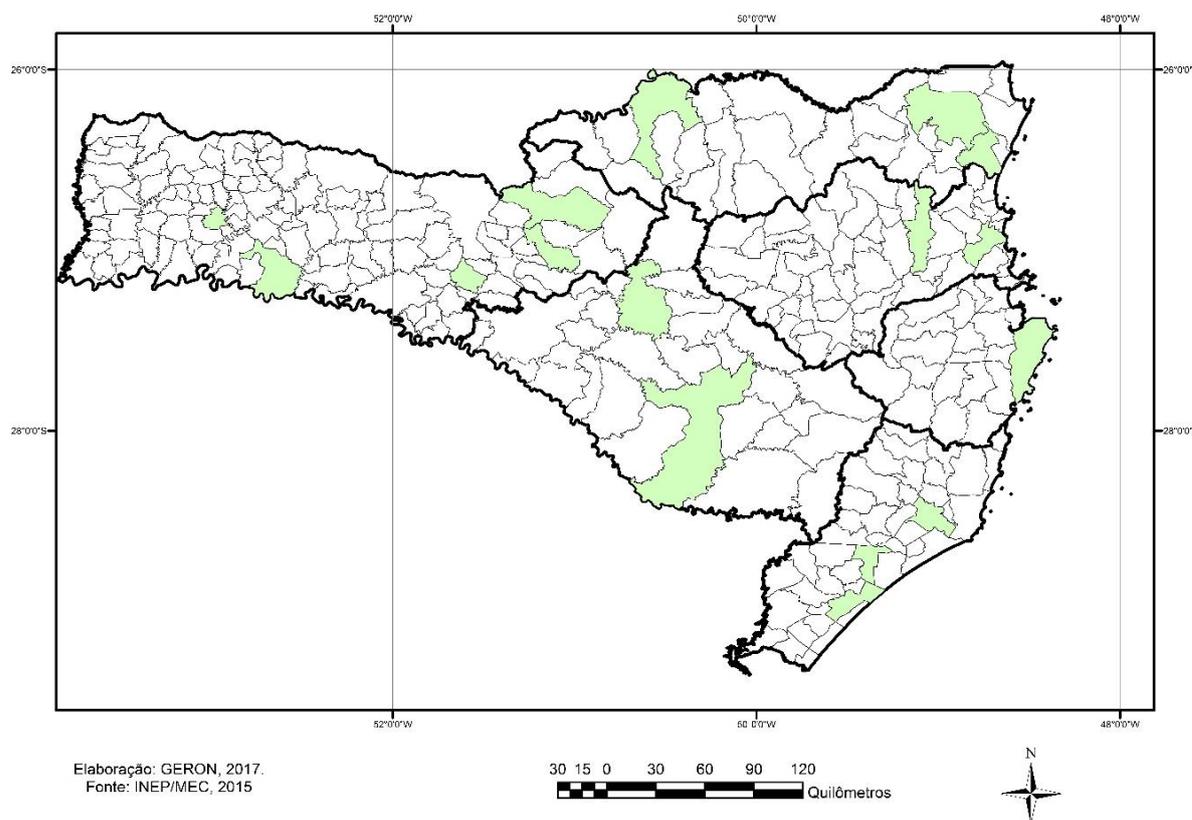
sem fins lucrativos (UNOCHAPECÓ, UNOESC, FURB, UNIVILLE, UNESC e UNIVALLI). Podemos observar que, até 2017, na Região, os Doutorados ocorrem exclusivamente em Universidades.

No âmbito estadual, com relação aos Mestrados, as 18 instituições somam 186 cursos de Mestrado, 134 Acadêmicos e 52 Profissionais. Dos cursos de Mestrado, em geral, 68,9% pertencem às IES Públicas (128), o restante pertence às IES Privadas. Com relação aos Doutorados, são 82 cursos, sendo que 82,9% estão em instituições públicas (68), o restante está nas IES Privadas.

Na Região Oeste 70% dos cursos são ofertados por IES Privadas sem fins lucrativos, 20% por IES Públicas Federal e 10% por IES Pública Estadual. A predominância dos cursos em IES Privadas, na Região Oeste, faz sentido, pois, como tratado no capítulo I este trabalho, IES prevalecem em quantidade e tempo de existência na Região.

O mapa abaixo destaca os municípios de Santa Catarina onde há oferta de cursos *Stricto Sensu*.

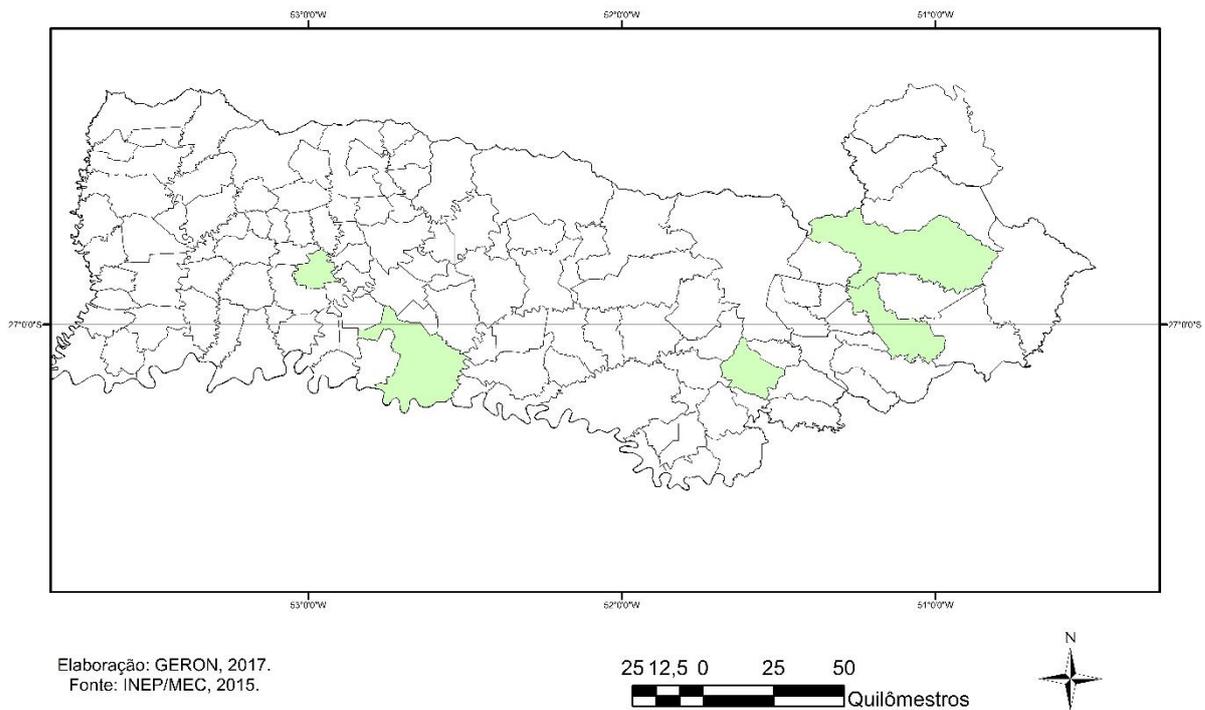
Mapa 5 – Distribuição dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em Santa Catarina, por município (2017)



Fonte: elaboração de Geron (2017) com dados organizados pela autora a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira (set. 2017).

Observando o mapa de Santa Catarina é possível verificar assimetrias regionais e a concentração dos cursos em cidades polos de cada Região. Na Grande Florianópolis a concentração está na cidade de Florianópolis. No Vale do Itajaí os cursos ocorrem em Itajaí e Blumenau. Na Região Norte há cursos em Joinville, Canoinhas e Araquari. Na Região Sul, há cursos em Criciúma, Tubarão e Araranguá. Na Região Serrana os cursos concentram-se em Lages e Curitibanos. E na Região Oeste há oferta nas cidades de Caçador, Chapecó, Joaçaba, Pinhalzinho e Videira, como destaca o mapa a seguir.

Mapa 6 – Distribuição dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* na Região Oeste de Santa Catarina, por município (2017)



Fonte: elaboração de Geron (2017) com dados organizados pela autora a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira (set. 2017).

Em Chapecó os programas são ofertados pela UNOCHAPECÓ, UNOESC, UFFS e UDESC. Em Joaçaba e Videira os cursos existentes são da UNOESC, em Pinhalzinho da UDESC e em Caçador da UNIARP.

O quadro a seguir indica os cursos de Mestrado com o ano de início e as respectivas IES e município onde são ofertados na Região Oeste de Santa Catarina.

Quadro 11 – Cursos de Mestrado na Região Oeste de Santa Catarina (2002-2016)

Curso	IES	Município	Início do Curso
Mestrado em Educação	UNOESC	Joaçaba	2002*
Mestrado em Ciências Ambientais	UNOCHAPECÓ	Chapecó	2005
Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais	UNOCHAPECÓ	Chapecó	2010
Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmato)	UFFS	Chapecó	2011
Mestrado em Educação	UNOCHAPECÓ	Chapecó	2012
Mestrado em Ciências da Saúde	UNOCHAPECÓ	Chapecó	2012
Mestrado em Estudos Linguísticos	UFFS	Chapecó	2012
Mestrado em Educação	UFFS	Chapecó	2013
Mestrado Profissional em Administração	UNOESC	Chapecó	2013
Mestrado em Ciências e Biotecnologia	UNOESC	Videira	2013
Mestrado em Direito	UNOESC	Chapecó	2013
Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão da Inovação	UNOCHAPECÓ	Chapecó	2014
Mestrado em Biociências e Saúde	UNOESC	Joaçaba	2014
Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade	UNIARP	Caçador	2015
Mestrado em Zootecnia	UDESC	Chapecó	2015
Mestrado em Ciências Contábeis e Administração	UNOCHAPECÓ	Chapecó	2015
Mestrado em Direito	UNOCHAPECÓ	Chapecó	2015
Mestrado em Ciências e Tecnologia de Alimentos	UDESC	Pinhalzinho	2016
Mestrado em Educação Básica	UNIARP	Caçador	2016
Mestrado em História	UFFS	Chapecó	2016

* A data disponível na Plataforma Sucupira é 2007, pois a plataforma considera apenas a data de recomendação da Capes.

Fonte: elaboração da autora (mar. 2017), a partir de dados disponíveis na Plataforma Sucupira (2017) e aos *sites* institucionais das IES (2017).

Cabe aqui registrar que entre 1998 a 2002 foi implantado um curso de Mestrado em Educação na UnC, em Caçador, em regime de convênio com a Unicamp (BRASIL, 2009)²⁸.

Durante o período, 91 alunos defenderam e foram aprovados em suas dissertações, contudo, houve um impasse no momento da cedência de diplomação. Somente em 2009, o CNE, por meio do Parecer CNE/CES nº 289/2009 definiu que a UnC deveria expedir e registrar os diplomas dos 91 alunos.

Efetivamente, o primeiro programa *Stricto Sensu* na Região Oeste foi implantado em Joaçaba, na UNOESC. O projeto foi elaborado em 2000 e as aulas no curso de Mestrado Acadêmico em Educação iniciaram em 2002, mediante reconhecimento do CEE de Santa Catarina, em 8 de julho de 2003. A recomendação da CAPES ocorreu anos depois, em 14 de julho de 2006. A pós-graduação *Stricto Sensu* na Região iniciou pela área da Educação e isso se relaciona diretamente ao fato de o curso de Pedagogia ter sido o segundo curso de graduação

²⁸ A UnC, em 1991, tinha seu projeto de Universidade aprovado pelo Conselho Federal de Educação, sendo reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação em 1997. Neste mesmo ano, encaminhou à Capes um projeto de implantação de Mestrado em Educação, contudo, a Capes deu parecer desfavorável alegando a falta de um corpo docente adequado e pesquisa. Desta forma, um novo encaminhamento foi dado por meio do Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica com a Unicamp.

criado pela FUOC, em Joaçaba, em 1976. A criação do programa foi justificada pelas razões abaixo:

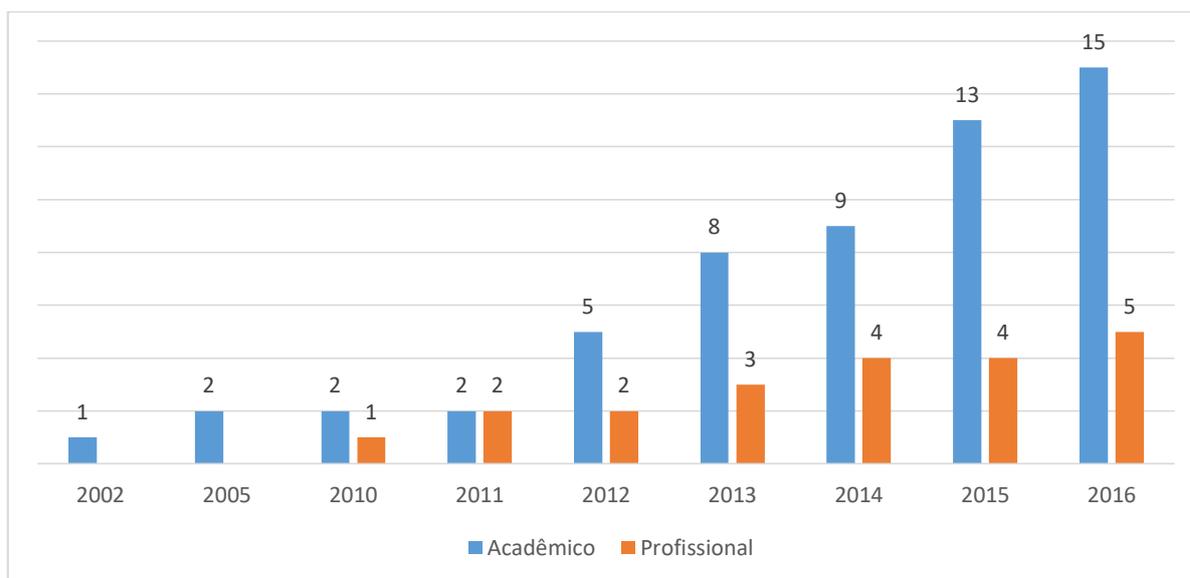
Entre os motivos que, à época, justificaram a criação do Curso destacam-se o da inexistência de qualquer outro programa em nível *stricto sensu* na grande Região e a falta de oportunidades para a qualificação dos docentes que atuavam em diferentes níveis de educação. Também havia o interesse em oportunizar aprofundamento de estudos aos docentes formados nos cursos licenciatura da Instituição, nomeadamente o de Pedagogia, e de corresponder aos acelerados processos de transformação social que incidiam/incidem sobre a formação e o trabalho docente. Razões como estas foram decisivas para mobilizar a constituição de um programa de pós-graduação em Educação. (UNOESC, 2017, [s.p.]).

O segundo programa Mestrado data de 2005, implantado pela UNOCHAPECÓ, na área de Ciências Ambientais. Até 2016, ano base da consulta, foram criados na Região Oeste vinte cursos de Mestrado. Estes cursos estão distribuídos em cinco IES. Há uma participação mais representativa das IES Privadas sem fins lucrativos, seguindo a tendência nacional destacada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE²⁹), que avaliou a evolução do número de cursos de mestrado no Brasil no período de 1996 a 2014. De acordo com o CGEE (2016, p. 31): “O fato mais marcante da evolução do número de programas de mestrado, por natureza jurídica das instituições às quais os programas estão vinculados, é o crescimento acentuado da participação dos programas de instituições particulares.”

O gráfico a seguir demonstra a evolução do número de cursos de Mestrado Acadêmicos e Profissionais.

²⁹ CGEE é uma organização social, criada em 2001, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Tem como finalidade gerar subsídios técnicos para o apoio a processos decisórios de natureza estratégica nas áreas da ciência, tecnologia e inovação. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2011/10/centro-de-gestao-e-estudos-estrategicos-completa-10-anos>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

Gráfico 4 – Número de cursos de Mestrados Acadêmico e Profissional na Região Oeste de Santa Catarina (2002-2016)



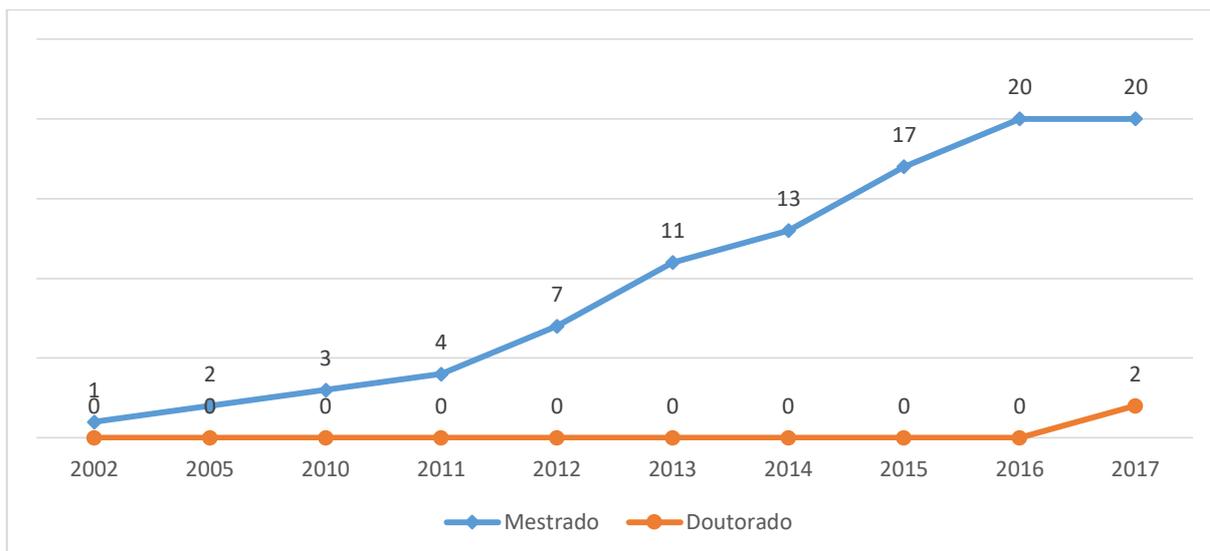
Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados disponíveis na Plataforma Sucupira (mar. 2017).

No Brasil, os primeiros cursos de Mestrado Profissional foram criados a partir de 1999 (CGEE, 2016). No âmbito estadual os Mestrados Profissionais iniciaram em 2001, sendo o primeiro o Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, na UNIVALLI. Em Santa Catarina, de 2001 a 2016, os cursos de Mestrados Profissionais cresceram 19% ao ano. Os Mestrados Acadêmicos, neste mesmo período, cresceram 100%. Na Região Oeste, o primeiro curso de Mestrado Profissional inicia em 2010, o curso de Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da UNOCHAPECÓ.

O panorama da oferta de cursos de Doutorado acompanha a similaridade dos demais níveis de ensino superior, iniciam no litoral. O primeiro curso de Doutorado de Santa Catarina foi Engenharia Mecânica, criado em 1984, na UFSC. Outros 32 cursos foram criados em Florianópolis, pela UFSC, somente em 2007 é que surge curso de Doutorado em outra cidade catarinense, na UNIVALLI, em Itajaí, em Administração, e na UNESC, em Criciúma, em Ciências da Saúde. Na sequência os doutorados chegam a outras cidades e regiões: Lages e Blumenau (2008), Tubarão (2009), Joaçaba e Chapecó (2017). Portanto, na Região Oeste, o primeiro curso de doutorado é bastante recente, trata-se do Doutorado em Ciências da Saúde, implantado em 2017.

O gráfico a seguir indica o crescimento no número de cursos de Mestrado e Doutorado na Região Oeste de Santa Catarina.

Gráfico 5 – Evolução no número de cursos de Mestrado e Doutorado na Região Oeste de Santa Catarina (2002-2017)



* Estão presentes neste gráfico apenas cursos de Mestrado.

Fonte: elaboração da autora (mar. 2017), a partir de dados disponíveis na Plataforma Sucupira (2017).

Na Região Oeste os cursos de Doutorado são muito recentes, cabendo destaque para:

- Doutorado Interinstitucional em Enfermagem (DINTER), em Chapecó, em parceria entre a UDESC/CEO e a UFRGS. O curso está em andamento desde o segundo semestre de 2013;
- Doutorado Interinstitucional em Educação Científica e Tecnológica (DINTER), em parceria entre a UFFS e a UFSC, com início das aulas no primeiro semestre de 2017;
- Doutorado em Administração pela UNOESC, *Campus* Chapecó, com início das aulas no primeiro semestre de 2017;
- Doutorado em Ciências da Saúde, pela UNOCHAPECÓ, com início das aulas no primeiro semestre de 2017.

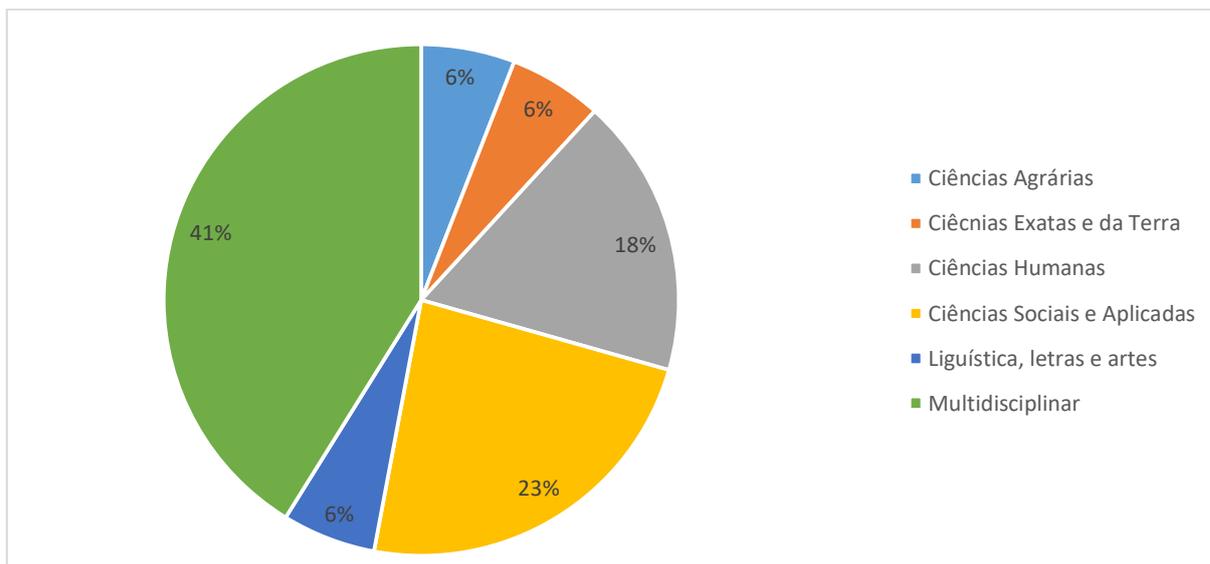
Todos os cursos *Stricto Sensu* que forem avaliados com nota igual ou superior a 3 são recomendados pela CAPES ao reconhecimento. Somente os cursos reconhecidos pelo CNE/MEC é que estão autorizados a expedir diplomas de mestrado e doutorado com validade nacional. Com exceção do curso de Mestrado Profissional em Matemática (UFFS) avaliado com nota 5, todos os demais estão com nota 3.

A área de conhecimento que prevalece na Região Oeste é a Área Multidisciplinar, que compreende os cursos de Biociência e Saúde, Ciência e Biotecnologia, Ciências Ambientais,

Ciências da Saúde, Desenvolvimento e Sociedade, Interdisciplinar em Ciências Humanas e Tecnologia e Gestão da Inovação.

O gráfico abaixo demonstra a distribuição dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* na Região Oeste por Grande Área da Capes.

Gráfico 6 – Distribuição dos cursos *Stricto Sensu* na Região Oeste de Santa Catarina, por Grande Área (2016)

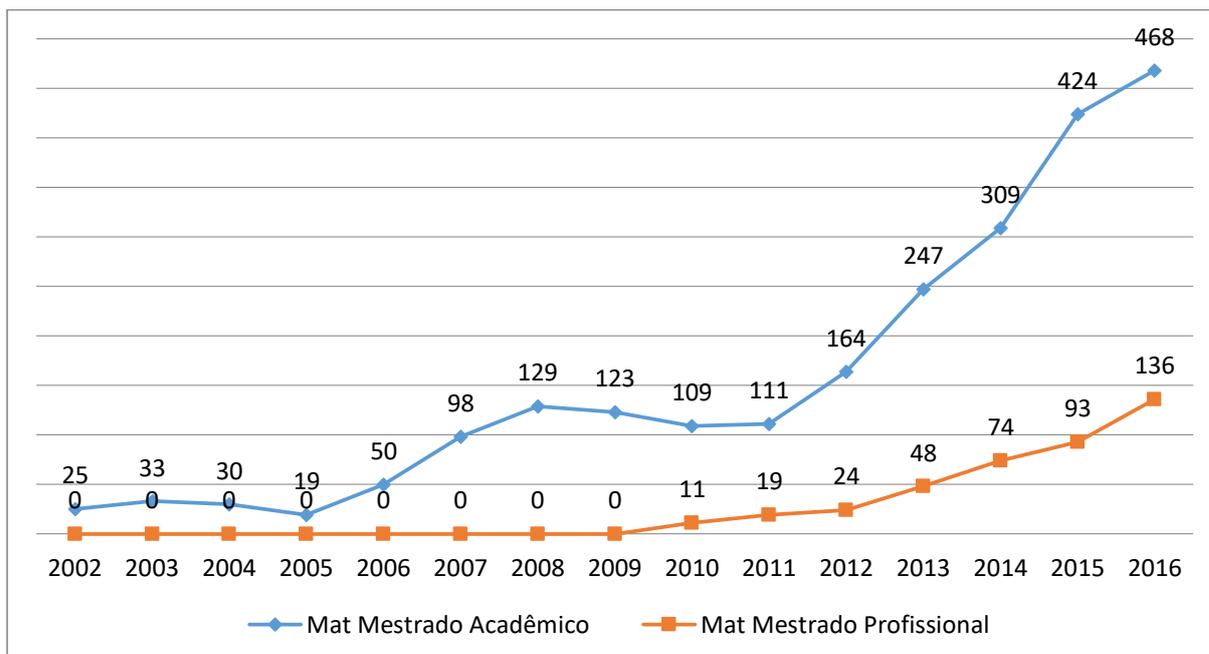


Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados disponíveis em GeoCapes (set. 2017).

A despeito do crescimento dos programas de pós-graduação, sobretudo a partir de 2011, o número de pós-graduandos é bastante baixo. De acordo com os dados da Plataforma Sucupira, na Região Oeste havia, em 2015, apenas 517 estudantes matriculados. Isso corresponde a 0,9% do total de estudantes em cursos de graduação na Região (58.880 matrículas).

O gráfico abaixo demonstra a evolução do número de matrículas em cursos de Mestrado na Região Oeste.

Gráfico 7 – Evolução do número de matrículas em cursos de Mestrado na Região Oeste de Santa Catarina (2002-2016)



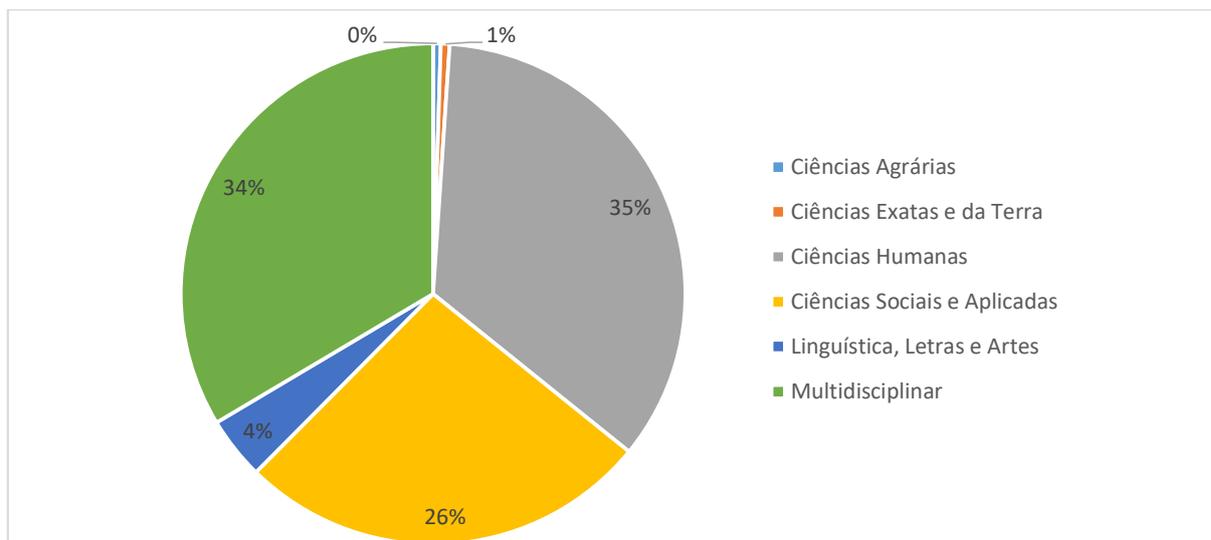
Fonte: elaboração da autora (set. 2017), a partir de dados disponíveis em GeoCapes (2016). Dados de 2002, 2003 e 2004 cedidos pela UNOESC (DEPELEGRIN, 2017).

O primeiro curso de Mestrado, o curso de Mestrado Acadêmico em Educação, na UNOESC, no ano de 2002, teve 25 alunos. Os dados de 2002, 2003 e 2004 referem-se apenas ao Mestrado em Educação da UNOESC. As 19 matrículas de 2005 referem-se ao curso de Ciências Ambientais da UNOCHAPECÓ, que iniciou neste ano. O Mestrado Profissional surge na Região Oeste em 2010, na UNOCHAPECÓ, com o curso Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, tendo 11 matriculados.

Em 2016, a UNOESC, a UNOCHAPECÓ, a UNIARP, a UDESC e a UFFS respondiam por 468 matrículas em cursos de Mestrado Acadêmico e 136 matrículas em cursos de Mestrado Profissional. Os dados das matrículas de 2016 mostram que essas estiveram concentradas nas áreas das Ciências Humanas e Multidisciplinar.

O gráfico a seguir demonstra as matrículas em cursos de mestrado na Região, por Grande área da Capes.

Gráfico 8 – Distribuição das matrículas em cursos de Mestrado, por Grande Área, na Região Oeste de Santa Catarina (2016)



Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados disponíveis em GeoCapes (set. 2017).

Até 2002 qualquer estudante interessado em cursar *Stricto Sensu* deveria deslocar-se a outras regiões do estado ou outros estados. Entre 2007 e 2015, 536 pessoas puderam ser titulados mestres em universidades da Região Oeste.

A despeito de que a maior oferta de cursos de Mestrado está em universidades privadas, parte dos estudantes contam com bolsa da CAPES, do Programa UniEdu (Secretaria Estadual de Educação) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). De acordo com a Plataforma GeoCapes³⁰ (2017), no ano de 2016 a UNOCHAPECÓ distribuiu cinquenta bolsas para estudantes de mestrado, a UFFS 38 bolsas e a UNOESC, 18.

A tabela abaixo demonstra o número de titulados em cursos de Mestrado na Região Oeste de Santa Catarina.

Tabela 14 – Número de titulados em cursos de Mestrado na Região Oeste (2007-2016)

Ano	Titulados em Mestrado Acadêmico	Titulados em Mestrado Profissional
2007	21	0
2008	18	0
2009	51	0
2010	45	0
2011	38	0
2012	37	9
2013	25	11
2014	102	17
2015	123	39
2016	167	41

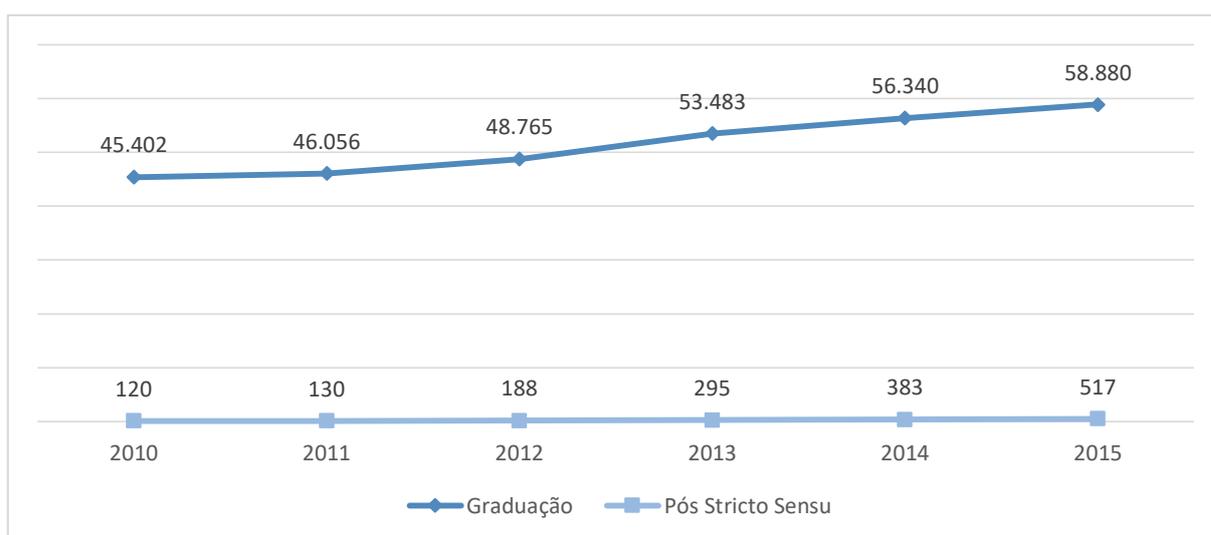
Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados disponíveis em GeoCapes (set. 2017).

³⁰ Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em 31 ago. 2017.

Entre 2007 e 2016 foram titulados 627 mestres em cursos Acadêmicos e 117 mestres em cursos Profissionais.

A pós-graduação *Stricto Sensu* apresenta-se na Região como recente. Muito se avançou na oferta deste nível de ensino, mas ainda há espaços a serem preenchidos. O gráfico a seguir demonstra a evolução do número de matrículas da pós-graduação em comparação com a graduação no período de 2010 a 2015.

Gráfico 9 – Número de matrículas em cursos de Graduação e de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015)

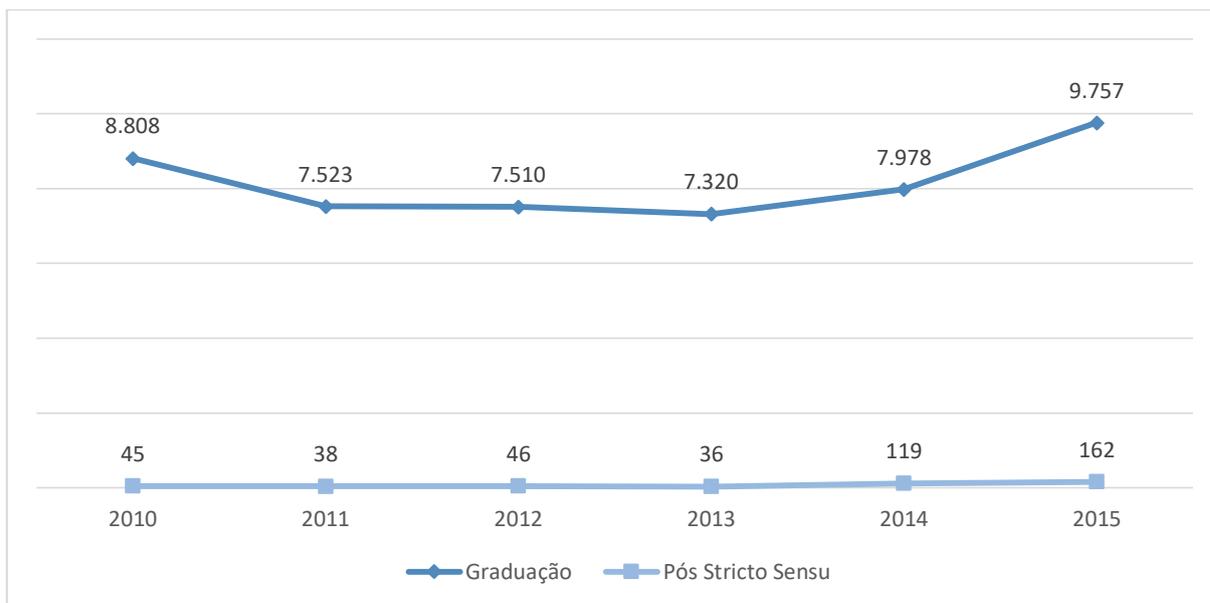


Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados disponíveis em INEP/MEC (2015) e em GeoCapes (2015).

As matrículas em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* correspondem a 0,87% das matrículas em cursos de graduação no período. Isso demonstra, entre tantos aspectos, a necessidade de expansão e consolidação da pós-graduação.

O gráfico a seguir apresenta um comparativo, tomando como referência o número de titulados na pós-graduação e na graduação.

Gráfico 10 – Número de titulados em cursos de Graduação e de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015)



Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados disponíveis em INEP/MEC (2015) e em GeoCapes (2015).

No que se trata dos alunos concluintes, o total de 446 em cursos *Stricto Sensu* corresponde a 0,9% do total de 48.896 alunos concluintes de cursos de graduação no mesmo período (2010-2015). Ainda, podemos dizer que na Região, para cada 109,7 alunos que conclui cursos de graduação, um aluno conclui um curso *Stricto Sensu*. Os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* iniciaram em 2002 na Região, em 2017, contamos com vinte cursos de Mestrado e dois Doutorados.

Pelo número de estudantes concluintes em cursos de graduação na Região Oeste e comparando com o número de estudantes que se matriculam em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, temos indícios que os Programas de Pós-Graduação têm espaço para crescer nos próximos anos.

CAPÍTULO III

4 DINÂMICAS E TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO OESTE DE SANTA CATARINA: A GUIA DE CONCLUSÃO

A realização desta dissertação exigiu o desenvolvimento de uma extensa pesquisa (bibliográfica, documental e quantitativa) sobre a educação superior na Região Oeste catarinense no período entre 1968 (ano de criação da primeira Fundação Educacional na Região) e os dias atuais. As informações, dados e indicadores apresentados e analisados ao longo do trabalho permitem responder aos principais objetivos desta dissertação. Eles oferecem um panorama bastante amplo e consistente sobre as dinâmicas que caracterizam a expansão da educação superior nessa importante Região de Santa Catarina.

Tendo em vista a extensão das informações e dados apresentados ao longo dos capítulos, julgamos importante realizar um esforço de síntese final, com o propósito de apontar as principais dinâmicas e tendências em curso. A seguir visamos sintetizar os aspectos essenciais da pesquisa desenvolvida.

O ensino superior no Brasil possui uma marca história de elitização. Além de crescer lentamente, atendia às capitais e às elites. Nos últimos anos, mais especificamente após a Constituição Federal de 1988, é que pode-se observar a expansão da educação superior de modo mais acentuado. Para responder a questão sobre quais fatores incidiram no processo de expansão e quais foram as instituições e atores que exerceram liderança no processo de expansão ocorrida na Região Oeste, podemos dizer que a globalização, a demanda do mercado e os fatores políticos foram, certamente, possibilitadores da expansão ocorrida. De modo especial, aparecem atores como a comunidade local/regional, líderes políticos e dirigentes de instituições como fomentadores do processo de criação e expansão do ensino superior na Região Oeste.

Políticas do âmbito nacional incidiram sobre o processo de expansão ocorrido, mais acentuadamente, a partir da década de 90, com destaque para a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996. Para o setor privado contribuíram de modo especial o FIES (2001) e o PROUNI (2005) e, para o setor público contribuíram a UAB (2006), o REUNI (2007) e a Lei nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal.

No âmbito estadual destacam-se alguns fatores de ordem política, ainda nas décadas de 1960, como a criação do Conselho Estadual de Educação e a implementação dos PLAMEGs (1961/1965 – 1966/1970) e, com eles, as metas de expansão. Posteriormente, duas políticas

estaduais contribuíram, especialmente para a expansão das matrículas na rede privada, trata-se da alteração dos Art. 170 e 171 da Constituição Estadual. Com as alterações ocorridas, respectivamente, em 2005 e 2008, o estado para a contribuir com a concessão de bolsas. Para o setor público, destaque-se no Art. 171 prevê destinação de 10% dos recursos para que a UDESC possa investir na ampliação ou implantação de *campi* no interior no estado.

As dinâmicas de desenvolvimento estão expressas nos ciclos de desenvolvimento da educação superior e no trabalho com os dados da expansão da educação. Observamos na Região Oeste cinco ciclos de desenvolvimento da educação superior: (i) Ciclo da criação das Universidades a partir das Fundações Educacionais (1968-1986); (ii) Ciclo de transformação das Fundações Educacionais em Universidades (1996-2009); (iii) Ciclo de expansão das IES Privadas Particulares (2001-2015); (iv) Ciclo de expansão da Educação a Distância (2002-...); (v) Ciclo de expansão do Ensino Superior Público (2004-...).

Os três últimos ciclos ocorrem em períodos quase concomitantes e, notadamente, os dois últimos estão ainda em andamento no presente tempo e espaço do Oeste Catarinense, enquanto os demais estão estabilizados - o que não significa que não podem ter continuidade.

Os ciclos não deixam de ser frutos da interiorização do ensino superior, pois as dinâmicas observadas ocorrem no estado e, em seguida na Região. Por exemplo, o ciclo de criação das Fundações Educacionais no estado inicia 1964 com a FESC, na Região Oeste inicia em 1968 com a FUOC. O ciclo de criação das Universidades no estado inicia em 1986, com a FURB, e, na Região Oeste inicia em 1996 com a Unoesc.

Os dados trouxeram à tona uma série de tendências na educação superior na Região. Observamos, em 1º lugar, uma dinâmica que resultou no **aumento da diversidade de IES**. Verificamos que a partir da década de 2000 ocorre significativa expansão na oferta de educação superior pelo viés da diferenciação na Região. A diferenciação pode ser notada no que concerne aos tipos de IES que passaram a oferecer cursos. Houve aumento do número de IES e com isso podemos verificar diversidade nas formas de constituição das dependências administrativas e na organização acadêmica.

Na década de 90 havia um modelo único de IES: a privada sem fins lucrativos. A partir de 2001 surge o modelo de IES privada com fins lucrativos e, a partir de 2004 surge o modelo de IES pública. Tendo 2015 como ano base de consulta verificamos que a maior parte das IES presentes no Oeste são Privadas. Na graduação as privadas são 84,9% do total de 33 IES, somente as administrativamente sem fins lucrativos são 45,5%. O mesmo ocorre na Pós-Graduação onde, das 5 IES, 3 são Privadas sem fins lucrativos.

Das 33 IES presentes na Região Oeste, em 2015, 45,5% são Faculdades, 33,3% são Universidades, 15,2% são Centros Universitários e 3% são Institutos Federais.

Faculdade é o modelo preponderante na educação presencial, compõe a organização acadêmica de 61,9% das IES em 2015. Já, na educação a distância, destaca-se a presença das Universidades, que são 50% das IES em 2015.

Ao se tratar da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o modelo encontrado na Região é único, somente universidades oferecem este grau de ensino.

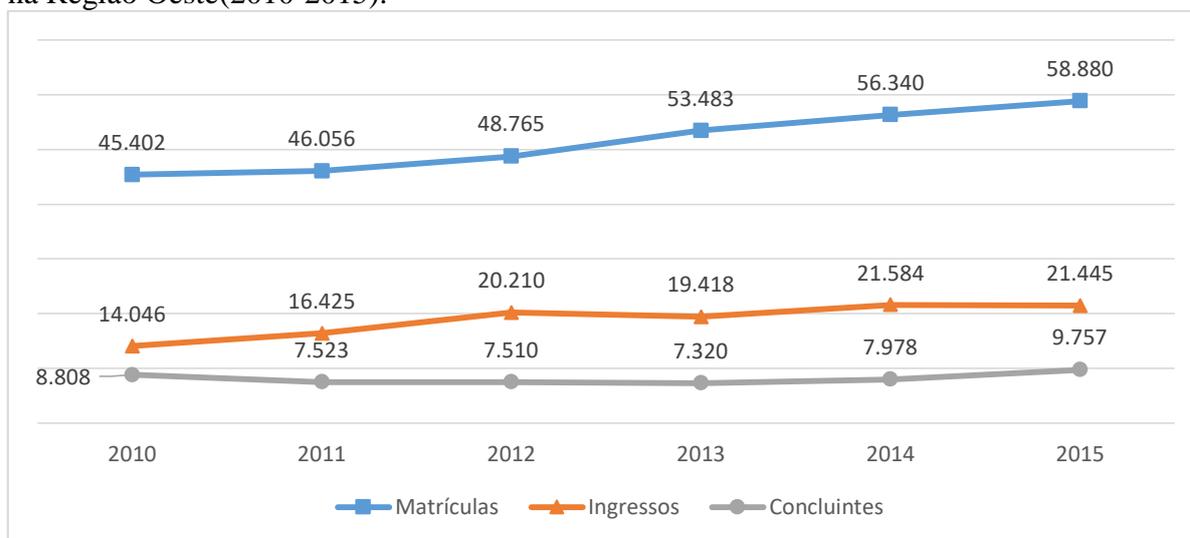
A diversidade de IES e diversificação dos modelos de oferta do ensino contribuiu para que as IES se espalhassem pelos municípios da Região Oeste, contudo, há uma maior concentração em cidades polos da Região: Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste.

Em 2º lugar, pode ser observado na Região, o **aumento na diversidade externa das IES representada pelos estudantes**. O número de estudantes cresceu, sobretudo, devido a: a) diversidade de IES no que diz respeito a organização acadêmica: faculdade, centro universitários, universidade e institutos federais – descrito na primeira dinâmica (b) diversidade na oferta de cursos e programas: oferta de cursos presenciais e a distância, cursos de curta duração, oferta de grau acadêmicos diferenciados (bacharelado, licenciatura e tecnólogo); (c) aumento do número de mulheres em cursos de graduação; (d) extensão da faixa etária de ingresso em cursos superiores, em especial para a educação a distância.

O ensino a distância ampliou a diversidade de estudantes no quesito faixa etária de ingresso em cursos superiores. Observa-se um melhor atendimento das faixas etárias quando se fala no estudante da EaD. Enquanto na educação presencial há uma predominância dos estudantes na faixa etária dos 19 a 24 anos, na educação a distância a diferença percentual de estudantes por faixa etária é menos gritante. Na educação presencial a faixa etária de 19 a 24 anos compõe 60,5% dos estudantes e a faixa etária de 25 a 29 anos compõe 16% das matrículas, desta forma há diferença percentual de 44,5 pontos entre uma faixa etária e outra. Na educação a distância a porcentagem de estudantes entre 19 a 24 anos são 29,6%, e na faixa etária dos 25 aos 29 anos representam 23%, indicando diferença de apenas 6,6 pontos percentuais.

Um 3º aspecto encontrado foi a constatação de que **a maior parte dos estudantes da Região Oeste frequenta cursos presenciais**. O gráfico abaixo indica a evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes nos cursos de graduação (presencial e a distância) na Região Oeste de Santa Catarina entre os anos de 2010 a 2015.

Gráfico 11: Evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes nos cursos de graduação na Região Oeste(2010-2015).



Fonte: elaborado a partir dos dados disponíveis no INEP/MEC (2010-2015).

No geral, na Região Oeste, as matrículas apresentaram crescimento de 29,7% no período, passando de 45.402 matrículas em 2010, para 58.880 matrículas em 2015.

As matrículas em cursos de graduação presencial são maioria na Região Oeste, representam 72,3% do total de matrículas no período 2010-2015, e, cresceram 25,7%, passando de 32.225 em 2010, para 40.522 em 2015. De outro lado, apesar da menor representatividade, as matrículas na graduação a distância experimentaram taxa de crescimento muito superior, 62,1%, indo de 11.327, em 2010, para 18.358, em 2015.

O crescimento do número de ingressantes na Região Oeste, no período, foi de 52,7%, indo de 10.046 em 2010, para 21.445 em 2015.

O número de ingressantes na graduação Presencial também é maioria, representa 66% do total de ingressantes no período e o crescimento foi de 21,1% no período, já na graduação a distância este crescimento foi exorbitante de 155%.

A evolução do número de concluintes em cursos de graduação, no período de nossa amostragem, demonstra crescimento de 10,8%. A graduação Presencial forma mais estudantes na Região Oeste, no período 67,7% dos estudantes concluíram seus cursos na modalidade Presencial. A taxa de crescimento do número de concluintes da graduação Presencial também é superior à taxa da graduação a distância. Desta forma, o número de concluintes na modalidade presencial cresceu 38,5%, indo de 4.444 em 2010, para 6.157 em 2015, enquanto que o número de concluintes na modalidade a distância cresceu 25,6%, indo de 2.867 em 2010, para 3.600 em 2015.

O 4º aspecto diz respeito à uma tendência observada, houve **expansão do setor Privado na oferta de educação superior na Região**. O ensino superior na região Oeste é inaugurado em 1968 por meio do setor privado e, desde então, apenas cresceu. Em 1998 havia 2 IES (as primeiras universidades: UNOESC e UnC), em 2010 já era possível encontrar 16 IES e, em 2015, das 33 IES presentes na região, com oferta de graduação, 28 pertencem ao setor privado. Desta forma, o setor Privado é preponderante representando 84,9% das IES, sendo 45,5% sem fins lucrativos (15 IES) e, 39,4% com fins lucrativos (13 IES). O setor Público fica então representado em 9,1% pelo ente Federal (4 IES) e, 3% pelo ente Estadual (1 IES).

No que se trata de cursos, em 2000 foram ofertados 172 cursos em IES Privadas, na Região Oeste, enquanto que apenas 1 curso foi ofertado por IES Pública (UFSC). Em 2010 foram ofertados 652 cursos em IES Privadas e 40 em IES Pública, de modo que 94,2% da oferta de cursos estava no setor privado. Em 2015 este percentual aumenta para 95,9%, pois foram ofertados 1.123 cursos em IES Privadas e 47 cursos em IES Públicas.

Em 5º lugar, verificamos a **expansão da EaD e a ampliação do número de cidades com oferta de ensino superior na Região Oeste**. Dos 118 municípios da Região Oeste, 26 estão servidos com algum tipo de IES ou curso. Em Chapecó há maior concentração de IES, ao todo são 17. Em seguida, Concórdia possui 10 IES; São Miguel do Oeste possui 8 IES; Caçador conta com 7 IES; em Fraiburgo, Joaçaba, Palmitos, Pinhalzinho, Videira, Xanxerê encontramos 3 IES em cada município; em Herval D'Oeste, Iporã do Oeste, Itapiranga, Maravilha, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste e Xaxim encontramos 2 IES em cada município; e, em Abelardo Luz, Capinzal, Catanduvas, Irani, Palma Sola, Ponte Serrada, Quilombo, São Carlos, Treze Tílias encontramos 1 IES em cada município.

A Região está melhor servida das IES com educação a distância, pois elas estão presentes em 26 municípios, enquanto que as IES com educação presencial estão presentes em 17 municípios. A Pós-Graduação abrange 5 municípios.

A IES que se utilizam do ensino a distância tem um elemento facilitador para poder se instalar em municípios de médio e pequeno porte que é o baixo custo de manutenção (SAMPALHO, 2014).

Em Santa Catarina podemos observar maior oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, são 3.054 cursos EaD, que corresponde a 57% das matrículas, e 1.473 cursos presenciais, em 2015. De outro lado, os cursos presenciais agregam maior número de matrículas, são 239.957 mil matrículas em cursos presenciais, que corresponde a 72% das matrículas, e 93.351 mil matrículas em cursos EaD.

Os cursos de educação a distância demonstraram significativa taxa de crescimento. Entre 2010 a 2015 a oferta de cursos na modalidade a distância aumentou em 119,9%. Com isso, a educação a distância é a que mais cresce na Região Oeste, pois comparando taxas de crescimento, a oferta de cursos de graduação presencial cresceu apenas 6% no período de 2010 a 2015. Sobre as matrículas, entre 2010 a 2015 houve crescimento de 17% nas matrículas em cursos de graduação presencial enquanto que na graduação EaD o crescimento foi de 66%.

A presença de grandes grupos educacionais (nacionais e internacionais) proporcionaram a expansão da abrangência da educação a distância e a inseriram em pequenos municípios também na Região Oeste de Santa Catarina.

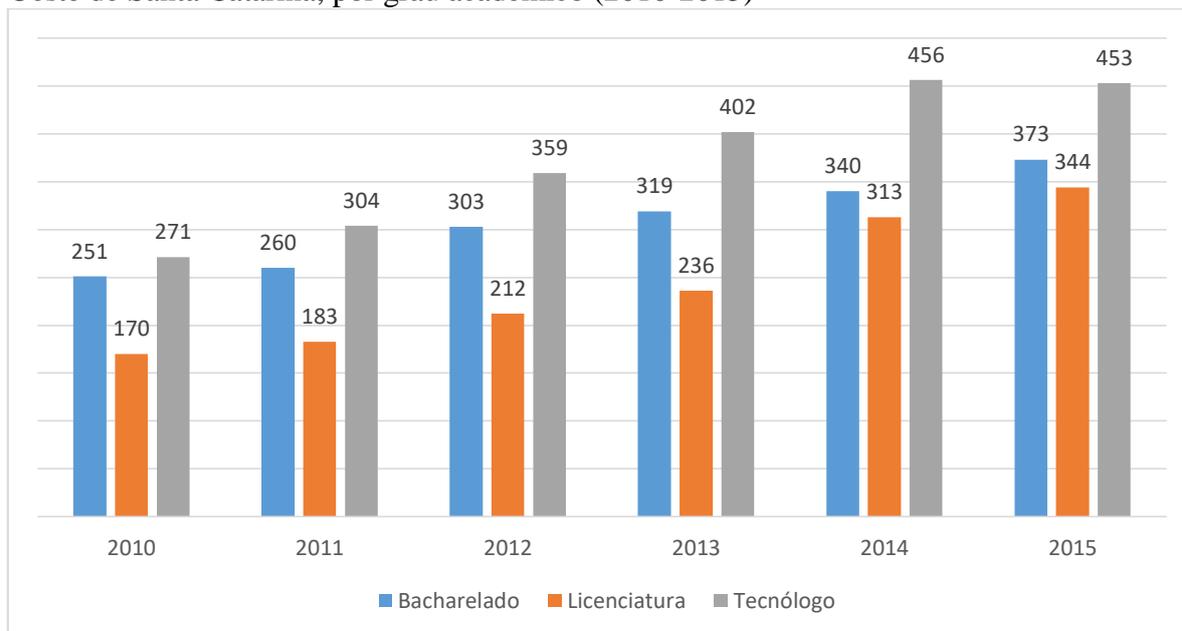
A EaD tem assumido cursos de baixo custo como as licenciaturas, serviço social, administração e ciências contábeis. Nesse sentido, a EaD tem se destacado na formação dos professores para a educação básica. A educação a distância é a principal formadora dos professores da Região Oeste no período de 2010 a 2015. Foram formados em Pedagogia, Educação Física, História, Letras, Ciências Biológicas, Matemática, Artes Visuais, Geografia, Filosofia, Física e Sociologia/Ciências Sociais 4.926 estudantes. Enquanto que, na educação Presencial formaram-se 4.586 estudantes.

A educação a distância é a principal formadora dos Pedagogos da Região Oeste no período de 2010 a 2015. Desta forma, 67,7% do total de 5.217 Pedagogos formados na Região são procedentes de cursos EaD.

Em 6º lugar, foi averiguado outra tendência produzida na Região, a da **expansão dos cursos de graduação e divisão entre as modalidades de oferta: a EaD promove os cursos de Licenciatura e a Educação Presencial promove os cursos de Bacharelado.**

A seguir, o gráfico mostra a evolução total dos cursos de Graduação nas modalidades presencial e a distância, separando-os pelos graus acadêmicos de Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo.

Gráfico 12: Evolução do número de cursos de Graduação Presencial e a Distância na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015)



Fonte: elaborado a partir dos dados do INEP/MEC (2010-2015).

Podemos observar no gráfico acima que os cursos Tecnológicos são ofertados em maior número na Região Oeste, em 2015, representaram 38,7% do total de 1.170 cursos oferecidos. Em seguida, os cursos de Bacharelado representam 31,9% do total de oferta e, os cursos de Licenciatura 29,4%.

No geral, o número cursos de graduação na Região Oeste apresentam-se com taxa percentual crescente, destacando-se que a maior taxa percentual de crescimento é a dos cursos de Licenciatura 102,4%, indo de 170 em 2010 para 344 em 2015. Em seguida, os cursos Tecnológicos cresceram 67,2%, indo de 271 em 2010, para 453 em 2015. O número de cursos de Bacharelado cresceram 48,6%, indo de 251 em 2010, para 373 em 2015.

Fazendo uma análise comparativa entre as modalidades de oferta, dentre os cursos de Graduação Presencial, em 2015, destaca-se a oferta dos cursos no grau de Bacharelado que representa 66,5%, em seguida os cursos de Licenciatura 22,9% e, por último os cursos Tecnólogos 10,7%. Houve queda, no período de 2010 a 2015, na oferta de cursos Tecnológicos Presenciais, um recuo de 24,4%, indo de 45 cursos em 2010, para 34 em 2015 e, nas Licenciaturas Presenciais um recuo de 8,8%, indo de 80 cursos em 2010, para 73 em 2015.

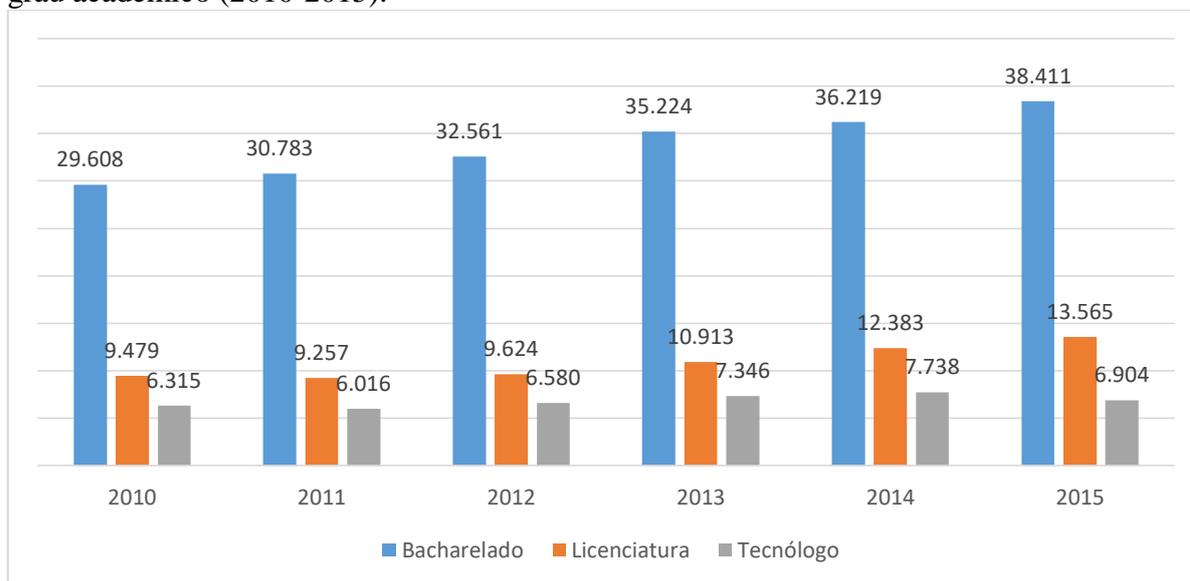
De outro lado podemos observar que na modalidade a distância, em 2015, os cursos Tecnológicos são a maioria, representam 49,2%, e obtiveram taxa de crescimento de 85,4%. Em 2015 era oferecido 34 cursos Tecnólogos Presenciais e 419 EaD. Em seguida, os cursos de Licenciatura representam 31,8% dos cursos da modalidade EaD e tiveram crescimento

percentual de 201,1% no período. Em 2015, foram oferecidos 73 cursos de Licenciatura Presenciais e 271 EaD.

Os cursos de Bacharelado são minoria de dentre os cursos oferecidos na modalidade EaD, em 2015, representaram 18,9%, contudo, sua taxa de crescimento foi de 126,8%, no período de 2010 a 2015, enquanto que os cursos de Bacharelado na modalidade Presencial cresceram apenas 17,8%. Destaque-se que, do total de 373 cursos de Bacharelado oferecidos em 2015, os da modalidade presencial representam 56,8%, mas a representatividade dos Bacharelados Presenciais já foi maior, em 2010, por exemplo, dos 251 cursos de Bacharelado, 71,1% eram Presenciais. Estes fatos indicam: (i) o crescimento de todos os cursos da modalidade EaD, em especial das Licenciaturas e dos cursos Tecnólogos e, (ii) a retração na oferta dos cursos de licenciatura e tecnológicos na modalidade presencial.

A seguir, o gráfico mostra a distribuição das matrículas em cursos de graduação, na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico:

Gráfico 13: Distribuição das matrículas de graduação na Região Oeste de Santa Catarina, por grau acadêmico (2010-2015).



Fonte: elaborado a partir dos dados do INEP/MEC (2010-2015).

A partir do gráfico acima observa-se, em primeiro lugar, o predomínio das matrículas em cursos de Bacharelado. Este fato repete-se para a modalidade Presencial, enquanto que, na modalidade a distância destaca-se o número de matrículas nos cursos de Licenciatura.

As matrículas em cursos de Bacharelado, no geral, cresceram no período 29,7%, indo de 29.608 em 2010, para 38.411 em 2015. Na modalidade Presencial as matrículas em cursos de Bacharelado representam 65,6%, no período.

No que se refere as matrículas em cursos de Licenciatura, no geral, cresceram no período 21,1%, indo de 9.479 em 2010, para 13.565 em 2015. Entre as modalidades, 78,9% das matrículas estão na EaD ainda, nesta modalidade, as matrículas cresceram 90,9% entre 2010 a 2015.

Nos cursos Tecnológicos, as matrículas cresceram, no período, apenas 9,3%. O que percebe-se a respeito destes cursos é que eles ganharam espaço na educação a distância. No período, as matrículas nos cursos Tecnólogos na EaD representam 86,8%. Além disso, o crescimento percentual das matrículas na modalidade EaD foi de 38,1%, bem superior ao crescimento na modalidade Presencial, que foi de 0,6%, praticamente inexpressivo. Vemos uma gradativa estabilização do número dos cursos de graduação Presencial e um aumento nas matrículas da EaD. Contudo, apesar de reunir o menor número de matrículas, é o grau acadêmico com maior número de cursos em oferta (38,7% do total de cursos em 2015). Na modalidade presencial a oferta destes cursos caíram 24% e, na modalidade EaD cresceram 85,4%.

Ao se tratar dos cursos com maior número de matrículas na graduação, destaca-se na modalidade Presencial o curso de Direito, somente em 2015 este curso reuniu 6.496 matrículas e formou 906 estudantes, sendo que é oferecido apenas nesta modalidade. Ele é oferecido em 7 IES (UNIARP, UNOCHAPECÓ, UNOESC, FAAC, FAI, UnC e CELER) e, em 9 cidades diferentes (Caçador, Chapecó, Concórdia, Itapiranga, Pinhalzinho, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Videira, Xanxerê e Xaxim). Dos cursos que estão na listagem da modalidade Presencial inexistem na modalidade EaD: Agronomia, Psicologia e Medicina Veterinária.

O curso de Administração demonstra grande procura, ficou em segunda posição em ambas as modalidades. Este curso apresenta taxa de crescimento de 2,5% no período, no entanto, quando analisamos o percentual de crescimento deste curso por modalidade temos o seguinte panorama: na modalidade presencial o curso teve recuo de 17,8% nas matrículas enquanto que, na modalidade EaD o curso apresentou crescimento de 74,4%. Isso nos indica uma tendência de continuo crescimento da procura pelo curso na modalidade EaD e, se o curso na modalidade EaD continuar crescendo nestas proporções atuais, em poucos anos possa ultrapassar o número de matrículas e concluintes da presencial. Em 2015, o curso Presencial formou 751 estudantes enquanto outros 369 estudantes formaram-se no curso a distância.

O curso de Pedagogia é curso com maior número de matrículas na modalidade EaD na Região Oeste de Santa Catarina. Na modalidade Presencial, o curso ocupa a 8ª posição. No período de 2010 a 2015, as matrículas neste curso apresentaram crescimento de 54,4%. Quando observamos o comportamento deste curso por modalidade temos o seguinte panorama: na

modalidade Presencial as matrículas cresceram apenas 8,4% no período, enquanto que, na modalidade EaD as matrículas aumentaram 79,1%. Isso nos leva a uma tendência de que a modalidade EaD continue sendo a principal modalidade onde irão se formar os Pedagogos nos próximos anos. Em 2015, formaram-se na modalidade Presencial 328 estudantes, de outro lado, formaram-se na modalidade EaD 901. No período, a educação Presencial formou 1.686 pedagogos na Região e, a educação a distância formou 3.531 pedagogos.

Na modalidade EaD o curso de Pedagogia é oferecido por 12 IES –UNINTER, UNIASSELVI, UNISOCIESC, UNISEB, Faculdades Osório, FAEL, UDESC, UnC, UNISUL, ULBRA, UNOPAR e UNIP -, em 24 cidades da Região Oeste –Abelardo Luz, Caçador, Catanduvas, Chapecó, Concórdia, Fraiburgo, Herval D’Oeste, Iporã do Oeste, Irani, Joaçaba, Maravilha, Palma Sola, Palmitos, Ponte Serrada, Quilombo, São Carlos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Saudades, Tubarão, Videira, Xanxerê e Xaxim.

Na modalidade Presencial o curso de Pedagogia é oferecido em 8 IES – UNIARP, UNOESC, FAACH, UNOCHAPECÓ, UFFS, FAI, IFC e CELER -, em 10 cidades da Região Oeste – Caçador, Capinzal, Chapecó, Itapiranga, Joaçaba, Maravilha, São Miguel do Oeste, Videira, Xanxerê e Xaxim.

Como vimos acima, a maior parcela dos estudantes matriculados nas Licenciaturas estão na EaD (78,9%). Selecionamos alguns cursos de Licenciatura e analisamos quais deles possuem maior número de matrículas, entre 2010 a 2015, em cada modalidade, desta forma, possuem mais matrículas na modalidade EaD os seguintes cursos: Pedagogia (65,3%), Artes Visuais (55,4%), História (54,4%), Letras – Português, Inglês e Espanhol - (52,6%), Ciências Biológicas (52,5%) e Matemática (50,4%). Já, na modalidade Presencial apresentaram maior número de matrículas, no período da amostragem, os cursos de Física (87,1%), Educação Física (86,3%) – ressaltando que este curso apenas iniciou a ser oferecido na modalidade EaD, na Região Oeste, a partir de 2014 -, Filosofia (78,1%), Sociologia/Ciências Sociais (60,1%), Geografia (58,2%) e, Química (100%) que somente é oferecido nesta modalidade.

Ao se tratar dos concluintes dos cursos de Licenciatura na Região Oeste, a realidade não é diferente, a maior parte dos concluintes entre 2010 a 2015 são procedentes da educação a distância. No período houve 4.926 estudantes licenciados em cursos EaD e 4.926 licenciados em cursos presenciais³¹.

Dentre os cursos de Licenciatura que apresentam maior número de concluintes na modalidade Presencial entre 2010 a 2015 estão: Educação Física (99,9%) - visto que a EaD

³¹ Este cálculo contempla os cursos de Pedagogia, Educação Física, História, Letras, Ciências Biológicas, Matemática, Artes Visuais, Geografia, Filosofia, Física, Sociologia e Ciências Sociais.

somente oferece este curso a partir de 2014; Sociologia/Ciências Sociais (98%); Física (78,8%); Artes Visuais (66,1%); Filosofia (60%); Letras (51,4%); Matemática (51,3%). Os cursos de Licenciatura com maior número de concluintes na modalidade EaD são: Pedagogia (67,7%); História (61,2%); Ciências Biológicas (50,1%); Geografia (53,5%). Desta forma vemos que a EaD é a modalidade que mais forma professores na Região Oeste, no período de nossa amostragem.

O 7º aspecto destacado diz respeito ao **aumento da presença feminina em cursos de graduação**. Abaixo segue relação do número de concluintes em cursos de Licenciatura na Região entre 2010 a 2015 e a indicação da porcentagem que corresponde ao sexo feminino.

Tabela 15: Número de concluintes total em cursos de Licenciatura, na modalidade presencial e a distância, e porcentagem feminina relativa, na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015).

Curso	Nº de concluintes	% Feminina
Pedagogia	5.217	97,4
Educação Física	1.459	54,5
História	570	66,7
Letras	528	89,1
Ciências Biológicas	471	79,5
Matemática	466	65,6
Artes Visuais	363	65,5
Geografia	273	69,2
Física	66	54,5
Filosofia	50	40,0
Sociologia/Ciências Sociais	49	63,2

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no INEP/MEC (2010-2015).

Na Região Oeste, as mulheres são maioria dentre as matrículas, ingressos e concluintes dos cursos de graduação no período de nossa amostragem. Elas são 59,6% dos alunos matriculados, 58,1% dos alunos ingressantes e, 62,6% dos alunos concluintes no período.

Dentre os cursos de Licenciatura as mulheres são maioria imperativa, no período elas representam 79,5% das matrículas, 76,2% dos ingressos e 83,5% dos concluintes. De acordo com a tabela acima, observa-se que, com exceção do curso de Filosofia, nos demais cursos há a presença marcante das mulheres como maioria, com destaque ao curso de Pedagogia onde as mulheres representam 97,4% dos alunos concluintes e, ao curso de Letras onde as mulheres são 87,7% dos concluintes.

Nos cursos de Bacharelado, a presença das mulheres também é maioria, porém, não tão marcante como ocorre nas Licenciaturas. Dentre estes cursos as mulheres representam 55,7% das matrículas, 54,1% dos alunos ingressantes e, 60,3% dos alunos concluintes.

No que se trata dos cursos Tecnólogos, a realidade muda. Aqui, há maioria masculina, muito embora os números estejam próximos entre os sexos. Os homens representam 52,8% das matrículas, 53% dos alunos ingressantes e, 51,1% dos alunos concluintes.

Esta parcela da população que, hoje corresponde a maioria, também o é na educação superior. As mulheres que historicamente ficavam de fora dos processos educativos ou reservavam-se a educadoras, hoje ocupam espaços, de acordo com os dados da pesquisa, inclusive os dominados pelos homens como as áreas das ciências agrárias e das engenharias.

O 8º aspecto representa a tendência de crescimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, pois verificamos que há **espaço para crescimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu***. Os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* iniciam na Região no ano de 2002. De 2002 a 2017 o número de oferta de cursos cresceu de 1 para 22 e, as matrículas em neste nível de ensino cresceram 330,8%, de 120 para 517. Contudo, comparando com as matrículas da graduação, pode-se observar que as matrículas da pós correspondem a apenas 0,87% das matrículas da graduação mesmo período. Por se tratar de um processo recente e apresentar altos índices de crescimento, a pós-graduação inclina-se para um contínuo crescimento, visto que, nem todas as áreas de conhecimento foram abertas na Região, logo, há esta possibilidade.

Por último, observamos que delinea-se um perfil de estudante na Região Oeste. Poderia se dizer que a combinação dos dados indicam um perfil para o estudante da Região Oeste. No caso do ensino EaD são jovens estudantes entre 19 e 24 anos, do sexo feminino, brancas e procedentes de escola pública que procuram cursos de licenciatura ou tecnólogos. No ensino presencial são jovens entre 19 e 24 anos, do sexo feminino, brancas, provenientes de escola pública que frequentam cursos de bacharelado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Letícia Carneiro. O processo de interiorização da educação superior catarinense. In.: **IX Anped Sul**. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2230/24>>. Acesso em: 27 set. 2017.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. Lei n. 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1960. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3849.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 27 dez. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 1 ago. 2016.

_____. Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a

seguridade social; altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória n. 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 nov. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. Parecer CNE/CES nº 289/2009. Convalidação de estudos e validade nacional dos títulos obtidos no Programa de Mestrado em Educação, ofertados nos anos de 1998 a 2002 pela Universidade do Contestado (UnC) em convênio com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 nov. 2009.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Mestres e doutores 2015**: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

DANIELLE. **Pedido de informação [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida de <polouabverdesvales@gmail.com> em 13 de dezembro de 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DEPELEGRIN, Jucelia. **Pedido de informação – números Unoesc [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida de <jucelia.depelegrin@unoesc.edu.br> em 26 de junho de 2017.

FRANTZ, Walter. **Universidade comunitária**: uma iniciativa pública não-estatal em construção. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2004.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GUMBOWSKY, Argos. O ensino superior nas universidades fundacionais municipais catarinenses: a gênese de um modelo de ensino superior comprometido com o desenvolvimento regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPR, 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/460.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

GUMBOWSKY, Argos; SALOMON, Mauri Augusto. Contribuições da educação superior para o desenvolvimento local: análise da Universidade do Contestado no município de Canoinhas, Santa Catarina. In.: **XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária: A gestão do conhecimento e os novos modelos de universidade**. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131932>>. Acesso em: 28 set. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_2015_20150915.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

MATHIAS, Leticia. **Em 50 anos de história, conheça o processo de expansão da Udesc nas regiões catarinenses**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/257269-expansao-da-udesc-em-50-anos-de-historia.html>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MEC – Ministério da Educação; CNE – Conselho Nacional de Educação; CES – Câmara de Educação Superior. **Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1136.3**: Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade. Brasília: MEC; CNE; CES, 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/16054761-Ministerio-da-educacao-conselho-nacional-de-educacao-camara-de-educacao-superior.html>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

MEC – Ministério da Educação; SESu – Secretaria de Educação Superior. **A democratização da educação superior no país 2003-2014**. Brasília: MEC/SESu, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 31 ago. 2017.

PEGORARO, Ludimar. O terceiro setor e o ensino superior no Brasil: o sistema fundacional catarinense. In: PERONI, Vera Maria Vidal et al. (Orgs.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 179-215.

_____. **Terceiro setor na educação superior brasileira**. Campinas, SP: Leitura Crítica, 2013. 340 p.

PERTILLE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/02.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

SANTA CATARINA. Constituição (1935). Constituição do Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 1935.

_____. Decreto n. 2.802, de 20 de maio de 1965. Dispõe sobre a Fundação Educacional de Santa Catarina, outorga-lhe o encargo de constituir a Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Faculdade de Agronomia de Lages, a Faculdade de Veterinária e dá outras providências. **Diário Oficial**, Florianópolis, 4 jun. 1965.

_____. **Lei n. 2.772, de 21 de julho de 1961**. Dispõe sobre o Plano de Metas do governo estadual no quinquênio 1961/1965, institui fundos, unifica tributos, autoriza a constituição de sociedades de economia mista, a participação em sociedades existentes, a assinatura de convênios, cria Secretaria de Estado e dá outras providências. Florianópolis, 21 jul. 1961. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-2772-1961-santa-catarina-dispoe-sobre-o-plano-de-metas-do-governo-estadual-no-quinquenio-1961-1965-institui-fundos-unifica-tributos-autoriza-a-constituicao-de-sociedades-de-economia-mista-a-participacao-em-sociedades-existentis-a-assinatura-de-convenios-cria-secretaria-de-estado-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

TREVISOL, Joviles. A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma Região de fronteira. **RBPG**, Brasília, v. 12, n. 28, p. 505-532, ago. 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. 22. reimp. São Paulo: Atlas, 2013.

UDESC – Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. **Estudo da viabilidade técnica e financeira para instalação de curso de nível superior em Joaçaba**: FUOC – Fundação Universitária do Oeste Catarinense. Joaçaba: Prefeitura Municipal de Joaçaba; Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, nov. 1969. (Elaboração: Reitoria da UDESC).

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Números da Unoesc**. Joaçaba: UNOESC, mar. 2005. 22. p.

_____. **Projeto de Universidade**: Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina: UNOESC Joaçaba/Chapecó/Videira. Porto Alegre: Evangraf, 1991.

WOLOSZYN, Noeli. **Em busca da terra**: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense. Universidade do Contestado, 2008. Disponível em: <http://www.pesquisa.UnCnet.br/pdf/historia/BUSCA_TERRA_COLONIZACAO_EXPLORACAO_MADEIRAS_OESTE_CATARINENSE.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2015.

Bibliografia

CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina – documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

TREVISOL, Joviles V. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 333-352.

Sítios eletrônicos

<http://www.ampesc.org.br/>

<https://www.unc.br/>

<http://www.unoesc.edu.br/>

<https://www.unochapeco.edu.br/>

<http://www.uniarp.edu.br/>

ANEXOS

ANEXO A – Tabela sobre a evolução no número de matrículas e taxa de crescimento em cursos de graduação presencial em Santa Catarina e na Região Oeste (1991-2015)

Tabela 16 – Evolução no número de matrículas e taxa de crescimento em cursos de graduação presencial – Santa Catarina e Região Oeste (1991-2015)

Ano	Santa Catarina	Região Oeste
1992	49.749	7.461
1993	53.281	8.318
1994	55.820	8.403
1995	64.201	9.392
1996	69.772	10.769
1997	75.489	11.088
1998	82.966	14.203
1999	98.046	18.274
2000	118.059	23.273
2001	134.948	25.287
2002	153.232	30.080
2003	168.896	33.571
2004	178.456	34.816
2005	194.330	38.191
2006	202.876	39.762
2007	202.739	39.648
2008	205.127	40.064
2009	198.724	37.012
2010	205.244	32.897
2011	211.997	34.639
2012	218.404	36.528
2013	224.210	38.871
2014	227.067	38.076
2015	232.848	40.522
$\Delta\%$	385%	397%

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir dos dados do INEP/MEC (1992-2015).

ANEXO B – Tabela com número e taxa de crescimento das matrículas em cursos de graduação a distância em Santa Catarina e na Região Oeste de Santa Catarina (1991-2015)

Tabela 17 – Número de matrículas e taxa de crescimento das matrículas em cursos de graduação a distância em Santa Catarina e na Região Oeste de Santa Catarina (2010-2015)

Ano	SC	Oeste
2010	56.317	11.327
2011	57.513	11.077
2012	65.138	12.509
2013	71.699	14.612
2014	86.305	17.601
2015	93.351	18.358
$\Delta\%$	65,8	62,1

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir dos dados INEP/MEC (2010-2015).

ANEXO C – Tabela com informações sobre o primeiro curso de Mestrado criado em cada município de Santa Catarina

Tabela 18 – Primeiro curso de Mestrado criado em Santa Catarina, por município (1969-2016)

Município	Mesorregião	Curso	IES	Ano de início
Florianópolis	Grande Florianópolis	Engenharia Mecânica	UFSC	1969
Itajaí	Vale do Itajaí	Ciência Jurídica	UNIVALI	1995
Lages	Serrana	Ciências do Solo	UDESC	1997
Blumenau	Vale do Itajaí	Administração	FURB	1997
Joinville	Norte	Saúde e Meio Ambiente	UNIVILLE	1999
Criciúma	Sul	Ciências Ambientais	UNESC	2001
Joaçaba	Oeste	Educação	UNOESC	2002
Tubarão	Sul	Ciências da Linguagem	UNISUL	2003
Chapecó	Oeste	Ciências Ambientais	UNOCHAPECÓ	2005
Canoinhas	Norte	Desenvolvimento Regional	UNC	2006
Videira	Oeste	Ciência e Biotecnologia	UNOESC	2013
Araranguá	Sul	Tecnologia da Informação e Comunicação	UFSC	2014
Caçador	Oeste	Desenvolvimento e Sociedade	UNIARP	2015
Araquari	Norte	Produção e Sanidade Animal	IFC	2016
Curitibanos	Norte	Ecossistemas Agrícolas e Naturais	UFSC	2016
Pinhalzinho	Oeste	Ciência e Tecnologia de Alimentos	UDESC	2016

Fonte: elaboração da autora (mar. 2017), a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira (2017).

ANEXO D – Tabela com informações sobre o primeiro curso de Doutorado criado em cada município de Santa Catarina

Tabela 19 – Primeiro curso de Doutorado criado em Santa Catarina, por município (1969-2016)

Município	Mesorregião	Curso	IES	Ano de início
Florianópolis	Grande Florianópolis	Engenharia Mecânica	UFSC	1981
Itajaí	Vale do Itajaí	Administração	UNIVALLI	2007
Criciúma	Sul	Ciências da Saúde	UNESC	2007
Lages	Serrana	Ciência do Solo	UDESC	2008
Blumenau	Vale do Itajaí	Ciências Contábeis	FURB	2008
Tubarão	Sul	Ciências da Linguagem	UNISUL	2009
Joinville	Norte	Saúde e Meio Ambiente	UNIVILLE	2014
Chapecó	Oeste	Ciências da Saúde	UNOCHAPECÓ	2017

Fonte: elaboração da autora (mar. 2017), a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira (2017).

ANEXO E – Relação das universidades federais criadas entre 2005 e 2013

Quadro 12 – Universidades federais criadas entre 2005 e 2013

Universidade	Região	Ano de criação
Universidade Federal de Alfenas - UNFAL	SUDESTE	2005
Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	SUDESTE	2005
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	SUDESTE	2005
Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA	NORDESTE	2005
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	SUL	2005
Universidade Federal do ABC - UFABC	SUDESTE	2005
Universidade Federal de Grande Dourados - UFGD	CENTRO-OESTE	2005
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	NORDESTE	2005
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	Sul	2006/2008*
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA	SUL	2008
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	Sul	2009
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	Norte	2009
Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA	Sul	2010
Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	Nordeste	2010
Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB	Nordeste	2013
Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	Nordeste	2013
Universidade Federal do Cariri - UFCA	Nordeste	2013
Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará - UNIFESSPA	Norte	2013

* Criada em 2006 como extensão da UFSM. Legalmente existe pela Lei n. 11.640/2008.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira (2017) e com base em MEC/SESU (2014, p. 36, 38-39).

ANEXO F – Tabelas com a distribuição das matrículas por etnia em cursos de graduação presencial e a distância da Região Oeste

Tabela 20 – Distribuição das matrículas em cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por etnia (2009-2015)

Ano	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não dispõe de informação	Não declarada
2010	4.074	49	264	19	7	1.798	27.864
2011	5.598	95	414	66	9	1.987	26.810
2012	6.397	91	484	51	9	2.000	27.224
2013	7.314	114	635	69	14	2.047	28.678
2014	24.872	483	2.489	244	107	1.365	9.179
2015	29.255	529	2.889	311	123	841	6.574

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir dos dados do INEP/MEC (2009-2015).

Tabela 21 – Distribuição das matrículas em cursos de graduação a distância na Região Oeste de Santa Catarina, por etnia (2010-2015)

Ano	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não dispõe de informação	Não declarada
2010	758	14	51	6	2	4.043	6.453
2011	1.519	25	139	17	15	6.353	3.009
2012	2.157	50	219	23	16	7.961	2.083
2013	2.077	54	211	32	21	10.478	1.739
2014	5.530	136	527	94	32	5.279	6.003
2015	6.437	129	672	97	38	1.488	9.497

* Não estão inclusas as matrículas dos menores de 18 anos.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir dos dados do MEC/INEP (2017).

ANEXO G – Tabelas com a evolução das matrículas por procedência do aluno em cursos de graduação presencial e a distância na Região Oeste

Tabela 22 – Evolução das matrículas em cursos de graduação presencial na Região Oeste de Santa Catarina, por procedência do ensino médio do aluno (2010-2015)

Ano	Pública	Privada	Não Informada
2010	16.880	-	-
2011	15.186	3.256	16.537
2012	23.275	4.670	8.311
2013	27.576	4.840	6.455
2014	30.663	5.601	2.475
2015	33.125	6.610	787

- Não constam dados para os campos citados.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir dos dados do INEP/MEC (2009/2015).

Tabela 23 – Evolução das matrículas em cursos de graduação a distância Região Oeste de Santa Catarina, por procedência do aluno (2010-2015)

Ano/Procedência	Pública	Privada	Não Informada
2010	168	0	0
2011	274	647	10.156
2012	4973	680	6.856
2013	11.151	930	2.531
2014	15.153	2.107	341
2015	17.171	619	568

* Não estão inclusas as matrículas dos menores de 18 anos.

Fonte: elaboração da autora (2017), a partir dos dados do MEC/INEP (2017).